

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LUIZA GUASTI DINIZ ROCHA

**Assentamento Sete Brejos: Análise das relações de
cooperação e reciprocidade entre agricultores**

Brasília
2019

LUIZA GUAISTI DINIZ ROCHA

**Assentamento Sete Brejos: Análise das relações
de cooperação e reciprocidade entre agricultores**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Eric Sabourin

Brasília
2019

RR672a

Rocha, Luiza Guasti Diniz

Assentamento Sete Brejos: Análise das relações de
Cooperação e Reciprocidade entre Agricultores / Luiza Guasti
Diniz Rocha;
orientador Eric Sabourin. -- Brasília, 2019.
117 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Acadêmico em
Desenvolvimento Sustentável) -- Universidade de Brasília,
2019.

1. Cooperação. 2. Reciprocidade. 3. Agricultura familiar.
4. Gestão de equipamentos coletivos. I. Sabourin, Eric,
orient. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização do autor.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Assentamento Sete Brejos: Análise das relações de
cooperação e reciprocidade entre agricultores**

Luiza Guasti Diniz Rocha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Membros da banca examinadora:

Prof. Dr. Eric Sabourin, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB.
(Orientador)

Profa. Dra. Doris Sayago, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB.
(Examinador interno)

Profa. Dra. Emilie Coudel, CIRAD.
(Examinador externo)

Data de aprovação: Brasília, 25 de junho de 2019.

À Nena, das mulheres mais fortes, corajosas e amorosas, que
passou pela minha vida. Obrigada por me mostrar que é possível!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu orientador, que me ensinou e auxiliou para meu crescimento científico! Foi durante sua aula que me encantei pela teoria da reciprocidade e decidi mudar completamente de projeto para me aprofundar nessa área. Seus direcionamentos e conselhos foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Também, gostaria de agradecer ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) pelo ambiente acadêmico, pela diversidade das matérias ofertadas, pelas palestras, eventos e encontros oferecidos. Em especial agradeço a Marta Salomon, por ter me apresentado o CDS e a Doris Sayago, por ser uma coordenadora presente, sincera e disposta para auxiliar os alunos. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter me concedido uma bolsa de estudos, que me possibilitou dedicar-me exclusivamente à pesquisa deste mestrado.

Agradeço imensamente a todos os assentados do Assentamento Sete Brejos, por me receberem de braços abertos! Obrigada Marcos Paulo por ter acolhido o projeto dentro do Assentamento. Obrigada Rê, por me acompanhar, apresentar o Assentamento e os assentados. Obrigada João da Onça e José Rodrigues, por sempre me divertirem e fazerem rir ao contar casos e piadas. Obrigada Zé Ailton e Marinalva por me emocionar ao contar suas histórias. Obrigada Dona Vilma e Seu Nego por passar horas a fio respondendo todas as minhas perguntas. Obrigada Zé Raimundo e Neném por me deixarem acessar os arquivos, caixas fotos e documentos históricos do Assentamento. Obrigada Faustino por compartilhar sua história. Obrigada Prefeito Adinaldo, por me receber em seu gabinete e contar primeiros momentos do Assentamento. Obrigada Noélia, por abrir as portas de sua casa para me hospedar. Agradeço a ATARé e a Misereor - Alemanha, por ter me dado a oportunidade de trabalhar no Assentamento. Sem vocês esse trabalho não seria possível!

Agradeço aos companheiros da turma de mestrado! Mesmo com toda a dificuldade de nos encontrarmos fora do ambiente acadêmico, construímos um laço forte de amizade. Compartilhamos por meios digitais nossas angústias, nos identificamos e tivemos empatia pelos desafios dos outros.

Por último, gostaria de agradecer minha família e meus amigos pelo suporte emocional ao longo desses anos. Agradeço aos meus pais, Anna e Pedro, por estarem sempre ao meu lado e apoiarem minhas decisões. Agradeço ao Ivo, pela convivência diária e a compreensão. Agradeço a Lili e a Tapioca pelo amor incondicional. Obrigada a todos!

RESUMO

O Assentamento Sete Brejos está localizado no município de Indiaroba, litoral sul do estado de Sergipe. O objetivo deste estudo é analisar a evolução das práticas e relações de cooperação entre os agricultores desse Assentamento visando compreender como essas relações surgiram, se mantiveram e se desenvolveram ao longo dos anos. A análise das relações de cooperação entre os agricultores do Assentamento Sete Brejos foi realizada associando a teoria da ação coletiva (OLSON, 1965), a teoria da governança dos recursos comuns (OSTROM, 1990, 1992, 1998) e a teoria antropológica da reciprocidade (TEMPLE 1998, 2003; SABOURIN 2009, 2011). Com base no referencial teórico levantado foram propostas categorias de análise para identificar as relações de cooperação entre agricultores. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, compostas por perguntas fechadas, para identificação dos entrevistados, seguidas de perguntas abertas, com tópicos gerais selecionados. A hipótese levantada de que certas práticas de ajuda mútua familiar e interfamiliares, assim como formas de cooperação comunitária, ainda estão presentes no Assentamento, mesmo que tenham se enfraquecido ao longo dos anos foi verificada. Mesmo havendo ainda práticas de diversas formas de cooperação entre os agricultores - como, por exemplo, ajuda mútua, empréstimo de áreas de cultivos, mutirões – os próprios assentados percebem que as ações de ajuda mútua vêm diminuindo com o passar dos anos ou tem que se adaptar às novas condições de vida ou de produção. Foi identificado que as relações de cooperação e reciprocidade se mantiveram mediante uma restrição dos círculos de reciprocidades às relações mais próximas.

Palavras-chave: Cooperação. Reciprocidade. Agricultura familiar. Gestão de equipamentos coletivos.

ABSTRACT

The Sete Brejos rural settlement is located in the municipality of Indiaroba, on the south coast of Sergipe. The aim of this study is to analyze the evolution of cooperation practices among farmers, understanding how the relationships have emerged and continued to develop over the years. The analysis of the cooperation between farmers of the Sete Brejos settlement was performed by associating collective action theory (OLSON, 1965), governance of common-pool resources (OSTROM, 1990, 1992, 1998) and anthropological theory of reciprocity (TEMPLE 1998, 2003; SABOURIN 2009, 2011). Based on the theoretical reference categories of analysis were proposed to identify cooperative relationships between farmers. Individual semi-structured interviews were conducted. The interviews were composed of closed questions, to identify the interviewees, and open questions, with selected general topics. The hypothesis raised, that certain practices of mutual family and interfamily assistance, as well as forms of community cooperation, are still present in the rural settlement, even though they have been weakened over the years was verified. Even though there are still practices of various forms of cooperation between farmers - such as mutual help, communal work exchange and borrowing of land - the settlers themselves realize that mutual help practices have diminished over the years or have been adapted to the new conditions of life and production. It was identified that the relations of cooperation and reciprocity were maintained by restricting the circles of reciprocity to the closest relations.

Keywords: Cooperation. Reciprocity. Peasant agriculture. Governance of collective equipment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Apresentação do projeto "Conhecer para Amar"	16
Figura 2 - Linha do tempo da Reforma Agrária brasileira	27
Figura 3 - Localização Assentamento Sete Brejos	43
Figura 4 – Agrovila Assentamento Sete Brejos atualmente.....	43
Figura 5 - Área do Assentamento Sete Brejos.....	44
Figura 6 - À direita, ainda no acampamento, famílias se preparam para sair em caminhada. .	53
Figura 7 - Localização do Assentamento e projeto urbano proposto pelo INCRA em 1997...55	
Figura 8 - À direita: Sede antiga da Fazenda Sete Brejos. À esquerda: Uma das primeiras casas a ser concluída.....	56
Figura 9 - À direita, casa da farinha logo após inauguração. À esquerda, casa de farinha nos dias atuais.	59
Figura 10 - Panorâmica da entrada do Assentamento com indicação de equipamentos coletivos.....	59
Figura 11 -À esquerda, prédio da Casa da Farinha. À direita, zelador Zé Ailton, retirando a farinha do forno.	87
Figura 12 - Mutirão para produção de farinha.....	89
Figura 13 – À esquerda – Interior da antiga edificação. À direita - Nova edificação da fábrica de polpa.	95
Figura 14 - Equipe de processamento interna da fábrica de polpa.....	99
Figura 15 -Linha do tempo do Assentamento Sete Brejos	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Representação esquemática de algumas estruturas de reciprocidade propostas por Temple, 1998.....	40
Tabela 2 - Matriz de Análise	46
Tabela 3 - Lista dos assentados entrevistados	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem do total de Assentamentos divididos por década de criação no Brasil e no Nordeste	24
Gráfico 2 - Porcentagem do total de Assentamentos divididos por década de criação em Sergipe e no Nordeste.....	26

LISTA DE SIGLAS

IPNRA	I Plano Nacional da Reforma Agrária
IIPNRA	II Plano Nacional da Reforma Agrária
APP	Áreas de Preservação Permanentes
ASCAMAI	Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba
ASCOSUL	Associação de Cooperação da Região Sul de Sergipe
CEASA	Central de Abastecimento
COOPEALNOR	Cooperativa de Produção e Comercialização de Pequenos Agricultores Orgânicos do Litoral Norte da Bahia
COOPERAFIR	Cooperativa de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região
ECOCITRUS	Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Referencial teórico e metodologia.....	19
1.1 Contextualização histórica da Reforma Agrária.....	19
1.1.1 No Brasil.....	19
1.1.2 Em Sergipe.....	25
1.2 Teorias da ação coletiva.....	28
1.2.1 A lógica da ação coletiva segundo Olson.....	28
1.2.2 A tragédia dos comuns.....	30
1.2.3 O dilema dos prisioneiros.....	30
1.2.4 Crítica da aplicação da Teoria da Escolha Racional à análise da ação coletiva.....	31
1.2.5 Manejo dos recursos e bens comuns segundo Ostrom.....	33
1.2.6 A importância da reciprocidade no coração da ação coletiva.....	36
1.2. A contribuição da teoria da reciprocidade.....	38
1.2.1 Teoria da dádiva e reciprocidade.....	38
1.2.2 A renovação da teoria antropológica da reciprocidade.....	39
1.3 Procedimentos metodológicos.....	42
1.3.1 Estudo de caso.....	42
1.3.2 Matriz de análise.....	45
1.3.3 Técnicas de coleta e tratamento dos dados.....	47
2. História e evolução da cooperação no Assentamento Sete Brejos.....	50
2.1 Contextualização histórica e formação do Assentamento.....	50
2.2 Organizações e práticas de cooperação na produção do Assentamento.....	56
a) Organizações de produtores.....	56
b) Práticas de cooperação não formalizadas.....	61
2.3 Principais mudanças.....	63
3. A cooperação por ajuda mútua na produção.....	67
3.1 Grupos de Mutirão.....	67
3.2 Troca de Diária.....	75
3.3 Empréstimos de terras entre assentados.....	79
3.4. Principais mudanças.....	83
4. Cooperação em torno da gestão de equipamentos coletivos.....	87

4.1 Casa de Farinha.....	87
4.2 Fábrica de Polpa.....	94
4.3 Principais mudanças	103
Considerações finais	105
Referências	110
Apêndice A – Linha do tempo do Assentamento Sete Brejos.....	114
Apêndice B – Lista de entrevistados	117

Introdução

Pensar coletivamente o assentamento é um dos grandes desafios dos assentados. Na primeira fase do acampamento, onde todo o grupo é movido por um objetivo comum, a obtenção da terra, todas as decisões do grupo tendem a ser unificadas visando a conquista. Após alcançá-lo é natural que cada um dos assentados comece a investir em seus objetivos individuais. É justamente o equilíbrio e a harmonia entre os desejos individuais e coletivos que constituem a base para a construção de relações de cooperação e ajuda mútua no Assentamento e entre os próprios agricultores.

O objetivo deste estudo é compreender as relações de cooperação na produção entre os agricultores do Assentamento Sete Brejos, visando compreender como as relações surgiram, se mantiveram e se desenvolveram ao longo dos anos.

O Assentamento Sete Brejos está localizado no litoral Sul do estado de Sergipe, no município de Indiaroba. Os agricultores ocuparam a fazenda Sete Brejos em 1996, mas o Assentamento somente foi oficialmente reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) um ano depois, em dezembro de 1997. A região sul do estado de Sergipe é conhecida por ter terras férteis e acesso à água, características que facilitam o cultivo e desenvolvimento do Assentamento. Até hoje uma particularidade marcante do Assentamento Sete Brejos e dos outros assentamentos dessa região é a agricultura familiar voltada para à exploração de laranja, maracujá, abacaxi, coco e hortaliças além da agricultura de subsistência.

O primeiro contato entre o Assentamento Sete Brejos e a ATARÉ¹ ocorreu em maio de 2017, durante o curso de fotografia e de leitura de imagem ministrado pelo escritório. O curso foi oferecido para os produtores orgânicos e biodinâmicos de suco Fairtrade das cooperativas ECOCITRUS (Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí) e COOPEALNOR (Cooperativa de Produção e Comercialização de Pequenos Agricultores Orgânicos do Litoral Norte da Bahia). Cada uma das cooperativas tinha direito a escolher quatro cooperados para participar do curso. A participação da COOPERAFIR (Cooperativa de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região) foi articulada pela Josete, funcionária da COOPEALNOR, que conversou com os cooperados da cooperativa e juntos decidiram que uma das vagas seria usada para convidar o presidente

¹Escritório de comunicação, educação e design fundado em 2016. O escritório é focado em estreitar os laços entre produtores e consumidores através de meios digitais.

da COOPERAFIR, Marcos Paulo, a participar do curso, já que a Associação do Assentamento Sete Brejos desejava iniciar o processo de certificação orgânica.

Durante o curso Marcos Paulo colocou em questão a busca, tanto do Assentamento Sete Brejos quanto a COOPERAFIR, por outras formas de comercialização já que ambos têm suas fontes de renda quase todas voltadas para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e estavam inseguros quanto à continuidade das políticas governamentais de compras. Ainda durante o curso foram feitas as primeiras articulações entre o Assentamento e a ATARÉ. O projeto “Conhecer para amar”² foi escrito juntamente com a comunidade. O projeto foi aprovado e teve início em novembro do mesmo ano.

O primeiro contato presencial com o Assentamento Sete Brejos aconteceu durante a apresentação para a comunidade do projeto “Conhecer para Amar” (figura 1) Nesse dia, foi convocada, com três semanas de antecedência, uma Assembleia extraordinária de moradores do Assentamento Sete Brejos. Visando incluir a comunidade vizinha, os moradores do Assentamento Sete Brejos optaram por incluir Assentamentos e cooperativas vizinhas na assembleia. Para a assembleia foram convidados os moradores do Assentamento Joelia Lima, membros da COOPEAFIR, a cooperativa de comercialização das Catadoras de Mangabas (ASCAMAI) e da COOPEALNOR.

Figura 1 - Apresentação do projeto "Conhecer para Amar"



Fonte: Banco de imagens da autora – 2017.

A reunião teve início com a apresentação dos membros da ATARÉ e do palestrante convidado pela ATARÉ. Em seguida foi apresentado o projeto “Conhecer para Amar”, esclarecendo que o objetivo principal é trabalhar com frutas nativas e auto documentação no campo. Logo após cada um dos participantes foi convidado a se apresentar e contar um pouco

² O projeto “Conhecer para Amar” é financiado pela Fundação Misereor que tem como objetivo desenvolver uma metodologia para inserção de pequenas comunidades no mercado através do uso de ferramentas de comunicação pautadas na imagem.

sobre o que planta e/ou comercializa. A maioria dos participantes descreveu que além da laranja e do abacaxi, principais produtos comercializados pela cooperativa, também plantam hortaliças, temperos e tubérculos para comercialização em feiras livres e para o PNAE.

Ao contrário do que havia sido proposto pela equipe da ATARé que executa o projeto, os assentados se recusaram a selecionar um grupo de jovens para participar do projeto antes que ele fosse apresentado para todos os assentados do Sete Brejos, dos assentamentos vizinhos e das cooperativas parceiras, como uma forma de retribuição e fortalecimento dos laços já estabelecidos. Após a apresentação do projeto pela ATARé, as lideranças do Sete Brejos propuseram que a definição dos participantes ocorresse de forma voluntária. Dessa forma, os jovens interessados dirigiram-se à frente do semicírculo e assim formou-se o grupo de trabalho do projeto.

A forma aberta, transparente e horizontal proposta pelas lideranças para escolher os participantes do curso junto com a receptividade dos jovens assentados em se voluntariarem despertou a curiosidade para compreender o funcionamento das relações de cooperação e tomada de decisão do Assentamento. As relações observadas durante esse primeiro contato certamente não se iniciaram de uma hora para outra e correspondem a uma experiência e uma prática acumulada, pois, os vínculos de confiança, assim como as práticas de cooperação, podem demorar anos para serem estabelecidos.

Nesse contexto apareceram duas perguntas: 1) como ocorreram o surgimento, permanência e evolução das práticas e relações de cooperação na produção entre os agricultores e as suas famílias no decorrer da trajetória do Assentamento? 2) como se deu a adaptação ou transformação da cooperação num contexto marcado por novas formas de organização? Para responder a essas indagações é importante identificar quais são os laços sociais operando dentro do Assentamento, como surgiram e depois como são mantidos e reproduzidos.

Uma primeira hipótese levantada é que certas práticas de ajuda mútua familiar e interfamiliares, assim como formas de cooperação comunitária, ainda estão presentes no Assentamento, mesmo que tenham se enfraquecido ao longo dos anos. Uma segunda hipótese é que houve uma mudança das práticas de cooperação em função da origem e do processo de integração de novos agricultores no Assentamento.

Para verificar essas hipóteses proponho como objetivo geral desta pesquisa analisar a evolução das práticas e relações de cooperação entre os agricultores do Assentamento Sete Brejos. Esse objetivo geral se desdobra em três objetivos específicos: (i) Contextualizar e

caracterizar a evolução da organização social e das práticas de ajuda mútua e cooperação desde o processo de ocupação das terras do Projeto de Assentamento; (ii) Identificar e caracterizar as formas de cooperação entre famílias na produção agropecuária praticadas no Assentamento; (iii) caracterizar e analisar as modalidades e regras de manejo e gestão dos equipamentos coletivos.

A análise das relações de cooperação entre os agricultores do Assentamento Sete Brejos será realizada associando a teoria da ação coletiva, a teoria da governança dos recursos comuns (OSTROM, 1990, 1992, 1998; OLSON, 1965) e a teoria antropológica da reciprocidade (TEMPLE 1998, 2003; SABOURIN 2009, 2011). Com base no referencial teórico levantado serão propostas categorias de análise para identificar as relações de cooperação entre agricultores. Este trabalho utilizará o método qualitativo de pesquisa. Serão realizadas observações sobre cotidiano e o histórico dos agricultores a partir das entrevistas individuais realizadas com os membros do Assentamento. O detalhamento sobre os critérios e a amostra dos assentados que serão entrevistados e a metodologia utilizada serão apresentados no sub-capítulo 1.3.

O texto da dissertação conta com quatro capítulos. O primeiro apresenta o referencial teórico e metodológico. O segundo introduz a história do Assentamento Sete Brejos e a trajetória das diversas formas e práticas de cooperação na produção agropecuária.

O capítulo 3 examina as formas de ajuda mútua não formalizadas na produção. O capítulo 4 analisa as modalidades e regras de gestão dos equipamentos coletivos do Assentamento. As considerações finais discutem os resultados e as hipóteses levantadas da pesquisa.

1. Referencial teórico e metodologia

1.1 Contextualização histórica da Reforma Agrária

1.1.1 No Brasil

A concentração fundiária é uma questão histórica brasileira que remete à colonização europeia. O modelo adotado por Portugal para expandir a colônia se tornou a base dos problemas fundiários enfrentados no país. Esse modelo fez com que poucos fossem detentores de grandes porções de terras enquanto a maioria não possuía acesso a terra alguma. A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei da Terra, foi promulgada durante o período imperial e é a primeira legislação brasileira que dispõe sobre a compra e posse de terras devolutas. Essa lei dificultou o acesso à terra aos que não a possuíam e solidificou o processo de concentração na mão dos que já tinham. Essa disparidade, até hoje é base dos conflitos e revoltas populares relacionadas à distribuição da terra, como foi o caso da organização das Ligas Camponesas³ (REIS, 2012) que surgiram no início da década de 1960.

A pressão das militâncias políticas dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais foi de extrema importância para a criação das primeiras ações a favor da reforma agrária no Brasil. Somente em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que deu aos trabalhadores rurais direitos similares aos direitos do trabalhador urbano, por exemplo, o direito a férias, salário, aviso prévio e estabelecendo direitos individuais e coletivos. Mas a falta de fiscalização fez com que a lei fosse pouco cumprida.

Imediatamente após o Golpe de Estado de 1964, as ações em prol da reforma agrária foram interrompidas. Já nos primeiros dias após o Golpe os grupos de esquerda, como por exemplo, a Liga Camponesa e a União Nacional dos Estudantes, que se manifestaram contra os militares tiveram integrantes presos irregularmente. Ao mesmo tempo, o golpe foi apoiado por grande parte dos proprietários rurais e empresários.

As pautas da Reforma Agrária e da colonização da Amazônia só voltaram à agenda política do governo militar por pressões externas. Com isso, foi promulgada, em 10 de novembro de 1964, a emenda constitucional nº10 que permitiu à União “promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública” (BRASIL, 1964). As desapropriações sob

³Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC) as Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais de caráter civil e voluntário, autônomo ao Estado com reivindicações ligadas à posse e ao usufruto da terra. Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>> Acessado em 15/05/2018.

essa prerrogativa aconteceram poucas vezes entre a data de promulgação da emenda até o final da década de 70 (MEDEIROS; LEITE, 2009). Ainda no mês de novembro de 1964, o governo militar sancionou a Lei 4.504, o Estatuto da Terra, que definiu como latifúndios imóveis rurais que excedam a dimensão máxima de 600 vezes o módulo médio da propriedade rural ou 600 vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona. A mesma lei também criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)⁴ e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)⁵.

Ainda durante o governo militar, em 1975, o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia foi criada a Comissão da Pastoral da Terra. A Comissão foi fundada “como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam”⁶. Rapidamente a Comissão adquiriu um caráter ecumênico, passando a ser apoiada por outras igrejas cristãs, como por exemplo, os Luteranos, que lutavam pelos mesmos objetivos. A Comissão conseguiu mediar o diálogo entre Estado, proprietários rurais e Sem Terra, configurando um papel fundamental para os movimentos dos Sem Terra durante a Ditadura Militar.

Em 1984, aconteceu o 1º Encontro Nacional dos trabalhadores rurais, durante o Encontro o movimento camponês nacional decidiu pela fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). Segundo eles próprios⁷, o MST surge como herdeiro e sucessor de lutas anteriores, mas também do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já. Trazendo para o movimento não somente as questões relacionadas diretamente à terra mas também às questões políticas e sociais do país. Os objetivos principais definidos pelo grupo em 1985, durante o 1º Encontro Nacional, foram: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. O movimento adotou dois lemas “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução”.

Foi somente em 1985, devido à redemocratização do país, à pressão popular e o fortalecimento das organizações sociais, que as desapropriações sobre a prerrogativa da

⁴O Órgão tinha como finalidade promover e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária e administrar o Fundo Nacional de Reforma Agrária. Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-reforma-agraria-ibra>> Acessado em 10/10/2018.

⁵“Autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, sua principal finalidade era estimular e promover o desenvolvimento das atividades agrárias através da colonização, da extensão rural, do cooperativismo, do sindicalismo e outras formas de associação, da eletrificação rural, da revenda de material agropecuário, do desenvolvimento tecnológico e da organização e desenvolvimento de comunidades.” Fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-desenvolvimento-agrario-inda>> Acessado em 10/10/2018.

⁶Fonte: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>> Acessado em 02/10/2018.

⁷Dados disponíveis em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>> acessado em 02/10/2018.

emenda constitucional n° 10 que começaram as desapropriações em maior número. No mesmo ano, através do Decreto n° 91.766, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) aprovou o I Plano Nacional da Reforma Agrária (IPNRA). O plano prometia seguir as regras de desapropriação de imóveis rurais estabelecida no Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhões de famílias em quatro anos, causando manifestações contrárias dos grandes proprietários rurais.

No ano de 1988, a nova Constituição Federal trouxe um capítulo inteiro sobre a política fundiária agrícola e fundiária da reforma agrária. O Capítulo III da Constituição conta com dispositivos que visavam, de forma mais explícita, reparar a discrepância da divisão de terras agrárias do Brasil. Por exemplo, o artigo n° 184 da Constituição Federal passou a determinar que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988 n.p).

As responsabilidades vinculadas à reforma agrária⁸ que antes recaíam exclusivamente sobre o governo federal passaram a poder ser atribuídas aos governos estaduais e locais. Com isso, de acordo com suas necessidades, cada Estado fomentou a criação de organismos - secretarias e institutos, voltados especificamente para tratar de questões agrárias. A descentralização da Reforma Agrária, que poderia ser um entrave para o desenvolvimento local foi revertido justamente em um ponto chave para a disputa política local, como o que foi verificado por Medeiros e Leite:

Colocada como bandeira organizadora das demandas de diferentes movimentos sociais, a reforma agrária saiu dos limites estritos de seu público – os “sem terra”, os “posseiros”, etc. – e tornou-se um componente dos debates políticos em torno dos rumos e possibilidades de desenvolvimento do País. (MEDEIROS; LEITE, 2009, p. 10).

Em 1993, por meio da Lei n° 8.629, foram regulamentadas as normas constitucionais referentes à reforma agrária. A tensão entre posseiros e Sem Terra aumentava a cada ano. Até que, em 1995 e 1996 ocorreram dois massacres na região norte do país que marcaram a

⁸O dicionário da Educação no Campo define reforma agrária: “um programa de governos que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade para garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir.” (CALDART et al.,2012, p.659)

história de luta do MST. Em 1995, o massacre de Corumbiara aconteceu na reintegração de posse da ocupação da Fazenda Santa Eliana. Após a expedição da ordem de despejo, a polícia militar realizou a ação durante a madrugada que deixou nove assentados mortos e todos os barracos queimados. No ano seguinte, a ocupação à margem da Fazenda Macaxeira foi palco do massacre de Eldorado dos Carajás. Os trabalhadores rurais decidiram fazer uma marcha de protesto com o objetivo de protestar as promessas não cumpridas pelo governo do estado e reivindicando a desapropriação da área considerada improdutivo. Os trabalhadores rurais saíram em direção à Belém mas, em seguida, a foram impedidos de prosseguir. Após o cancelamento das negociações, os trabalhadores rurais fecharam a rodovia, mas foram cercados por policiais militares que mataram 21 e feriram 56 trabalhadores rurais.

No ano de 1996, por meio do Decreto nº 1.946, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa tinha como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996 n.p.). Para estimular novos padrões tecnológicos e gerenciais para o agricultor familiar o programa disponibilizava taxas de menores de juros para financiamento rural, possibilitando a capacitação dos agricultores e compra de novos equipamentos.

Em 1997, o movimento dos Trabalhadores Sem Terra marcharam de diferentes partes do Brasil em direção a Brasília. Além de marcar um ano do Massacre de Eldorado dos Carajás a marcha também tinha como objetivo cobrar punição aos responsáveis e de visibilizar a necessidade da Reforma Agrária. Cerca de 100 mil pessoas alcançaram a cidade ao mesmo tempo. Apesar dos obstáculos, os assentamentos rurais⁹ criados no Brasil geraram uma melhora na qualidade de vida dos assentados. Medeiros et al. (2009) em seu relato sobre a situação dos assentamentos no final dos anos 90, descreve que já era possível verificar um processo de:

reconversão de trajetórias de vida e reelaboração de relações sociais: cortadores de cana transformando-se em produtores familiares, trabalhadores de origem urbana tornando-se, pelo menos parcialmente, em agricultores, trabalhadores que tinham na

⁹ Será utilizada a definição de Assentamentos Rurais como: “ocupação e uso da terra para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob a forma de lotes individuais e, em alguns casos de áreas de uso e propriedade comum, sendo o patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público ou associado de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processo de reforma agrária.” (LOPES et al., 2009 p. 161).

provisoriamente do acesso à terra a condição de sua sobrevivência passando a ganhar condições de fixação, como “assentados. (MEDEIROS; LEITE, 2009, p.15).

Medeiros e Leite (2009) identificam a transformação de pessoas oriundas de diversas áreas, mudando de profissão e se transformando em agricultores e produtores familiares.

Em 2003 foi aprovado o II Plano Nacional da Reforma Agrária (IIPNRA), cuja a meta era realizar o maior plano de reforma agrária da história do Brasil, tendo a reforma agrária e a agricultura familiar como base para alcançar um desenvolvimento territorial sustentável. O termo “agricultor familiar” foi definido legalmente pela lei nº11.326 de 2006. A legislação que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais considera:

Agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, n.p).

O conceito de agricultor familiar utilizado pela legislação é restrito e muitas vezes não consegue abranger a heterogeneidade do grupo, uma vez que este foi pensando justamente para fornecer parâmetros para o crédito financeiro rural. Partindo do princípio de que a heterogeneidade dos agricultores familiares é uma das características fundamentais para definir o conceito nos aspectos acadêmicos, utilizamos utilizar a definição de agricultor familiar de Ricardo Abramovay:

Aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1998, p. 146).

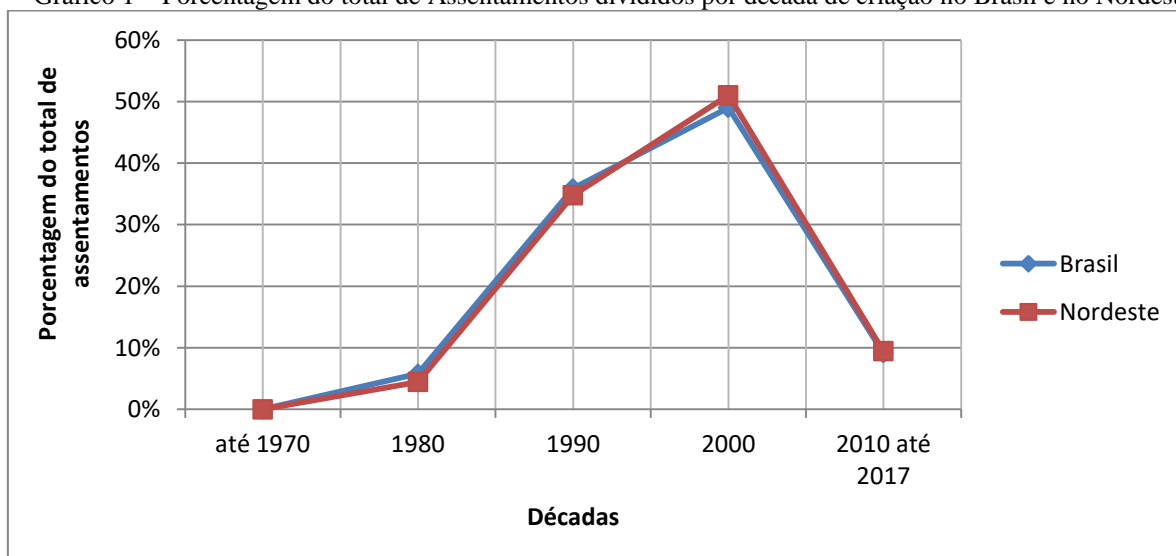
Em 2009, durante o Governo de José Inácio Lula da Silva, foi aprovada a Lei nº 11.947, que determinou que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNED) para o PNAE fossem destinados para a aquisição de produtos da Agricultura Familiar, com prioridade na compra de produtos oriundos de

Assentados da Reforma Agrária. A lei buscava incentivar uma alimentação mais saudável e diversificada e, ao mesmo tempo, apoiar o desenvolvimento local e a agricultura familiar.

Os dados do INCRA¹⁰ demonstram que durante o Governo Dilma Rousseff, houve uma redução drástica na quantidade de famílias assentadas pela reforma agrária. O presidente do INCRA à época, Celso Lacerda, argumentou que o foco estaria voltado para o desenvolvimento dos assentamentos já criados. No mesmo ano, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão da concessão de benefícios ao identificar irregularidades o que paralisou o programa de Reforma Agrária. Somente em 2017 a medida cautelar foi revogada após o INCRA apresentar providências para sanar as irregularidades. A suspensão continuou válida apenas para os casos que apresentaram irregularidades.

As iniciativas com objetivo de redistribuir terra acontecem desde a década de 70, mas somente a partir da segunda metade dos anos 80, com a implantação IPNRA verificou-se uma intensificação da criação de novos assentamentos rurais. Segundo os dados de 2017 disponibilizados pelo INCRA¹¹ o Brasil possui um total de 9374 assentamentos. Desse total 46% estão localizados no nordeste do país, a região com mais assentamentos criados desde a redemocratização do país. Em seguida vem a região Norte, onde estão localizados 23% do total de assentamentos.

Gráfico 1 – Porcentagem do total de Assentamentos divididos por década de criação no Brasil e no Nordeste



Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir de dados do INCRA

¹⁰ Dados disponíveis em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> acessado em 01/10/2018.

¹¹ Dados disponíveis em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> acessado em 01/10/2018.

Da promulgação da Lei da Terra até os anos 70, somente 29 assentamentos foram criados no país, sendo 15 deles localizados na região norte. Na década de 1980, principalmente após a redemocratização do país, foram criados 540 assentamentos. Já na década de 1990, foram criados 3361 novos assentamentos, sendo 1508 no Nordeste. E entre os anos 2000 e 2009 houve um aumento ainda maior no número de assentamentos criados, chegando a um total de 4589 assentamentos, dos quais 2211 localizados no Nordeste. De 2010 até 2017 foram criados somente 856 assentamentos em todo o Brasil, 409 na região Nordeste¹². A criação de novos assentamentos no Brasil e no Nordeste seguiu o mesmo ritmo, como demonstra o gráfico acima (gráfico 1).

1.1.2 Em Sergipe

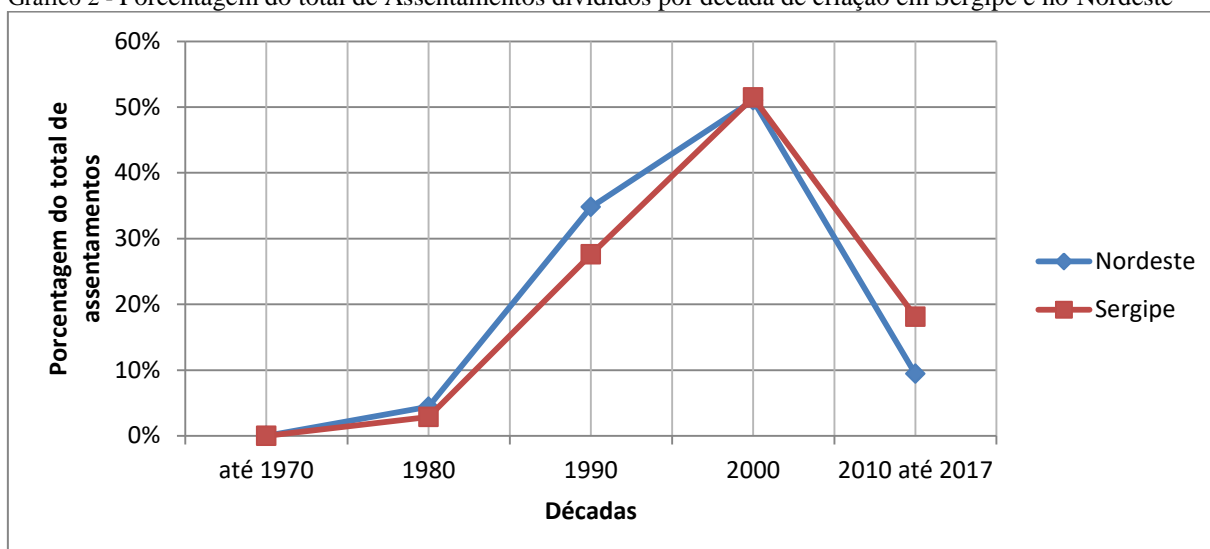
A luta pela terra no estado de Sergipe está especialmente vinculada à disparidade da distribuição das terras. A grande concentração fundiária do estado remete ao período colonial com as fazendas de cana-de-açúcar, e posteriormente com fazendas de algodão e gado. Além do controle da maioria das terras, os latifúndios controlam o acesso à água e às terras mais férteis (LOPES et al., 2009).

As duas instituições que mais deram suporte para os trabalhadores rurais no estado de Sergipe foram a Diocese de Propriá e o MST, ambas foram fundamentais para na articulação dos trabalhadores rurais de Sergipe na luta pelo acesso à terra mas cada uma delas trabalha sobre bases diferentes. A atuação da Diocese de Propriá se deu com maior intensidade na região do semiárido, enquanto o MST focou sua ação no sul do estado.

Durante o processo de redemocratização do país e nos anos seguintes os trabalhadores rurais de Sergipe foram mobilizados e organizados pela Diocese de Propriá, pelos sindicatos de trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (LOPES et al., 2009).

¹² Dados disponíveis em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> acessado em 01/10/2018.

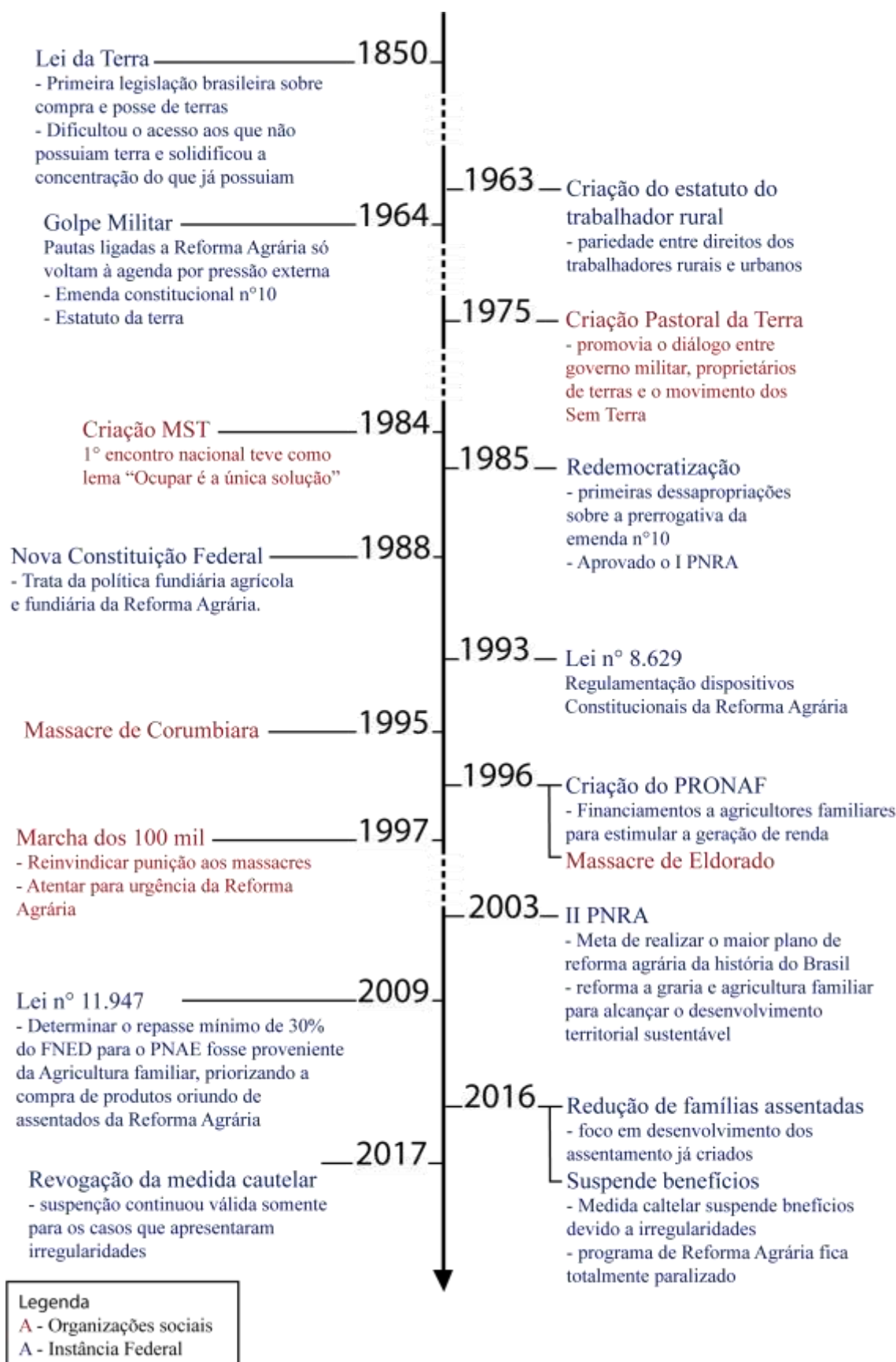
Gráfico 2 - Porcentagem do total de Assentamentos divididos por década de criação em Sergipe e no Nordeste



Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir de dados do INCRA

Especificamente no estado de Sergipe, os primeiros sete assentamentos foram criados nos anos 1980. Já na década de 1990 foram criados 67 assentamentos no estado. Entre 2000 e 2009 foram criados mais 125 assentamentos e de 2010 a 2017 mais 44 assentamentos foram fundados. O município de Indiaroba conta com um total de 10 assentamentos, formados por 493 famílias. Atualmente conta com 487 famílias assentadas. A criação de novos assentamentos e no estado do Sergipe e no Nordeste seguiu um ritmo semelhante, como demonstra o gráfico acima (gráfico 1).

Figura 2 - Linha do tempo da Reforma Agrária brasileira



Fonte: Produzido pela autora.

1.2 Teorias da ação coletiva

1.2.1 A lógica da ação coletiva segundo Olson

O economista Mancur Olson, no seu livro “A lógica da ação coletiva”, publicado originalmente em 1965, analisa certos aspectos do comportamento dos indivíduos nos coletivos (grupos e organizações) para propor uma teoria da lógica da ação coletiva. O autor parte do senso comum de que “quando há objetivos econômicos envolvidos, que grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente tentam promover esses interesses em comum” (OLSON, 2015, p.13). O autor refuta a premissa que indivíduos – com comportamento racional e centrado - sempre agirão em prol de atingir seus objetivos, argumentando que, esse comportamento irá variar de acordo com a configuração dos coletivos.

Olson propõe a divisão em dois grandes grupos: o que estão dentro do contexto de mercado (organizações) e os que estão fora do contexto de mercado (grupos). O autor afirma que é esperado que tanto as organizações quanto os grupos trabalhem pelos interesses comuns de seus membros, com os interesses puramente individuais devendo ser defendidos em ações individuais. Desta forma, é possível supor que “os indivíduos que pertencem a uma organização ou um grupo têm um interesse em comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização” (OLSON, 2015, p. 20). Ou seja, todo grupo ou organização é formado pela combinação entre interesses comuns e interesses individuais.

Para conseguir compreender como cada um dos grupos e organizações age, o autor inicia seu estudo sistemático identificando o propósito existente nas organizações, considerando os diversos tipos, formas e tamanhos que podem existir. O autor divide as organizações em três subtipos: *monopólio*, formando por somente uma empresa; *oligopólio*, grupo formado por poucas empresas, esse grupo pode ser subdividido em empresas com produtos homogêneos ou empresas com produtos diferenciados; e *competição atomizada*, quando nenhuma empresa tem efeito perceptível sobre qualquer outra, nesse caso pode ser subdividida entre *competição pura* ou competição monopolista.

Paralelo a isso, os autor subdivide os grupos fora do contexto de mercado em quatro subtipos, em que cada um dos grupos conta com características e benefício que estimulam ou desestimulam seus participantes a cooperarem em prol de um benefício comum. Os quatro subtipos são: *monopólio puro*, composto por um único indivíduo; *grupos privilegiados*, no qual os membros têm incentivo comum para se esforçar e promover o benefício coletivo,

podendo também haver benefícios individuais; *grupos intermediários*, onde nenhum membro sozinho obtém o suficiente para incentivar a promoção do benefício; e *grupos latentes*, como sendo grupos que têm poder de se mobilizar, mas podem precisar de incentivos seletivos para tal.

As organizações e os grupos contam com características análogas dentro de suas subdivisões, a característica do monopólio é similar a do monopólio puro, o oligopólio é equivalente aos grupos privilegiados e aos grupos intermediários e por último as características da competição atomizadas podem ser comparadas às do grupo latente. Com isso o autor conclui que independentemente da forma, o tamanho é um fator determinante para estabelecer se é possível ou não que a busca racional e voluntária de um interesse individual promova um comportamento grupal (OLSON, 2015).

Um comportamento problemático observado por Olson é a figura do “free rider” entre tradução livre, pegar carona. Esse comportamento acontece quando todos os membros de um grupo se beneficiam da ação coletiva mesmo que nem todos tenham cooperado para atingi-lo. Mesmo sem a cooperação de todos os membros a parcela do benefício continua sendo suficiente para que membros que cooperarem continuem a cooperar. Esse equilíbrio, da quantidade de membros que cooperam e que só usufruem do benefício, é tênue. Se o número de associados que não cooperam para o benefício cresce demais, é provável que a parcela do benefício passe a não valer mais a pena, levando outros membros a não cooperarem.

Para tentar conter esse tipo de comportamento, grupos pequenos contam com mecanismos para mobilizar seus integrantes, Olson classifica como “incentivos seletivos”. Esses incentivos seriam uma forma de estimular a cooperação para garantir que o grupo alcance o benefício coletivo. Os incentivos podem ser positivos, estimulando a ação em grupo; como podem ser negativos, por exemplo, coagir e punir membros por não cooperarem ou mesmo fazer tais membros arcarem com os custos da não cooperação. A “pressão social” também pode ser utilizada para incentivar esses mesmos grupos a cooperação; a “pressão social” não gera necessariamente um benefício econômico, mas sim uma afirmação do status social e aceitação do indivíduo dentro do grupo.

1.2.2 A tragédia dos comuns

O artigo de Garrett Hardin “A tragédia dos comuns” (1968) até hoje é referência para exemplificar a cooperação entre indivíduos no caso do manejo de recursos em propriedade comum. O autor se propõe a investigar uma classe de problemas que denomina como “problemas técnicos sem solução”. Entre eles, estaria o “problema de população”. Hardin afirma que, apesar da questão da superpopulação representar uma angústia para todos, a maioria busca solucionar o problema sem ter que abrir mão de nenhum privilégio. Ele inclui nessa classe de “problemas técnicos sem solução” a questão da preservação e do manejo de áreas e equipamento de uso comunitário. Neste sentido, fala da “tragédia dos comuns”. Como exemplo, Hardin utiliza o compartilhamento de um campo de pastoreio. É esperado que, para maximizar o lucro individual, cada vaqueiro sempre tente aumentar o número de seus animais no pasto. Mas cada animal adicionado no pasto, deixa-o mais perto do sobrepastoreio. A tragédia dos comuns se encontra justamente nessa situação, para o homem racional, a melhor opção é aumentar o rebanho, mas se todos fizerem a mesma escolha o sistema entrará em ruína, pois o pasto tem uma capacidade de suporte limitada. Similar ao problema da população, aumentar o rebanho sem limites em um mundo limitado levará todos à ruína. Como forma de solucionar esse problema, Hardin apresenta o conceito de coerção mútua, ou seja, mesmo sendo os indivíduos livres para fazer suas escolhas, ao optar por viver em sociedade nos vinculamos a normas mutuamente acordadas. O autor tem uma visão pessimista sobre o uso das terras para fins coletivos e propõe como solução alternativa, a coerção pelo Estado (autoritarismo ou ditadura) e a privatização do recurso pelo mercado. Estendido à questão da superpopulação, Hardin propõe como solução para acabar com o problema da tragédia dos comuns, renunciar à liberdade da humanidade.

1.2.3 O dilema dos prisioneiros

O cientista político Robert Axelrod em seu texto “The evolution of cooperation” (1984) revisita os modelos teóricos de cooperação para analisar as possibilidades e compreender porque, na maior parte dos casos, a cooperação acaba sendo a melhor opção. Para demonstrar o surgimento da cooperação entre indivíduos egoístas, Axelrod utiliza como exemplo as ações de reciprocidade e parceria entre senadores norte americanos. O autor afirma que engana-se quem pensa que a emergência da cooperação se dá de forma voluntária.

Nesse caso a reciprocidade é a forma encontrada para se sobreviver dentro do Senado. Para isso, um conjunto complexo de normas e retribuições entre os senadores parceiros é criado em vista a garantir um ganho mútuo.

O autor também utiliza o modelo teórico do dilema dos prisioneiros, formalizado nos anos 1950 pelo matemático Albert W. Tucker para compreender as relações de cooperação entre indivíduos. Nesse exemplo dois suspeitos cúmplices de um crime são detidos, separados e impossibilitados de se comunicar. Para ambos são dadas as mesmas duas opções, confessar o crime (trair o outro) ou permanecer em silêncio (cooperar com o outro). A decisão tem que ser tomada às cegas, sem saber a decisão do outro. Se houver cooperação mútua entre eles, ambos se saíram bem. Se os dois delatarem, ambos recebem uma punição. Se um cooperar e outro trair, o que confessou sai sem punição enquanto o outro arca com toda a penalidade.

Baseado no dilema dos prisioneiros, Axelrod propõem uma modificação do mecanismo original. O autor inclui uma regra no dilema, os prisioneiros têm a possibilidade de se encontrarem múltiplas vezes uns com os outros. A modificação do dilema original tem como objetivo criar uma situação propícia para o surgimento da cooperação. Deste modo, as escolhas feitas em uma interação poderão influenciar no resultado das próximas possíveis interações. Diferentemente do modelo inicial, o autor percebe que a cooperação entre indivíduos egoístas surge no momento em que as escolhas do presente afetam de maneira significativa o futuro, ou seja, quanto mais peso o futuro tem nas decisões tomadas no presente, maior a chance de surgir a cooperação entre indivíduos.

1.2.4 Crítica da aplicação da Teoria da Escolha Racional à análise da ação coletiva

A cientista política Elinor Ostrom em seu livro “Governing the Commons” examina o manejo dos bens e recursos comuns¹³. Ela critica os modelos teóricos de Olson e Hardin fundados na teoria da escolha racional que pressupunha que o indivíduo sabe de tudo e toma suas decisões em função desse conhecimento. É justamente essa onisciência do indivíduo sobre suas ações que é criticada por Ostrom. Esses modelos teóricos – como, por exemplo, a tragédia dos comuns, o dilema do prisioneiro e a lógica da ação coletiva segundo Olson - levam a crer que só existe uma solução para os problemas enfrentados. A análise desses modelos teóricos leva à autora à conclusão de que se os modelos estiverem corretos os atores

¹³Ostrom define o manejo de bens e recursos comuns como um “sistema de recurso natural ou artificial que seja suficiente grande para tornar dispendioso excluir os potenciais beneficiários da obtenção do benefício de sua utilização.” (OSTROM, 1990. p. 30).

não seriam capazes de gerir recursos comuns, enquanto existem casos bem sucedidos no mundo afora.

Para Ostrom, nem a ideia de um governo central absoluto nem a privatização são a solução ideal para evitar a tragédia dos comuns. Para oferecer um embasamento teórico aos diversos casos bem sucedidos de manejo de recursos comuns que ela relata, Ostrom propõe criar simulações de novos modelos baseados no dilema do prisioneiro. Primeiro, parte do princípio de que a cooperação só existiria com ações de um governo absoluto. Nesse cenário seria possível propor sanções corretas aos usuários que não cooperarem. Ainda assim, seria necessário garantir a acuidade das informações, tornando elevado o custo para manter a agência.

Ostrom também analisa um cenário no qual a agência central contaria com informações completas sobre a capacidade dos campos, mas com informação incompleta sobre os atores. Sem dados completos sobre os atores, a agência central pode punir incorretamente atores que cooperaram, com isso, se a informação da agência central sobre os atores for menor que 75%, o equilíbrio do cenário será pior do que no em um cenário onde não houvesse uma agência central reguladora.

Ostrom analisa também outro modelo de manejo de recursos comuns que considera a privatização como o “único” caminho. Para esse modelo, ao invés de ter áreas compartilhadas, o campo seria dividido igualmente entre os atores. A autora observa que, além de aumentar os custos para os atores - obrigando-os a cercar todas as propriedades -, esse modelo parte do princípio errôneo que todas as partes do campo são homogêneas, que possuiriam a mesma capacidade de suporte sem levar em consideração as incertezas do ambiente – acesso a rios ou mesmo precipitação pluvial.

A autora critica os modelos apresentados anteriormente argumentando que qualquer agente externo que imponha uma solução única para um problema de manejo de áreas comuns será precipitado, uma vez que existem soluções diferentes de cooperação dependendo dos tipos de problemas encontrados no compartilhamento e manejo das áreas de recursos comuns. Após analisar esses cenários a autora propõe uma solução alternativa no qual os próprios atores estabelecem um contrato vinculativo, se comprometendo entre eles a uma estratégia cooperativa de manejo dos recursos comuns (OSTROM, 1990). Esse modelo tende ao equilíbrio pelo simples fato que, para serem efetivadas, as decisões tomadas pelo grupo devem ser consensuais, tornando os atores responsáveis pelas decisões e pela auto regulação do grupo.

Ao contrário do que acontece nos outros cenários, onde uma agência central era responsável por monitorar e sancionar o uso dos campos, os próprios atores são responsáveis por desenvolver seus contratos com as informações que possuem sobre os campos. A obtenção de informações sobre a capacidade do campo e as ações dos atores, é fornecida gratuitamente pelos próprios atores. Nesse caso a precisão e a qualidade das informações passa a ser de interesse dos próprios atores. A autora demonstra que os usuários de recursos coletivos tendem a estabelecer regras para conseguir gerenciar a utilização responsável do recurso que está sendo compartilhado, conseguindo muitas vezes usar os recursos de maneira sustentável.

1.2.5 Manejo dos recursos e bens comuns segundo Ostrom

Após demonstrar que os modelos teóricos não consideram todas as variáveis possíveis, Ostrom se propõe analisar o manejo de recursos comuns baseado em casos reais, para assim validar empiricamente o seu modelo teórico. Depois de analisar alguns exemplos de manejos de recursos comuns, Ostrom (1990) constata que, apesar de cada caso apresentar particularidades, a incerteza e o ambiente complexo são dois pontos fundamentais presentes em todos os estudos de caso. Com base nesses dois parâmetros, a autora propõe uma série de princípios, ou elementos essenciais, para o manejo duradouro dos recursos comuns. Ostrom opta por caracterizar os princípios e deixar que as regras particulares de cada caso sejam definidas individualmente de acordo com as especificidades observadas.

Os sete princípios observados por Ostrom (1990) foram:

- 1) definição de limites claros, especificando quem está autorizado a usar os recursos;
- 2) congruência entre regras de apropriação e provisão e as condições locais (as regras devem representar os atributos específicos do recurso em particular)
- 3) arranjos da escolha coletiva: os indivíduos afetados pelas regras operacionais devem ter o direito de participar e modificá-las;
- 4) monitoramento: monitores responsáveis por auditar a condição dos recursos comuns;
- 5) existência de sanções graduais: aplicação (pelos próprios usuários) de sanções graduais para os que violarem as regras;
- 6) mecanismos de resolução de conflitos, realização de assembleias locais para que os apropriadores possam resolver seus conflitos rapidamente e com baixo custo;

7) reconhecimento mínimo dos direitos de organização, para que as regras de manejo criadas pelos apropriadores não sejam contestadas por agentes externos.

Nos casos onde os recursos comuns fazem parte de um sistema mais complexo, Ostrom adiciona um princípio extra: a existência de um alinhamento e articulação intersetorial na gestão, de maneira a organizar o manejo dos recursos em múltiplos níveis.

Ostrom reforça que os modelos teóricos da ação coletivos, que são apresentados no início do livro de Ostrom (1990), não estão necessariamente errados, só representam cenários extremos, sendo difícil ocorrer em cenários reais. O processo de manejo comum ou compartilhado é complexo e depende do compartilhamento de conhecimentos pelos atores envolvidos. Segundo Ostrom (1992) é justamente o compartilhamento de conhecimentos e informações que torna possível o manejo das áreas comuns, uma vez que envolve atividades complexas e interdependentes elaboradas por um conjunto de atores.

Num livro dedicado ao manejo dos sistemas e perímetros irrigados coletivos, Ostrom (1992) identifica que a construção e coordenação da ação coletiva têm como base três processos interligados: a delegação de poder e de responsabilidade, a aprendizagem coletiva e a capacidade de modificação ou estabelecimento de novas regras. Sabourin (2003) descreve o processo de delegação de poder e responsabilidade como:

A delegação de poder e de responsabilidade pelos membros do grupo está associada a três mecanismos: a representação que eles têm de sua identidade coletiva; a identificação de indivíduos iniciados ou experientes capazes de representar o grupo e de serem seu porta-voz; na falta de alguém com esse perfil, privilegia-se o reconhecimento de uma autoridade competente ou reconhecida socialmente, em particular nos sistemas hierárquicos ou de reciprocidade vertical. (SABOURIN, 2003, p.153).

Segundo Sabourin (2009), a proposta de Ostrom em relação à delegação de responsabilidade complementa a abordagem de Olson (1978) quanto às características e ao papel dos líderes¹⁴. Paralelo ao processo de delegação de responsabilidade há também o processo de delegação de poder interna ao grupo, associada ao conceito de liderança. Sabourin acrescenta que, para uma ação organizada acontecer, é necessário “a existência de um núcleo de indivíduos particularmente motivados, ativos, possuindo recursos ou uma capacidade de antecipação e determinação suficientes para redistribuir seu tempo e suas ideias” (SABOURIN, 2003, p. 154). Ou seja, para que a ação coletiva dê certo, é necessário

¹⁴Sabourin (2003, p. 154) define líderes como “aqueles que têm a capacidade e a vontade de assumir riscos, ou boas razões para fazê-los”.

que o movimento de cooperação se inicie internamente, ou conte com adesão do coletivo, não ocorrendo unicamente devido à ação de um agente externo.

Ostrom (1992) ressalta que, tão importante quanto avaliar as regras que já estão sendo usadas, é a necessidade de determinar o nível e o tipo de conhecimento que os indivíduos têm sobre o recurso comum. Segundo a autora, é ainda melhor observar na prática como os atores lidam para solucionar os problemas. Essas informações serão importantes, na fase seguinte, para determinar com mais propriedade as regras de uso para o compartilhamento dos recursos entre os usuários. Sabourin aponta que, “antes do reconhecimento dos objetivos comuns, a aprendizagem coletiva passa pela confrontação de diversas representações individuais ou coletivas. A nova representação coletiva conserva, frequentemente, especificidades endógenas.” (SABOURIN, 2003, p. 155).

Segundo Sabourin (2003) a etapa do estabelecimento de novas regras de uso do recurso comum é o desfecho do processo de decisão coletiva. Isso porque, ao se chegar nessa etapa é esperado que o grupo já tenha passado pela fase de delegação de poder e da fase de aprendizagem experimental para só então conseguir formular um conjunto de regras que seja coerente com as necessidades dos atores e a disponibilidade dos recursos.

Ostrom (1990) identifica três níveis de regras com efeito acumulativo de acordo com as ações tomadas e os resultados obtidos. A primeira regra identificada é aquela das escolhas constitucionais, estas determinam tanto os atores admissíveis no sistema quanto quais as regras específicas utilizadas para elaborar o conjunto de regras da escolha coletiva (OSTROM, 1992). A segunda regra apresentada são as regras de escolha coletivas, ou seja, as que afetam indiretamente as escolhas operacionais, e são utilizadas para fazer políticas de gerenciamento. Ostrom (1992) explica que mudanças nas políticas de gerenciamento implicam mudanças nas regras operacionais. E por último Ostrom apresenta as regras operacionais, aquelas que influenciam as ações do dia-a-dia e também a relação de troca de informações e quais sanções ou recompensas devem ser aplicadas. Sabourin considera que “a construção social das regras consiste em negociar mecanismos de funcionamento e, sobretudo, de reprodução do sistema. Coloca em jogo atores locais e também externos” (SABOURIN, 2003, p.156). Esse conjunto de regras afeta o conjunto de regras operacionais. Ostrom reforça que, para as regras funcionarem, elas têm que ser conhecidas, aplicadas e acompanhadas por todos os membros do grupo.

Ostrom (1990) critica que a maioria das análises dos problemas relacionados com o manejo de recursos comuns ocorrem apenas no nível operacional, partindo do pressuposto que

tanto as regras do jogo quanto as restrições (físicas e tecnológicas) continuem inalteradas durante o período de análise. Diferentemente desse pressuposto, A autora argumenta que tanto as regras quanto as restrições são passíveis de mudar com o tempo.

Além disso, Ostrom (1992) observa que é necessário ser flexível em relação à adoção das regras. Usa como exemplo o caso onde há uma grande variação nas características do sistema com as mudanças das estações (períodos de abundância de água em contraste com grandes períodos de seca). Em casos como esse, um conjunto de regras básico deve levar em consideração as características observadas em cada uma das estações, possibilitando sua adequação com as condições ambientais. O estabelecimento de regras não acontece sem conflito, uma vez que nenhum grupo é completamente homogêneo, mas essa negociação é fundamental, pois são elas que irão auxiliar na resolução dos conflitos futuros.

1.2.6 A importância da reciprocidade no coração da ação coletiva

Ostrom (1998), em seu artigo “A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action” adiciona mais um ponto importante de análise para os modelos de comportamento humano, a aprendizagem heurística. A autora exemplifica que nos modelos propostos pela teoria da escolha racional é considerado que só existe um nível de informação. Diferentemente do que ocorre em situações reais, onde os indivíduos tendem a tomar decisões a partir do conhecimento adquirido com o tempo, ou seja, tomando decisões baseadas em conhecimentos heurísticos.

Segundo a autora, quando os indivíduos aprendem a utilizar a heurística para a tomada de decisões, eles também acabam aprendendo a utilizar normas e regras (OSTROM, 1998). Ostrom (1998) define as normas como “valores internos ao grupo¹⁵ (positivos ou negativos) utilizados como base para tomada de decisões”. E por regras, Ostrom (1998) considera como sendo representações compartilhadas com o exterior, eventualmente sujeitas a sanção. Ou seja, enquanto normas são aprendidas e internalizadas, regras são criadas e formalizadas para lidar com determinadas situações. Regras podem ser criadas tanto para potencializar as relações de reciprocidade e de ajuda mútua assim como podem ser utilizadas para atribuir autoridade (OSTROM, 1998).

Segundo a autora foi justamente a capacidade de aprendizagem sobre normas e regras, durante milênios, que fez com que os seres humanos não só aprendessem a lidar com essas

¹⁵Crawford e Ostrom (1995 citado em OSTROM, 1998) definem valores internos como um parâmetro delta que pode ser adicionado ou subtraído do custo objetivo de uma ação.

situações, mas também a transferir como herança a capacidade de aprender normas e regras sociais. Para Ostrom (1998), a reciprocidade é uma norma social universal que se refere a uma série de estratégias que podem ser utilizadas em situações envolvendo dilemas sociais, como por exemplo:

(1) um esforço para identificar quem mais está envolvido, (2) avaliação da probabilidade de que outros sejam cooperadores condicionais, (3) uma decisão de cooperar inicialmente com outros, se os outros forem confiáveis como cooperadores condicionais, (4) uma recusa em cooperar com aqueles que não agem de maneira recíproca e (5) punição para aqueles que traem a confiança. (OSTROM, 1998, p. 10-11).

Baseado nessa série de estratégias, Ostrom conclui que as normas da reciprocidade compartilham um elemento em comum: os indivíduos tendem a reagir positivamente a elas em situações positivas e vice-versa, sendo a reciprocidade uma norma básica que rege a sociedade (OSTROM, 1998). Segundo a autora, a partir do momento que muitos indivíduos passam a utilizar as normas de reciprocidade ocorre um processo de incentivo de adquirir e manter uma reputação. Isso supõe manter promessas e realizar ações com custo em curto prazo para manter uma rede de benefícios em longo prazo (KREPS, 1990; MILLER, 1992; KEOHANE, 1984; MILGROM, NORTH e WEINGAST, 1990 apud OSTROM, 1998).

Para Ostrom, os indivíduos confiáveis podem confiar em outros indivíduos com reputação de confiabilidade para envolver-se em trocas sociais mutuamente benéficas. Ostrom (1998) identifica que, ao se tratar dos dilemas sociais, é justamente o nível de confiabilidade entre indivíduos que determina se eles estarão dispostos a cooperar, pois a decisão será baseada na expectativa de reciprocidade do outro. Com isso, no coração da explicação comportamental de Ostrom (1998) existe uma ligação entre a confiança entre indivíduos, o investimento que outros fazem para adquirir uma reputação de confiabilidade e a possibilidade dos atores envolvidos utilizarem normas de reciprocidade. Segundo a autora, esses três elementos criam um núcleo mútuo de fortalecimento da ação coletiva (OSTROM, 1998).

Para Ostrom (1998) esses três elementos podem ser considerados atributos individuais dos usuários, sendo eles importantes para explicar o comportamento dos atores em situações de dilemas sociais, como é o caso do dilema do prisioneiro e da tragédia dos comuns. Para a autora, é através da *confiança* que os indivíduos constituem expectativas sobre o comportamento do outro; por meio das *relações de reciprocidade* que os indivíduos aprendem

e desenvolvem normas sociais; e por meio da *reputação* que são criadas as identidades individuais dos usuários, com base nas intenções e nas normas.

No livro “Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade” Sabourin (2009) sistematiza as variáveis-chave da ação coletiva propostas por Ostrom (1998). No caso dos atributos do recurso, Sabourin (2009) identifica quatro atributos principais apresentados por Ostrom (1998), sendo eles: “*o estado do recurso* e os benefícios locais de sua manutenção e preservação; os *indicadores do recurso*: informações sobre o estado do recurso; a *variabilidade “conhecida”*; a *distribuição espacial e os limites externos conhecidos* desse recurso” (SABOURIN, 2009, p.105).

Ostrom (1998) acrescenta que além dos atributos dos usuários e dos atributos dos recursos, também é necessário analisar as variáveis estruturais do sistema para conseguir prever as chances dos usuários conseguirem solucionar o dilema social. Ostrom e Hess identificam as principais características os atributos físicos como “o tamanho, a localização, limites, capacidade e abundância do recurso” (tradução nossa, 2011, p. 46). Ostrom ressalta que mesmo pequenas mudanças nas variáveis estruturais afetam a previsão de resultados do sistema (1998).

1.2. A contribuição da teoria da reciprocidade

1.2.1 Teoria da dádiva e reciprocidade

A palavra reciprocidade vêm do Latim *reciproco*, que significa “voltar para trás ou de onde veio; coisas que se correspondente mutuamente”. O estudo etimológico da palavra explicita a característica de correspondência e mutualidade das ações. Essa definição pode ser aplicada tanto a elementos naturais como, por exemplo, os fluxos da maré, quanto em comportamentos sociais, tanto humanos quanto em relações institucionais e políticas. Para essa análise nos ateremos somente ao sentido comportamental aplicado às relações humanas do termo reciprocidade.

A teoria da reciprocidade antropológica nasce a partir dos trabalhos sobre a dádiva, de Marcel Mauss. Em seu texto “Ensaio sobre a dádiva” (1924) Mauss investiga a presença das relações de dádiva em sociedades primitivas. Nessa análise o autor identifica as relações de “dádiva/troca” como o fundamento da vida social e estabelece a universalidade da tríplice obrigação “dar, receber e retribuir”. Mauss identifica que as relações das sociedades primitivas se dão com “prestações totais”, ou seja, sem separar a afetividade da utilidade, sem

desassociar o objeto da pessoa que o presenteou. Embora no “Ensaio sobre a dádiva” Mauss não utilize, em nenhum momento, a palavra “reciprocidade”, ele identifica a tríplice obrigação “dar, receber e retribuir” que está na base da teoria da reciprocidade. O “Ensaio sobre a dádiva” é considerado até hoje um texto fundamental e que serviu como base para diversos autores e suas respectivas propostas de sistematização e de conceituação dos elementos da teoria da reciprocidade.

1.2.2 A renovação da teoria antropológica da reciprocidade

Temple analisa a obra de Mauss e evidencia a dádiva como sendo o princípio do reconhecimento do outro, e apresenta a reciprocidade de presentes como uma forma arcaica de troca (TEMPLE, 2003). Para o autor a reciprocidade pode ser dividida em três planos: o *real*, relativo às atividades humanas diárias; o *simbólico*, aquele que intervém quando as relações e os sentimentos que elas geram são expressos através dos sentidos e do corpo, principalmente através da palavra (linguagem oral, escrita, poesia, canto, dança, pintura etc); e o *imaginário* ou das representações do mundo é mobilizado quando as relações se libertam do real e vão para além da linguagem oral, o campo das religiões, do sagrado, da cosmogonia. Nessa classificação o conceito de *hau*¹⁶ seria interpretado como pertencente ao plano imaginário da reciprocidade, transmitindo um sentimento de gratidão e confiança.

Segundo Temple (2000a) o princípio da reciprocidade é justamente essa relação que permite que cada indivíduo faça a experiência da ação da qual ele é simultaneamente o agente. Nesse sentido, o indivíduo é responsável tanto por suas ações quanto pelas consequências geradas, sejam elas positivas ou negativas. A reciprocidade está presente tanto no nível individual quanto no nível coletivo, como por exemplo, em comunidades rurais.


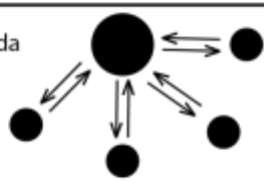

Desse modo, Temple identifica que as relações de reciprocidade podem ser classificadas em três formas e cada uma delas produzem valores diferentes. A primeira forma apresentada por Temple é a reciprocidade positiva. Trata-se da reciprocidade das dádivas como foi reconhecida por Mauss. Nessa forma as relações de reciprocidade produzem valores de respeito mútuo e amizade quando são equilibradas e de submissão e dependência do donatário quando são assimétricas. A segunda forma seria a reciprocidade negativa, caracterizada, por exemplo, pela relação de vingança ou pelo reconhecimento do outro na

¹⁶ O *hau* seria o espírito que acompanha o indivíduo ao qual a dádiva foi transferida. Para os Maoris o *hau* sempre tende a retornar ao local de nascimento e seria essa a força que moveria a ideia de circulação obrigatória da dádiva, das riquezas e dos tributos.

simetria da rivalidade ou da agressão. Por último, a forma simétrica corresponde a relações de reciprocidade equilibradas ou generalizadas. Nessa forma a reciprocidade gera valores de confiança, justiça e igualdade. As relações de reciprocidade simétricas nem sempre são visíveis, elas criam relações invisíveis que se personificam em valores éticos (TEMPLE, 2000b).

No artigo “El principio de lo contradictorio y las estructuras elementales de la reciprocidad”, Temple (1997) identifica e classifica as estruturas elementares em dois grupos: reciprocidade binária, relação entre duas pessoas ou dois grupos; e reciprocidade ternária, relação entre no mínimo três agentes na qual um sujeito atua sobre outro (Tabela 1). A estrutura de reciprocidade binária pode ser subdividida entre duas variantes principais: as relações cara-a-cara (*face to face*), de simetria entre duas pessoas ou dois grupos; e a variante do compartilhamento, na qual todos os membros do grupo estão envolvidos. Já as estruturas de reciprocidade ternária podem ser: linear unilateral, como é o caso da transmissão de saberes entre gerações; centralizada bilateral, referente a relações de poder como, por exemplo, as relações de chefe de família; e generalizada bilateral, como acontece nos casos de manejo de recursos comuns e compartilhamento de recursos.

Tabela 1 – Representação esquemática de algumas estruturas de reciprocidade propostas por Temple, 1998.

	Tipo de relação	Valores produzidos	Exemplo
Reciprocidade Binária	cara a cara entre dois sujeitos (indivíduos, grupos ou famílias)	Amizade e respeito mútuo	> Relação de ajuda mútua entre famílias > Fazer ou aprender juntos
	Compartilhamento (indivíduos, grupos ou famílias)	Confiança	> Todos para um e um para todos
Reciprocidade Ternária	Unilateral 	Responsabilidade	> Transmissão de saberes e patrimônio entre gerações
	Centralizada 	Dependência, obediência e poder para o centro	> Relações de poder: Chefe de família Estado Pajé
	Generalizada 	Justiça e equidade	> Manejo de recursos comuns > Compartilhamento de recurso

Fonte: Sabourin, 2011, p.56.

Cada uma das estruturas elementares da reciprocidade gera um sentimento específico, a reciprocidade binária é matriz do sentimento de amizade, característico das relações de ajuda mútua entre famílias e agricultores. O conceito de ajuda mútua é caracterizado como “uma forma de cooperação, de organização do trabalho revelando da reciprocidade ou da solidariedade na produção” (CONDOMINAS, 1961, 1974; MAYER, 2002 apud SABOURIN, 2011, p.36). Nessa relação a importância não está relacionada diretamente à quantidade de horas trabalhadas ou o tipo de serviço prestado, mas sim à manutenção dos laços sociais, sentimentais e simbólicos. Mesmo que uma retribuição seja esperada, esta não precisa ser equivalente, imediata ou diferenciada, isentando o favorecido da obrigatoriedade de retribuição (SABOURIN, 2011).

Já as estruturas de compartilhamento geram o sentimento de pertencimento e de confiança, como exemplifica Sabourin:

Na estrutura do compartilhamento todos estão de frente uns para os outros. Os valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança. O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea na maioria dos depoimentos de camponeses, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário. (SABOURIN, 2010a, p.148).

É necessário reconhecer a existência do outro sem deixar de reconhecer a si mesmo, por exemplo, o sentimento de pertencimento a um grupo não deve excluir a personalidade individual do ser.

Já a estrutura de reciprocidade ternária unilateral é origem para o sentimento de responsabilidade. É por exemplo o caso da responsabilidade dos homens em relação à preservação do meio-ambiente para as gerações futuras (SABOURIN, 2011). A reciprocidade ternária bilateral é geradora do sentimento de justiça, relação entre duas pessoas ou grupos que ocorre de maneira equilibrada, nesse caso as prestações ocorrem nos dois sentidos (TEMPLE, 1997).

Sabourin (2011) explica que as comunidades rurais ou camponesas do Nordeste do Brasil têm regras de acesso e uso de recursos comuns, mas estas acabam sendo perturbadas pela interferência de agentes externos ou por processos de apropriação mercantil e de privatização. Pois, quando bens coletivos são recebidos sem se encaixarem numa estrutura de reciprocidade existente na comunidade, elas se transformam em objetos de conflito, tanto em relação ao seu uso quanto à sua manutenção (SABOURIN, 2011).

Sabourin (2011) considera que houve uma perda de importância da reciprocidade no plano da justiça causada pelos desequilíbrios econômicos existentes na configuração atual da sociedade. Ao assumir como normal a desigualdade econômica existente entre indivíduos ou mesmo entre grupos é esperado que o sentimento de justiça também sofra desvalorização, uma vez que este sentimento está vinculado à noção de equidade.

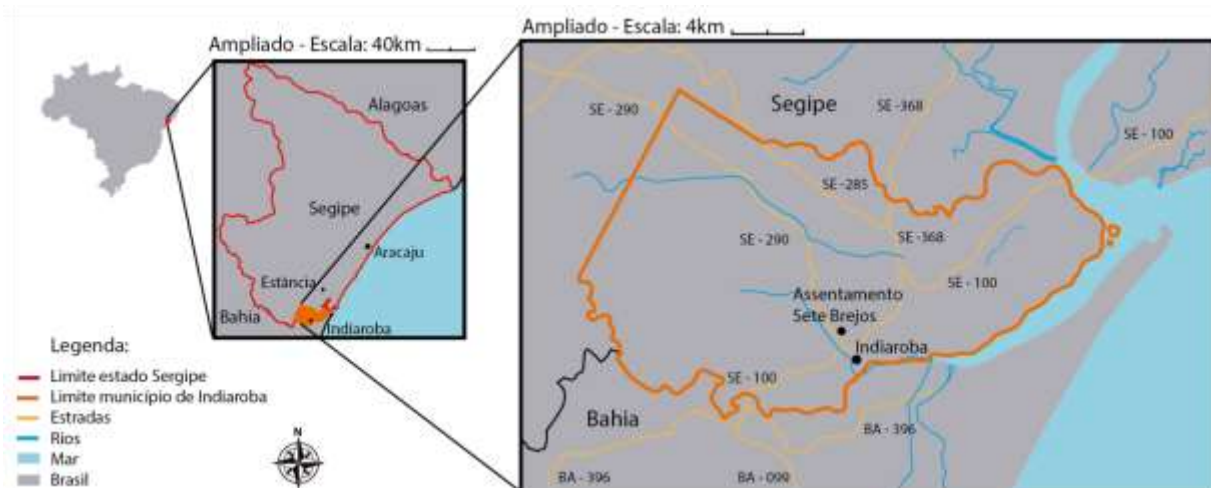
Sabourin reforça que o processo de auto-organização das comunidades é fortalecido pela existência de normas e regras de ação coletivas internalizadas pelo grupo; todavia, salienta que os conceitos de confiança, reciprocidade e reputação utilizados por Ostrom (1998) são diferentes dos utilizados pela Teoria da Reciprocidade. A principal diferença entre eles é que, enquanto Ostrom (1998) considera esses conceitos como normas sociais, “para a Teoria da Reciprocidade, a confiança e a reputação (o prestígio) são valores éticos produzidos por relações de reciprocidade simétrica.” (SABOURIN, 2010a, p.154).

1.3 Procedimentos metodológicos

1.3.1 Estudo de caso

O Assentamento Sete Brejos está localizado no município de Indiaroba, litoral sul do estado de Sergipe (figura 3), localizado a aproximadamente 100km de Aracaju. A região sul do estado é caracterizada por terras férteis e chuvas regulares. O Assentamento surgiu em 1996, quando um grupo de trabalhadores rurais participantes do MST ocupou a Fazenda Sete Brejos. Pouco mais de um ano depois da ocupação, no dia 31 de dezembro de 1997, o Assentamento foi reconhecido pelo INCRA na modalidade Projeto de Assentamento (PA) de nível federal. Nessa modalidade, é responsabilidade da União o aporte de crédito de apoio à instalação e de produção, da infraestrutura básica e titulação da propriedade e, por meio do INCRA, da obtenção da terra, seleção dos beneficiários.

Figura 3 - Localização Assentamento Sete Brejos



Fonte: Mapas produzido pela autora a partir de imagem de satélite Google.

A área do Assentamento é de 340 hectares sendo 20% destinado à reserva legal de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) entorno das nascentes e dos brejos. Da área total do Assentamento dez hectares são destinados ao uso coletivo (área administrativa, casa de farinha, fábrica de polpas de frutas, galpão de armazenamento e entre outros) e o restante da área é dividido em lotes de quatro a cinco hectares por família. Cada família possui dois terrenos: um lote menor localizado na Agrovila, rua principal do Assentamento (figura 4), onde estão localizadas as casas dos moradores; e outro maior, destinado ao cultivo. Muitos moradores também utilizam o lote na Agrovila para a criação de galinhas, cultivo de hortas para subsistência e venda em feiras.

Figura 4 – Agrovila Assentamento Sete Brejos atualmente.



Fonte: banco de imagens da autora, 2017.

Figura 5 - Área do Assentamento Sete Brejos



Fonte: Mapas produzido pela autora a partir de imagem de satélite Google.

O Assentamento está localizado a poucos quilômetros da cidade de Indiaroba (figura 5). Segundo dados do IBGE¹⁷ Indiaroba tinha no último censo 15.831 habitantes. Quando formalizado pelo INCRA o Assentamento contava com 67 lotes distribuídos entre 67 famílias, os lotes variam de 4 a 5 hectares por famílias. Ao longo dos anos, formaram-se novas famílias e, com isso, novas casas foram construídas nos fundos dos lotes da Agrovila. É dentro do contexto dessa comunidade que serão analisadas as relações de reciprocidade entre agricultores, em particular as formas de cooperação voluntárias, no seio de e entre as famílias e a relação dos moradores com a associação.

No Assentamento Sete Brejos as formas de reciprocidade observadas foram as relações de ajuda mútua entre as famílias de assentados. Essa relação ocorre pelo compartilhamento temporário de parte dos lotes individuais entre assentados. Como a divisão dos lotes aprovada pelo INCRA não levou em consideração a fertilidade do solo e o acesso à água, alguns dos lotes acabam sendo mais propícios para o cultivo que outros. Como forma de

¹⁷Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/indiaroba/panorama>

balancear esse desequilíbrio, os próprios assentados donos de lotes mais produtivos cedem uma parcela da terra para que assentados com terrenos menos produtivos cultivem plantas de ciclo curto, como milho, feijão e hortaliças. Já em relação aos equipamentos coletivos instalados no Assentamento há mais tempo, é perceptível que os assentados se apropriam e os utilizam de maneira compartilhada. Esse é o caso da casa de farinha, construída em 2002, na qual o processamento da mandioca ainda é realizado através de mutirões entre familiares e amigos.

Durante os primeiros contatos com a comunidade percebeu-se que, mesmo havendo práticas de diversas formas de ajuda mútua - como, por exemplo, compartilhamento de áreas de cultivos, mutirões para renovação dos equipamentos coletivos – os próprios assentados percebem que as ações de ajuda mútua vêm diminuindo com o passar dos anos. Os assentados mais velhos também observaram que as gerações mais novas não participam do auxílio para o cultivo nos lotes familiares nem dos mutirões em ações da comunidade ou envolvem-se menos com as questões da associação. Essas observações são similares ao se tratar dos moradores assentados há menos tempo.

1.3.2 Matriz de análise

Para atingir o primeiro objetivo específico sobre a evolução histórica das formas de organização e cooperação no Assentamento, será mobilizada a história contada pelos próprios assentados e por lideranças que participaram do processo. Será utilizada a teoria da ação coletiva (OLSON, 1965) para analisar as formas de organização social do Assentamento e a teoria da reciprocidade (TEMPLE, 2003; SABOURIN 2011) para caracterizar as formas de ajuda mútua e de manejo de recursos comuns ou compartilhados. Serão levados em consideração a história social, a trajetória tanto individual quanto coletiva dos atores, a organização social doméstica e produtiva. Uma atenção será dada também às influências de atores e fatores externos ao Assentamento, como por exemplo, mudanças de governo local, regional e nacional, modificação de legislações, atuação de políticas públicas, entre outros.

Para o segundo objetivo específico, a identificação e caracterização das formas de cooperação no Assentamento, será utilizada a teoria da reciprocidade antropológica tendo como principais autores para essa análise os textos de Temple (1998, 2003) e Sabourin (2003, 2009, 2010 e 2011). Serão utilizadas como variáveis de análise as relações de parentesco, vizinhança, ajuda mútua, solidariedade, compartilhamento de recursos, cooperação e troca.

Será examinado se as relações ocorrem de maneira generalizada ou somente entre parte dos moradores.

Já para o terceiro objetivo específico de analisar gerenciamento dos equipamentos coletivos e a sua evolução será a análise de governança dos recursos comuns (OSTROM, 1990, 1992 e 1998,). As variáveis analisadas para esse objetivo serão os atributos dos atores e dos recursos comuns presentes no Assentamento e as regras assegurando a reprodução das relações estruturantes de reciprocidade. Os critérios de análise serão a percepção das regras, a origem dos bens comuns, relações de conflito, confiança e reciprocidade. Os atores analisados serão os agricultores, as lideranças e as potenciais influências externas.

A tabela abaixo apresenta os principais conceitos a serem trabalhados em cada um dos objetivos, os principais autores, as variáveis de análise, as técnicas de coleta de dados e a forma de tratamento dos dados coletados.

Tabela 2 - Matriz de Análise

Objetivo	Referencial, conceitos e principais autores	Variáveis	Técnica de coleta de dados	Tratamento
Organização social – Contextualizar e caracterizar a evolução da organização social e das práticas de ajuda mútua e cooperação desde o processo de ocupação das terras do Projeto de Assentamento	História social, trajetória (coletiva, individual, lideranças, grandes eventos), organização social (doméstica e produtiva). Formas de organização Teoria da ação coletiva e ajuda mútua Autores: > OLSON, 1965 > SABOURIN, 2009	História e formação do Assentamento origem e seleção dos beneficiários e membros, influência MST STR, INCRA Eventos marcantes e influências apoios públicos Recebimento de fomentos, principais eventos, Evolução das formas de cooperação: ajuda mútua, mutirões (diferentes tipos) e uso de recursos comuns compartilhados Novas formas de organização no Assentamento para a produção: associações e cooperativas, etc	> Entrevista semi-estruturada > Atas de reuniões > Legislações > Notícias > Fotografias > Caderno de campo Atores: Agricultores e suas famílias (homens, mulheres e jovens), organizações, líderes.	> Transcrição das gravações das entrevistas e das anotações > Organização cronológica dos dados
Identificar as formas de Cooperação – Identificar e caracterizar as formas de cooperação	> OLSON, 1965 Teoria da reciprocidade antropológica Autores: > SABOURIN, 2003. 2009; 2010;	Formas e relações de ajuda mútua em trabalho e terra Empréstimo de terras mutirão, Tipos, forma e tamanho dos grupos; incentivos	> Entrevista semi-estruturada > Caderno de campo Atores a entrevistar :	> Transcrição das gravações das entrevistas e das anotações > Sistematização por categoria > Análise do

entre famílias na produção agropecuária praticadas no Assentamento	2011 > TEMPLE, 1998	seletivos Regras e normas dessas formas de cooperação, capacidade de aplicar regras e de fazê-las evoluir, delegação de poder/ responsabilidade, aprendizagem individual/coletiva	Agricultores e lideranças	conteúdo
Caracterização dos equipamentos coletivos – Analisar gerenciamento dos equipamentos coletivos e a sua evolução	Governança dos recursos comuns Teoria da reciprocidade antropológica Autores: > OSTROM 1990, 1992, 1998 > OLSON, 1965	Atributos do grupo: confiança, reputação, relações de reciprocidade, percepção das regras, tamanho do grupo Atributos do bem coletivo: origem dos bens comuns, estado do recurso	> Entrevista semi-estruturada > Caderno de campo Atores a entrevistar: agricultores, lideranças, influências externas (políticas e ONGs).	> Transcrição das gravações das entrevistas e das anotações > Sistematização por categoria > Análise do conteúdo

Fonte: elaborado pela autora.

1.3.3 Técnicas de coleta e tratamento dos dados

Para conseguir compreender as relações de cooperação existentes na comunidade Sete Brejos foi necessário conhecer e entender a história do Assentamento, desde a escolha do terreno para a ocupação, a criação e regularização do Assentamento pelo INCRA e a sua evolução nos anos subsequentes. Conhecer a história foi fundamental para compreender as relações existentes hoje dentro do Assentamento. Nessa etapa foram utilizadas duas formas de coleta de dados: documentos formais, como por exemplo, legislações, interferências de agentes externos, atas de reuniões; como também a história oral contada pelos assentados através de entrevistas. Com base no referencial teórico foi elaborado um roteiro, com perguntas norteadoras para as entrevistas realizadas durante a viagem de campo. As entrevistas têm como objetivo resgatar a história do Assentamento e compreender as relações de cooperação entre os agricultores assentados.

Além da pesquisa histórica foi necessário compreender a configuração atual, considerando a chegada de novos moradores, o crescimento das famílias, ampliação das casas existentes e a construção de novas casas. Também foi necessário contrapor a história do Assentamento aos eventos sócio-políticos regionais e nacionais, contextualizando se houve ou não relações entre os eventos da comunidade e os externos. Para isso, foi criada uma linha

cronológica indicando os principais eventos da história do Assentamento vinculados com os eventos sócio-políticos em nível regional e nacional.

Para garantir que os assentados se sintam à vontade durante as entrevistas, nenhuma das entrevistas foi realizada no primeiro encontro. Inicialmente, foi realizada uma conversa informal e não gravada como forma de quebrar o gelo. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, compostas por perguntas fechadas, para identificação dos entrevistados, seguidas de perguntas abertas, com tópicos gerais selecionados. As entrevistas foram realizadas de acordo com a técnica de testemunho pessoal, quando o foco de interesse da entrevista é definido pelo entrevistador. A escolha dos agricultores entrevistados foi feita de acordo com a representatividade dos mesmos dentro da comunidade, levando em consideração tempo de Assentamento e vínculo com a associação. Foram coletados dados sobre o entrevistado antes da realização da entrevista permitindo que fossem feitos questionamentos pertinentes.

As entrevistas individuais foram realizadas com o objetivo de compreender a história de formação do Assentamento, utilizando-se uma amostra intencional. Foram entrevistados lideranças e ex-lideranças, pessoas mais idosas que participaram do processo de formação do Assentamento e algumas pessoas que foram assentados depois da criação do PA. No caso das categorias sobre recursos e equipamentos coletivos, as entrevistas também foram realizadas com base em uma amostra intencional, procurando depoimentos de pessoas que tenham acesso e façam uso dos equipamentos e recursos comuns, em alguns casos, os mesmos ouvidos sobre a formação do Assentamento.

O número de entrevistas variou de acordo com o ponto de saturação, quando as informações começaram a se repetir. As entrevistas individuais foram realizadas com assentados do sexo masculino e feminino e de idades variadas, entre 32 e 86 anos, visando uma compreensão ampla sobre as relações entre os assentados. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para a matriz de análise, possibilitando que fossem revisitadas na fase de análise. Um caderno de campo foi utilizado para registrar as informações extras verbais observadas ao decorrer das entrevistas, e as informações identificadas foram anexadas à matriz de análise.

Seguindo a recomendação da resolução N° 510 do Conselho Nacional de Saúde, como a maior parte dos assentados é analfabeta funcional, o pedido de consentimento e assentimento foi feito oralmente. Da mesma forma, foi esclarecido para os participantes a natureza, o objetivo e a justificativa da entrevista, dando a oportunidade para os entrevistados

esclarecerem qualquer dúvida remanescente. Também foi apresentada aos entrevistados a opção de não ter sua identidade divulgada, mas todos os entrevistados optaram por utilizar os nomes reais. Por último foi esclarecido que, a qualquer momento, o assentimento poderia ser retirado sem prejuízo algum. Todos os pedidos de consentimento para a realização das entrevistas foram gravados no início das mesmas.

Foram realizadas duas viagens de campo no segundo semestre de 2018. A primeira viagem de campo teve duração de sete dias e a segunda viagem de campo teve duração de doze dias. Foram realizadas um total de 28 entrevistas, na primeira viagem, as entrevistas são referentes ao primeiro objetivo e foram ouvidos 17 assentados, 9 homens e 8 mulheres. Na segunda viagem foram realizadas as entrevistas referentes ao segundo e terceiro objetivo e foram entrevistados 11 assentados, sendo 8 homens e 3 mulheres. Nove dos assentados foram entrevistadas nas duas fases das entrevistas. A lista completa de entrevistados pode ser encontrada em anexo (Apêndice B).

2. História e evolução da cooperação no Assentamento Sete Brejos

Esse capítulo tem como objetivo contextualizar a história do Assentamento Sete Brejos, aprofundando seu processo de ocupação e criação. Para isso serão caracterizadas as práticas de ajuda mútua e cooperação, formais e informais, além de determinar as evoluções ocorridas ao longo dos anos. As informações apresentadas neste capítulo foram resumidas no formato de linha do tempo e adicionadas como o apêndice A.

2.1 Contextualização histórica e formação do Assentamento

Nos anos 1990, o conhecimento sobre normas e especificações necessárias para realizar a Reforma Agrária em fazendas improdutivas ainda não eram tão disseminada, principalmente no interior dos estados. No Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST havia os “frentes de massa”, pessoas que viajavam de cidade em cidade encarregados de convidar assalariados rurais para participar das reuniões. Os trabalhadores convidados que aderiam ao MST formavam um grupo e passavam a se reunir para começar a planejar a ocupação de terras.

As reuniões que deram início à ocupação da Fazenda Sete Brejos começaram aproximadamente um ano antes da data da ocupação, em 1995. Integrantes do MST viajavam pela região sul do estado do Sergipe, principalmente pelas cidades de Estância, Umbaúba, Indiaroba e Santa Luzia. A proximidade do município de Indiaroba com o estado da Bahia também fez com que os “frentes de massa” percorressem algumas cidades no estado vizinho, como Jandaíra e Cachoeira do Itanhi. As reuniões aconteciam uma vez por mês e tinham como objetivo inicial esclarecer o que era o MST e questões ligadas à Reforma Agrária. Dona Vilma, assim como outros assentados, conta que na época tinha medo de “entrar no que é dos outros”. De fato, várias das reuniões foram voltadas para convencer os trabalhadores que a Constituição Federal autoriza a desapropriação de terras improdutivas.

Paralelamente às reuniões com novos integrantes, as lideranças e membros das “frentes de massa” do MST se reuniram para escolher qual fazenda improdutiva da região seria escolhida para ser ocupada. Adinaldo Nascimento, atual prefeito de Indiaroba e na época dirigente da região sul pelo MST, conta que havia 15 propriedades improdutivas e com tamanho adequado para ocupação. Além das características exigidas por lei, outros critérios foram também levados em consideração para a escolha da propriedade: proximidade de centro

urbano, facilidade de acesso em relação aos municípios vizinhos, o proprietário da fazenda e como tratava os seus funcionários/trabalhadores. Com isso, a Fazenda Sete Brejos começou a ser cogitada para a ocupação. Marcos Paulo, na época “frente de massa” do MST conta que:

Começou a chamar atenção da gente o Sete Brejos pelo fato de ter sido de um ex-senador, governador da ditadura, do senhor Leandro Maciel, que foi o homem da ditadura no estado [de Sergipe]. Que comandou o estado. E pelo depoimento de situações que aconteciam na época, quando um empregado desobedecia, o que os jagunços faziam... Então começou a chamar atenção da gente e decidiu ocupar essa. E foi um alvoroço. Que era justamente a que o pessoal [as famílias de trabalhadores que estavam sendo mobilizadas] achava que não deveria pelo histórico de violência que tinha. E foi justamente por isso [pelo histórico de violência] que a gente entendeu, que simbolicamente, que tinha que ser essa. Porque era uma espécie de símbolo da repressão aos trabalhadores da região. Marcos Paulo (27/11/2018).¹⁸

A fazenda foi escolhida por ser uma área cuja ocupação teria forte repercussão, dando mais credibilidade para as ações do MST na região e serviria de incentivo para a formação de outras ocupações. Nos meses que antecederam à ação, como estratégia de distração, as lideranças do MST espalharam datas falsas para a ocupação da fazenda. Nas primeiras datas divulgadas houve uma mobilização maior da polícia. Continuou assim até o momento que, quem não participava das reuniões, já estava descrente que ia acontecer a ocupação.

No dia 26 de setembro de 1996, durante a madrugada, um grupo de aproximadamente 330 famílias cortou o primeiro arame da cerca e caminhou morro acima em direção à sede da fazenda. Imediatamente começaram a construção de barracos. Marcos Paulo conta que foi o medo que motivou montar o primeiro acampamento no topo do morro, para facilitar a vigilância. Mas, rapidamente, perceberam que, em razão da distância, os que fossem buscar água ficariam vulneráveis. Por isso, no dia seguinte, optaram por transferir o acampamento para uma área próxima ao rio, mesmo ficando mais expostos.

A maior parte dos assentados ocupou a fazenda levando a família toda, mas outros preferiram deixar os filhos e a mulher na cidade. Dona Vilma foi uma das mulheres que permaneceu na cidade e conta que, no dia seguinte, seu marido, Seu Nego mandou recado que estava tudo bem que era para ela se juntar a ele. Ainda com medo, só o filho mais velho foi ficar com o pai. Depois de mais alguns dias Dona Vilma foi visitar o acampamento, gostou e não saiu mais de lá.

Três dias depois da ocupação, os assentados receberam uma ordem de despejo. A ordem foi cumprida sem violência e o acampamento foi reconstruído no acostamento da rodovia SE-290, que liga Indiaroba a Umbaúba. Os barracos foram construídos dos dois lados

¹⁸ Nas transcrições das entrevistas optou-se por manter a oralidade da fala dos entrevistados.

da estrada e se estendiam por aproximadamente um quilômetro e meio. Nesse período foram formados os primeiros mutirões do Sete Brejos. Marcos Paulo contou em entrevista que:

Na fase de acampado, para melhorar a organização, tinham algumas tarefas que eram importantes. Primeiro na questão da segurança, a gente precisava montar um esquema de segurança por causa das famílias. E depois para as tarefas como fazer o barracão onde vai funcionar a escola, o barracão de assembleia, os bancos, as roças coletivas. A gente plantava muito no coletivo. Então a gente pegou as 330 famílias e dividiu em 8 grupos. Desses 8 grupos depois a gente percebeu que era melhor ficar 7 por que seria um dia da semana. Com [a divisão dos] 7 grupos cada quem já sabia que terça é um quarta é outro. Esses grupos a gente dividia a segurança então sabia, grupo 1 segunda-feira das seis às doze é quem faz a segurança, das doze à cinco da manhã é o grupo 3. Nas roças a mesma coisa, mutirão, na segunda é o grupo 1 quem vai fazer a capina, o grupo 2 vai na terça tirar a sujeira de dentro. E aí a gente se organizava assim, para as tarefas do dia-a-dia. Marcos Paulo (27/11/2018).

Marcos Paulo identifica que o foi a necessidade de garantir a segurança das famílias o incentivo inicial para a formação dos grupos de mutirões. E a partir desse surgiram os mutirões para outras tarefas do grupo. Todos os assentados entrevistados contam sobre as histórias de acampados de forma nostálgica, lembrando a união do grupo.

A organização do acampamento em um único grupo de 330 famílias seria uma tarefa muito mais árdua. A criação dos grupos de mutirão e a transmissão de responsabilidade para cada um deles tornou o acampamento mais funcional. Assim, era possível transferir responsabilidades específicas e cobrar de cada um dos grupos com maior eficiência. Internamente aos grupos de mutirão, uma vez que todos se conheciam, a pressão social e o contato cara-a-cara com todos os membros do grupo funcionavam como incentivo para que todos cumprissem com as tarefas acordadas pelo grupo.

A comunicação do acampamento também se beneficiava da divisão em grupos menores. Isso corresponde ao que Olson (1965) ressalta em seu livro, “quando o número de participantes é grande, o participante típico tem consciência de que seus esforços individuais possivelmente não influenciarão muito no resultado final”¹⁹ e com isso o participante tende a se desestimular. A possibilidade de fala de cada um dos acampados era maior nas reuniões dos grupos de mutirão do que em uma reunião com todo o acampamento que contava com mais de 600 pessoas.

Para todos os grupos serem devidamente representados, em cada um foram eleitos coordenadores responsáveis por levar todas as dúvidas e questionamentos de seu grupo para a reunião com os outros coordenadores e por relatar ao grupo tudo que foi discutido na reunião.

¹⁹Trecho retirado do livro “A Lógica da ação coletiva” 1ª edição, 2ª reimpressão 2015 p.65.

A delegação de responsabilidade para um dos membros é um voto de confiança, demonstra que aquele integrante representa o pensamento da maioria e que o grupo sente que será bem representado por ele nas reuniões. O coordenador passa a agir como porta-voz do grupo. As reuniões entre os coordenadores não excluía as reuniões com todo o acampamento, mas a frequência com que os coordenadores se reuniam era maior do que as reuniões com todo o Assentamento. A delegação de responsabilidade dada aos coordenadores foi importante para garantir a organização interna do acampamento.

Todas as questões que surgiam dentro dos grupos e dentro do acampamento sempre foram solucionadas por meio de votação, tanto nas reuniões com os coordenadores quanto nas assembleias com todos os acampados. O que era decidido pela maioria era seguido pelos outros integrantes. Durante as entrevistas nenhum dos assentados relatou conflitos entre grupos ou entre indivíduos durante o período de acampamento. O que reforça a relação de união, amizade e compartilhamento registrada durante as entrevistas.

Figura 6 - À direita, ainda no acampamento, famílias se preparam para sair em caminhada.
À esquerda, manifestação chegando à prefeitura de Indiaroba, 1996.



Fonte: arquivo pessoal Noélia, assentada Chico Mendes [1996].

Os coordenadores do MST da região centro-sul também permaneceram na região para continuar fortalecendo o acampamento existente e estimular novos grupos a ocuparem outras fazendas improdutivas da região. Esses coordenadores também exerceram um papel importante de articulação do acampamento com os outros acampamentos e assentamentos que estavam acontecendo por todo o Brasil. Estimulados pelas lideranças do MST, os acampados compreenderam que se não houvesse pressão nos órgãos responsáveis e visibilidade midiática do acampamento não sairia a posse da terra. Com isso, com um mês de acampamento, parte

das famílias caminhou até Indiaroba para protestar na frente da prefeitura (figura 6). Outra parte permanecia no acampamento para garantir que não fosse invadido. Aproximadamente três meses depois, as famílias caminharam até Aracaju para protestar na sede do INCRA.

Ao contrário do efeito dos grupos pequenos na organização do acampamento, quanto maior o grupo para protestar, maior a pressão dos acampados para demandar a desapropriação de terras para reforma agrária. Com isso, além de fazer passeatas na região, as famílias acampadas também se uniram a passeatas e manifestações com outros integrantes do movimento. Em 1997, as famílias acampadas se uniram à marcha nacional, que ficou popularmente conhecida como Marcha dos 100 mil, e foram a pé até Brasília.

A mobilização das famílias surtiu efeito e a imissão de posse do imóvel²⁰ foi concedida em setembro de 1997. A partir da posse de área, o Incra iniciou os procedimentos para selecionar as famílias cadastradas e criar o projeto de assentamento. A vida das famílias durante o acampamento não era fácil, muitos dos assentados descrevem o período como uma época de sofrimento e insegurança. As lideranças do MST e os coordenadores de grupo acabam sendo responsáveis por incentivar as famílias a continuarem na luta. Mesmo assim, pelas dificuldades encontradas durante essa fase, muitas famílias desistiram no meio do caminho. Das 330 famílias que estavam no início do acampamento, somente 102 famílias permaneceram até o final da fase de acampamento.

Com a imissão de posse, começaram os diálogos com o INCRA para o projeto de assentamento. A proposta inicial do INCRA era assentar 50 famílias no Sete Brejos. Depois de muita negociação, o INCRA permitiu que 67 famílias fossem assentadas. A escolha das famílias que permaneceriam no Sete Brejos foi feita por sorteio. As outras 35 famílias continuaram acampadas e passaram a lutar pela desapropriação de outra área próxima, que teria a capacidade para receber todas elas²¹.

²⁰ Imissão de posse é feita pela Justiça Federal que concede à autarquia a posse do imóvel rural desapropriado. Fonte: <<http://www.incra.gov.br/oqueeimissaonaposse>> Acessado: 03/02/2019

²¹ Um ano depois as 35 famílias restantes foram assentadas a 4 km do Assentamento Sete Brejos, no que veio a chamar-se Assentamento Chico Mendes. O assentamento é considerado gêmeo do Sete Brejos por ter surgido da mesma ocupação.

Figura 7 - Localização do Assentamento e projeto urbano proposto pelo INCRA em 1997.



Fonte: imagem de satélite Google com intervenções da autora.

No dia 31 de dezembro de 1997 o INCRA emitiu o contrato de assentamento. As famílias entraram novamente na fazenda e, assim como na primeira vez montaram o acampamento ao lado da sede. Mesmo antes do INCRA apresentar o projeto urbano, os próprios assentados demarcaram os lotes da agrovila, deixando de frente 15 metros entre os barracos. O INCRA incorporou essa marcação da Agrovila no projeto final do Assentamento (figura 7).

Os assentados utilizam como data comemorativa não o dia em que o INCRA emitiu o contrato de Assentamento, mas sim 26 de setembro de 1996, dia da primeira ocupação da fazenda. As comemorações eram pequenas e contavam somente com a participação dos assentamentos vizinhos. Com o passar dos anos, as festas de aniversário do Assentamento ficaram famosas e passaram a atrair moradores das cidades vizinhas. O festejo passou a durar de dois a três dias, contando com festas durante a noite e churrasco e feijoada durante o dia. Zé Raimundo comenta que, há aproximadamente cinco anos, o aniversário do Assentamento parou de ser festejado. Marcos Paulo justificou durante a entrevista que pararam de comemorar o aniversário por falta de recursos, uma vez que a festa atraía pessoas de diversos municípios.

2.2 Organizações e práticas de cooperação na produção do Assentamento

Neste subcapítulo serão identificadas as práticas e formas de cooperação entre agricultores voltadas para a produção agropecuária. Examinaremos primeiro, a cooperação por meio de organizações formalizadas juridicamente, e em segundo lugar as práticas de cooperação não formalizadas.

a) Organizações de produtores

A primeira Associação do Assentamento foi criada no dia 09 de março de 1998, liderada por Dona Nininha e Marcos Paulo e nomeada de Grupo de Produção e Prestação de Serviço do Sete Brejos. No primeiro momento, todos os assentados eram parte de uma única associação. O estatuto do grupo foi elaborado levando em consideração a organização já existente no acampamento, subdividindo o grupo em núcleos de produção e realizando mutirões para as atividades. A antiga sede da fazenda passou a ser utilizada como escola para as crianças e também como local de reuniões e assembleia da comunidade (figura 8).

Figura 8 - À direita: Sede antiga da Fazenda Sete Brejos. À esquerda: Uma das primeiras casas a ser concluída



Fonte: banco de imagens Zé Raimundo, 2000 [data aproximada].

No final de 1998, alguns assentamentos da região romperam com o MST e queimaram a bandeira do movimento com o objetivo de questionar os posicionamentos que o movimento estava tomando. Marcos Paulo considera que, ao passar de acampamento para assentamento muitos se desligaram do MST, pois os assentados começaram a querer focar mais nas

questões relacionadas à organização interna do Assentamento, busca de fomentos e políticas públicas e com isso se afastaram da militância voltada para à ocupação de terras.

No final do ano de 1999, começaram a sair os primeiros projetos de fomento do Assentamento. O primeiro recebido foi o Auxílio Habitacional, voltado para apoiar a instalação do Assentamento e itens de primeira necessidade. Por meio desse auxílio, os assentados receberam 2.500 reais para a construção das casas (figura 8). Em seguida, receberam o fomento agrícola, utilizado para compra de ferramentas e mudas. Com a chegada desses primeiros recursos ocorreu o primeiro conflito entre os assentados. Zé Ailton conta que:

Quando a gente recebeu os créditos houve um racha, os créditos para a construção das casas. Foi justamente nessa época que se criou uma outra associação. Essa atual [a primeira a ser formada] e uma outra que fundou. Um grupo maior saiu, ficamos só com treze famílias e o resto, todo mundo foi para o outro grupo. Zé Ailton (22/10/2018).

Um grupo de 54 assentados se demonstrou insatisfeito com a liderança da primeira associação (Grupo de Produção e Prestação de Serviço do Sete Brejos) e decidiu criar outra chamada Grupo de Prestação de Serviço Comunitário do Sete Brejos²². A associação foi liderada por Leôncio e apoiada por Raimundo Torres, recém-eleito prefeito de Indiaroba. Ambas as associações fizeram a compra dos materiais de construção de forma coletiva, mas o material foi adquirido separadamente em lojas distintas. Nesse período cada uma das associações fazia reuniões e assembleias separadamente. Assembleias com toda a comunidade só eram chamadas para assuntos ligados ao conjunto do Assentamento.

O fomento agrícola adquirido pelos assentados foi utilizado, de acordo com a recomendação do técnico agrícola da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), para o plantio de abacaxi. A maior parte dos assentados não tinha experiência com agricultura e nem com a comercialização dentro das Centrais de Abastecimento (CEASA). A falta de experiência fez com que o retorno da safra não fosse o suficiente para cobrir os gastos com o plantio. O prejuízo ocorrido nos primeiros anos obrigou muito dos assentados a acessarem uma linha de crédito do Banco do Nordeste através do PRONAF, que oferece linhas de crédito para agricultores assentados pela Reforma Agrária. Até hoje, a maioria dos assentados continua endividada.

²² Pela semelhança entre o nome das duas associações elas serão referidas como primeira associação e segunda associação.

O enfraquecimento dos mutirões pode ser vinculado à divisão do Assentamento em duas associações. Logo no início, a rivalidade fez com que os assentados se afastassem daqueles que não pertenciam à mesma associação, principalmente em relação à ajuda para a produção agrícola. O recebimento dos lotes individuais por si só já foi um fator que estimulou a individualização dos assentados, os objetivos individuais de cada um dos assentados atenuou os esforços para alcançar os objetivos coletivos do grupo.

Ainda no ano de 1999, Adinaldo e Marcos Paulo começaram a articular com a ONG Sou de Paz²³ a construção da fábrica de polpa. Como o local previsto estava na área coletiva do Assentamento, era necessário que a maioria fosse favorável. Um grupo maior de assentados, pertencentes à segunda associação, foi contra. Houve dificuldade para que a fábrica fosse aceita, mas após interferência do INCRA, ficou acertado que seria permitida a construção, desde que os membros do Grupo de Prestação de Serviço Comunitário do Sete Brejos, associação que não seria beneficiada com o equipamento, fossem os responsáveis pela escolha do terreno que seria doado. A escolha de um terreno de alta declividade foi decisiva na construção da fábrica, uma vez que a maior parte dos recursos foram gastos para fazer a fundação e nivelar o terreno. Com isso, o recurso restante não foi suficiente para que a fábrica fosse construída como planejado e atendesse às normas da vigilância sanitária. Inicialmente só o Grupo de Produção e Prestação de Serviço do Sete Brejos tinha acesso à fábrica, uma vez que os recursos tinham sido conseguidos por eles.

Em 2001, percebendo que sem a capacidade de comercializar em conjunto a venda de produtos não teria sucesso, foi formada a Associação de Cooperação Agrícola dos Assentados da Região Sul do estado de Sergipe (ASCOSUL). Inicialmente a ASCOSUL contava com assentados do Sete Brejos, do Chico Mendes e com integrantes do Povoado Mato Grosso. Foi por meio da ASCOSUL que começou a venda para o governo federal mediante o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA²⁴ com a compra com doação simultânea, com a CONAB, na modalidade pagamento antecipado. Desta vez os assentados decidiram investir no plantio de mandioca, planta da qual todos já tinham alguma familiaridade e para a qual não era necessário utilizar nenhum pacote tecnológico.

Em 2002, o Grupo de Produção e Prestação de Serviço do Sete Brejos foi responsável por conseguir um convênio entre o Governo do Estado e o Banco Mundial para a construção da casa de farinha (figura 9). Diferentemente da fábrica de polpa, o convênio para a

²³ ONG que tem como objetivo a redução da violência no Brasil.

²⁴ A modalidade de compra com doação simultânea tem como objetivo estimular a agricultura familiar ao mesmo tempo em que promove a suplementação alimentar de pessoas em insegurança alimentar.

construção da casa de farinha exigia que a mesma pudesse ser acessada por todos os assentados. A casa de farinha passou a ser um dos equipamentos mais utilizados no Assentamento e, conseqüentemente, responsável por grande parte da renda dos assentados.

Figura 9 - À direita, casa da farinha logo após inauguração. À esquerda, casa de farinha nos dias atuais.



Fonte: À esquerda, banco de imagem Zé Raimundo, data aproximada 2002. À direita, banco da imagem da autora, 2017.

Em 2006, a estrutura da antiga sede da fazenda foi condenada pela defesa civil. O Grupo de Produção e Prestação de Serviço do Sete Brejos fez um convênio entre FNDE, o Ministério da Educação (MEC) e a prefeitura de Indiaroba para a construção da escola. Em assembleia com toda a comunidade a área escolhida foi doada para a prefeitura que, como contrapartida construiu e mantém a escola em funcionamento.

Em setembro de 2007, os mesmos assentados participantes do Grupo de Produção e Prestação de Serviço do Sete Brejos e da ASCOSUL se reuniram para formar a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região Ltda. Com a criação da cooperativa foi possível comercializar polpas e mercadorias frescas mediante o PNAE.

Figura 10 - Panorâmica da entrada do Assentamento com indicação de equipamentos coletivos



Fonte: banco de dado da autora com intervenções da autora.

Em 2010 começaram as reuniões sobre a construção do Centro Comunitário da Regional Centro Sul (figura 10) onde era a antiga sede da fazenda. A escolha do local foi aprovada em assembleia e o Centro Comunitário entregue em 2012. O Centro foi construído com recursos provenientes do projeto de mitigação exigido pelo Licenciamento Ambiental Federal, como forma de compensação da Petrobras pela exploração de petróleo e consequente redução de mariscos e pescados na região. Hoje, o Centro recebe reuniões e encontros de toda a região sul do estado além de serem utilizados como a sede da COOPERAFIR. O Centro também é utilizado como local de reuniões para o Grupo de Prestação de Serviço Comunitário do Sete Brejos, para a ASCOSUL e para a COOPERAFIR.

Com o passar dos anos, vendo que os benefícios recebidos pelo Assentamento tinham sido conseguidos somente pela primeira associação, alguns sócios se desassociaram da segunda associação e voltaram a fazer parte da primeira associação. Em 2008 foi feita a última eleição do Grupo de Prestação de Serviço Comunitário do Sete Brejos, segunda associação do Assentamento. Em 2009, a primeira associação do Assentamento já era maioria novamente. Em 2010, na segunda Associação, acabou o mandato dos assentados eleitos não houve chamada para outra eleição. A segunda associação não está oficialmente encerrada, mas atualmente não exerce nenhuma atividade. Somente dois assentados, Faustino e Joselito, se identificam como membros sócios.

Em 2010, os assentados receberam do INCRA um crédito de Reforma Habitacional. Assim como na construção das casas, a compra de material de construção para a reforma também foi feita coletivamente. Mas, desta vez todos os assentados fizeram a compra de material de construção via o Grupo de Produção e Prestação de Serviço do Sete Brejos.

Em 2014, através do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) a primeira fábrica de polpa foi demolida para a construção, no mesmo local, de uma nova, desta vez de acordo com as normas da vigilância sanitária. Após a reforma, todos os assentados passaram a ter acesso à fábrica de polpa, uma vez que a construção foi feita através de um recurso concedido para toda a comunidade.

Em 2016, o grupo de orgânicos, projeto criado para atender os assentamentos do município de Indiaroba, teve aderência de alguns assentados do Sete Brejos. O projeto tinha como objetivo restabelecer a cultura de trabalho em mutirões além de apresentar para os assentados as técnicas de agroecologia e agrofloresta do manejo do solo e das culturas. O grupo formado no Assentamento Sete Brejos é composto por cinco assentados que realizam mutirões uma vez por mês. Em 2018, o grupo apresentou para a assembleia do Assentamento

o pedido de utilização de uma das áreas coletivas para criação de uma horta modelo utilizando as técnicas agroecológicas. Esse foi o primeiro pedido para produção em conjunto em uma área coletiva do Assentamento. O grupo não fará parte da análise desse trabalho, pois quando as entrevistas foram realizadas os assentados ainda não estava realizando as primeiras reuniões para decidir sobre a formalização do grupo.

b) Práticas de cooperação não formalizadas

As práticas de cooperação começaram a ocorrer ainda na fase de acampamento, primeiro para garantir a segurança das famílias e, em seguida, migraram para a produção. Para organizar de forma mais eficiente as mais de 300 famílias, os coordenadores sugeriram a divisão em sete grupos de trabalho. Os grupos eram responsáveis pelas vigílias de segurança, pela produção de alimentos e outras atividades do dia-a-dia.

A organização na fase de acampamento era essencial para conseguir promover o objetivo comum do grupo. A divisão de um grupo grande, similar aos grupos latentes descritos por Olson, em pequenos grupos de trabalho foi um mecanismo de incentivo que possibilitou que o acampamento não perdesse a eficiência e continuasse ativo.

A escolha por cultivar coletivamente, além de facilitar a organização do grupo, também foi realizada pela escassez de terras para o cultivo, uma vez que o acampamento foi instalado na beira da rodovia e o espaço propício para o cultivo era limitado. Com isso, todo o trabalho da terra era feito em conjunto e o alimento dividido entre as famílias.

Nessa fase, todos os grupos ainda estavam juntos lutando por um objetivo comum. Todas as conquistas e falhas seriam compartilhadas igualmente por todo o grupo. A união e a confiança mútua foram essenciais para garantir o sucesso do coletivo na sobrevivência durante o período de acampamento e da conquista da terra. Nessa fase pode se considerar que o grupo tinha uma relação bilateral de compartilhamento.

Os grupos ainda não tinham regras formais estabelecidas, mas algumas normas guiavam as famílias acampadas:

- todas as famílias deveriam pertencer a um dos sete grupos de vigília existentes no Assentamento;
- cada um dos grupos elegeria um coordenador. Os coordenadores eram responsáveis por estimular os grupos, dividir tarefas, repassar as informações para seu grupo e do seu grupo para os outros coordenadores;

- cada grupo era responsável por uma área de cultivo e tinha liberdade para decidir o que plantaria;
- o cultivo da horta era tarefa mista, realizada por homens e mulheres;
- todos os alimentos eram compartilhados igualmente entre as famílias que produziram.

Mesmo não tendo nenhum tipo de punição por descumprimento, as normas eram seguidas por todas as famílias. Motivados pelo objetivo em comum do grupo, de conseguir a desapropriação da terra, produziram-se valores de união e confiança. O trabalho em conjunto ajudou a consolidar as relações de amizade, vizinhança e de solidariedade.

A escolha dos coordenadores pode ser considerada como uma delegação de poder do grupo a um dos acampados, o que demonstra a relação de confiança do grupo de que o eleito seria representativo da identidade do grupo. Mesmo com a delegação de responsabilidade dada aos coordenadores, a relação produzida no acampamento pode ser considerada de reciprocidade bilateral generalizada, uma vez que produz uma sensação de justiça e equidade.

Como os mutirões eram realizados em áreas coletivas a obrigação de retribuição era mais em relação ao grupo como um todo do que na relação direta com um assentado. Mesmo assim a participação dos assentados em algumas das atividades coletivas era fundamental para manter o sentimento de equidade existente entre as famílias do acampamento.

Após a conquista da terra, os grupos de vigília foram estimulados pelo estatuto da associação a continuar ativos. Os grupos foram nomeados de Núcleos de Produção, mas continuaram a trabalhar nas mesmas bases de mutirão. Os assentados entrevistados identificam uma diferença na dinâmica coletiva entre o período do acampamento e o período de assentamento. Faustino é um dos que afirma que o enfraquecimento dos grupos de mutirão estaria ligado ao recebimento definitivo das terras:

Naquela época [do acampamento] tudo era mais fácil da gente combinar. O pessoal tinha aquela ansiedade para conseguir a terra. Então incentivava cada um de nós. Depois que a gente recebeu o lote os grupos foram se desfazendo, e ficou mais fraco. Desfortaleceu o grupo. Ai a parte de mutirão já ficou mais carente. Faustino (25/11/2018).

A fala de Marcos Paulo aponta outros fatores que podem ter levado ao enfraquecimento dos mutirões, o envelhecimento dos assentados originais e a chegada das novas gerações:

Os mais velhos vão saindo das suas atividades e os mais novos vem como essa outra linha. É uma nova realidade, que as pessoas são mais individualistas. Ele [os assentados mais novos] tá mais preocupado em botar cerca para não passar. Antes

não precisava, a gente não tava preocupado com cerca, não precisava. A minha mandioca tava desse lado o maracujá do vizinho tava do outro não precisava ter uma cerca. Hoje as pessoas estão muito preocupadas com a posse da propriedade, como a cerca. As pessoas estão uma do lado da outro e se comunicando pelo whatsapp, facebook. Então isso é muito ruim, acho que é consequência disso, essas práticas foram se perdendo. Marcos Paulo (27/11/2018).

Depois do recebimento das terras, a maior parte dos assentados, continuou regularmente com a prática de mutirões de produção por alguns anos, mas aos poucos, os grupos foram se enfraquecendo. Atualmente o Assentamento conta com dois grupos de mutirão, sendo que um deles só se reúne para as épocas de plantio e colheita (ver no capítulo 3.1 para explicação detalhada).

2.3 Principais mudanças

Enfraquecimento dos mutirões

As dificuldades vividas durante a fase de acampamento, como por exemplo, a necessidade da vigília noturna, a precariedade dos alojamentos e escassez de alimentos, são reconhecidas pelos assentados como os elementos de confluência que estimularam a união do grupo. Seu Nego explica que "não se tinha dinheiro para trabalhar individual, todo mundo queria se alimentar" (Seu Nego, 26/11/2018). A escolha pelo trabalho em mutirão se deu para que os assentados conseguissem superar as dificuldades dos primeiros anos, para conseguirem alimentar as famílias.

Com o passar dos anos, Dona Vilma acredita que "uns achavam que [o mutirão] não dava resultado, achavam que era trabalhar sem ganhar nada" (Dona Vilma, 26/11/2018). Aos poucos, os que não viam benefício no trabalho em mutirão, foram abandonando seus grupos e passaram a trabalhar individualmente ou contratando a diária de trabalho de outro assentado. Mesmo com o enfraquecimento dos mutirões, os assentados continuaram com algumas práticas de cooperação e ajuda mútua para a produção. A maioria dos entrevistados descreve de forma nostálgica a relação que tinham durante a fase de acampamento, desejando o retorno das práticas de mutirão.

Não existe mais mutirão do jeito que fazíamos antigamente, chega um determinado momento que não queremos mais. Eu achava que deveria continuar, mas aos poucos [os assentados] foram desistindo José Rodrigues (26/11/2018).

O envelhecimento dos assentados também pode ser apontado como um dos fatores de enfraquecimento dos mutirões. Dona Vilma justifica que ela e seu esposo, Seu Nego, não praticam mais mutirões, pois hoje em dia não têm mais condições de passar um dia todo no campo.

Ele [Seu Nego] não está mais aguentado trabalhar o dia todo. Trabalha uma hora ou duas e volta pra cá [para casa]. No mutirão tem que ter os horários, das 7 às 12. das 13 às 16. Se for 5 pessoas, ele tem que ir cada dia para um lote. Nós não aguenta mais esse batido, na idade que estamos não aguentamos mais... Dona Vilma (26/11/2018).

Sendo assim, eles consideram que não teriam como cumprir sua parte no mutirão, participando do trabalho nos lotes dos outros assentados do grupo. Atualmente o casal faz o trabalho no lote de forma parcelada, por não aguentar trabalhar na roça um dia inteiro. O envelhecimento dos assentados que valorizavam o mutirão fez com que a prática se tornasse cada vez mais rara dentro do Assentamento.

Outra prática de mutirão, que também se perdeu com os anos, foi a comemoração da festa de aniversário do Assentamento. Durante as entrevistas muitos assentados comentaram com tristeza e certa saudosismo o fato de que as festas de aniversário do Assentamento não eram mais comemoradas. Faustino conta que:

Todo o ano a gente comemorava o aniversário do Assentamento. tem seis anos que passou que a gente não comemora mais o aniversário do Assentamento. Na época a gente fazia festa, dava um almoço, fazia bolo. De 2012 prá cá não se faz mais... Faustino (25/11/2018).

Independentemente das rixas e conflitos das associações, a festa de aniversário era um dos momentos que traziam união dentro da comunidade. Mesmo não sendo uma forma de cooperação relacionada diretamente à produção agrícola, a festa era uma circunstância comemorativa onde era celebrada a luta e união da comunidade em prol de um objetivo coletivo.

Os assentados mais novos que não participaram da fase de acampamento ou que eram muito novos para se lembrar, não criaram o mesmo vínculo que seus pais com outros assentados. Seu Nego conta que “os que entraram depois não conhecem as normas do começo. A gente fala e eles não acreditam. Eles não acreditam mais no que a gente, que somos fundadores, fala.” (Seu Nego, 26/11/2018). A fala de Seu Nego demonstra uma frustração em relação aos filhos de assentados e os assentados por não acreditar na palavra

dos que estavam presentes e vivenciaram as normas. A reputação gerada entre os assentados participaram do acampamento, não foi passada adiante para as gerações mais novas. Com isso, essa união entre moradores que ainda é lembrada nostalgicamente não faz parte da realidade dos mais novos. O assentado Neném considera que:

Quando era no barraco, você quase não tinha outros compromissos. Mas hoje cada qual tem sua responsabilidade... fica diferente. Mas das amizades, continua. Eu graças a Deus não tenho inimigo, de jeito nenhum. Neném (21/10/2018).

Na fase de acampamento o objetivo coletivo era o único do grupo, todos estavam unidos para conseguir a terra. Essa relação muda quando esse objetivo é atingido. A partir desse ponto os objetivos individuais passam a ter mais importância do que os objetivos coletivos. Mesmo com a mudança nas relações como, por exemplo, o enfraquecimento dos grupos de mutirão e individualização dos assentados, Neném ainda considera que as amizades feitas na época do acampamento permanecem até hoje.

Divisão das associações

A separação do Assentamento em duas associações também é apontada, em algumas entrevistas, como fator que enfraqueceu as relações de cooperação entre assentados. Logo após a criação da segunda associação do Assentamento o clima de conflito entre associações afastou os assentados, que passaram a ter relações mais próximas somente com os assentados da mesma associação. O conflito entre as lideranças das associações foi mais acirrado do que o conflito entre os assentados. Os mutirões compostos com integrantes das duas associações foram suspensos e novos grupos formados somente com integrantes da mesma associação, pois cada uma das associações passou a seguir seu próprio estatuto. Contudo as relações de vizinhança e de amizade foram pouco alteradas. Com a volta dos assentados para a primeira associação, os grupos de mutirões existentes continuaram ativos e mantiveram os mesmo integrantes.

Renovação dos assentados

Com o crescimento das famílias, muitos dos assentados construíram casas para seus filhos no fundo dos lotes. Com isso, das 67 famílias iniciais estima-se que atualmente 86 famílias residam no Assentamento. Das 67 famílias iniciais, em aproximadamente 10 lotes

houve mudança de titularidade. A maior parte das trocas se deu pela morte do titular original e, com isso, se deu a transferência para um dos filhos do assentado. Em um número menor de casos o assentado original decidiu sair por motivos de saúde ou por não conseguir mais tomar conta do lote.

Para a entrada de novos moradores no Assentamento, além de cumprir as exigências legais impostas pelo INCRA, é necessária a aprovação, em assembleia, pela maioria dos assentados. No Sete Brejos os assentados são particularmente exigentes para a aprovação de novos moradores. Antes da assembleia alguns moradores visitam, sem se identificar, os vizinhos de quem está pleiteando a entrada no Assentamento. Dona Vilma descreve que é verificado se o interessado em ingressar no Assentamento “é trabalhador, é uma boa pessoa, tem uma boa conduta, se é um bom vizinho, se bebe demais ou bate na família” Dona Vilma (26/11/2018). Esse mecanismo de controle social assegura que os novos assentados tenderão a seguir as normas do Assentamento.

Depois de aprovado, os novos moradores ainda passam por uma fase probatória antes de serem aceitos definitivamente no Assentamento. Esse tipo de exigência faz com que um lote no Assentamento seja muito concorrido, uma vez que o Assentamento ficou conhecido por sua segurança e tranquilidade entre vizinhos.

Insegurança jurídica

Os assentados ainda não possuem Título de Domínio (TD), pois somente em 2018 o INCRA voltou ao Assentamento para começar os procedimentos de titulação, verificando se as áreas demarcadas pelo projeto, lotes e áreas de preservação permanente, foram respeitadas. Com a eleição de Bolsonaro, aumentou a insegurança jurídica para os assentados, que já não sabem se o TD será emitido. O recebimento da documentação oficial de posse da terra pode agravar os efeitos da individualização já observados no Assentamento, tendendo a reduzir ainda mais as formas de cooperação na produção que ainda permanecem.

3. A cooperação por ajuda mútua na produção

Este capítulo tem como objetivo aprofundar a análise iniciada no capítulo anterior, caracterizando e sistematizando as formas de cooperação por ajuda mútua na produção agropecuária que não são formalizadas juridicamente. Foram identificadas cinco formas de ajuda mútua na produção que ainda são realizadas pelos assentados: grupos de mutirão, realizados pelos assentados nos lotes individuais; mutirão de batalhão, formado pontualmente para auxiliar um assentado que esteja doente ou acidentado; mutirão “na espontânea” na casa de farinha (ver no capítulo 4 para explicação detalhada); “troca” de diária entre dois assentados; e empréstimo de terra entre assentados. A seguir analisaremos os grupos de mutirão, as trocas de diária e o empréstimo de terra. Serão examinados o seu funcionamento, regras e normas, natureza das relações e valores gerados.

3.1 Grupos de Mutirão

a) Tipo de prática

A experiência com os grupos de mutirão, iniciada durante a fase de acampamento foi assimilada pelos assentados como uma prática indispensável. Portanto, ao formar a primeira associação do Assentamento, os sócios decidiram continuar a trabalhar em grupo, por meio do mutirão. Assim, o próprio estatuto da associação subdivide os assentados em grupos de mutirão. No documento, essa prática passou a ser nomeada de Núcleo de Produção, mas os assentados continuam a se referir à prática como grupo de mutirão. Uma das principais diferenças com a época do acampamento foi que os mutirões passaram a ser realizados em benefício de cada membro no seu lote individual. Marcos Paulo explica que:

As regras lá do estatuto falava em grupos e coordenadores de grupo. O estatuto não tratava de uma associação, mas de grupos de trabalho dentro dessa associação. Com o tempo, na prática, foi se alterando algumas coisas, mas ainda se fala de grupo. Marcos Paulo (27/11/2018).

Cada um dos grupos decidia individualmente as normas que seguiria. Os grupos decidiram, por exemplo, o número de membros do grupo, a frequência dos encontros e a modalidade de alimentação no dia do mutirão. Os próprios assentados identificaram que grupos grandes tendiam a se separar com mais facilidade. De fato, com muitos membros, o grupo levava tempo para retornar ao lote inicial, e era necessário realizar muitos dias de

mutirão por semana. A alta frequência de mutirões numa mesma semana também não se mostrou uma boa opção, pois impossibilitava aos integrantes de cuidarem de seus próprios lotes. Marcos Paulo explica que:

Mas o mutirão era assim, para a gente ter a atividade de mutirão, mas que também tivesse os outros dias livres para fazer as coisas do nosso dia-a-dia da rotina de cada um. A gente percebeu no começo que se tivesse muitos [dias] no mutirão era ruim, tinha pessoas que não queriam participar porque elas tinham outras atividades. Então dava mais certo assim. (Marcos Paulo 27/11/2018).

Com isso, a maior parte dos grupos de mutirões adotaram algumas características comuns: os grupos são de 6 a 8 integrantes e se reúnem com uma frequência de 1 a 2 vezes por semana. Faustino conta que:

Eu mesmo ainda fiz duas vezes grupos [depois de receber o lote]. Uma vez de cinco pessoas e outra vez de quatro pessoas. Porque não adianta você fazer um mutirão para um grupo grande porque tem que trabalhar mais que duas vezes por semana. Aí tinha o grupo de 6 eram três semanas, depois retornava de novo para o primeiro. Faustino (25/11/2018).

Esse formato permite um ciclo de aproximadamente um mês antes do retorno do mutirão no lote de cada participante e uma frequência que não ocupa todos os dias da semana, deixando tempo para cada um cuidar do seu lote. João da Onça conta que “o dono do mutirão escolhe o serviço e todos faziam”. A expressão “dono do mutirão” é a forma pelas qual os assentados se referem ao assentado que está recebendo o benefício do mutirão no dia. O serviço podia ser realizado tanto nos lotes de produção individual como nos quintais das casas da Agrovila. As atividades mais comuns a serem realizadas em mutirão são roçar, preparar e semear a terra ou ainda construir galinheiros.

Um dos benefícios observados pelos assentados é o de que um serviço que demoraria uma semana para terminar, caso fosse executado por apenas um assentado, passava a ser realizado em um único dia de mutirão. Com isso, os integrantes dos mutirões consideram vantajoso agregar forças para realizar as atividades de produção. O assentado Zé Raimundo observa que os mutirões melhoram as relações entre os assentados, mas salienta que, depende do grupo, pode haver assentados que estejam só se aproveitando dos benefícios trazidos pelo grupo de mutirão:

Melhora as relações, fica mais divertido o trabalho e com mais rapidez. Rende muito mais que trabalhando sozinho. Quando o mutirão é trabalhado com sinceridade e força de vontade, porque a gente vê isso também, existem mutirões que não são

todos iguais... Sempre tem um para querer ficar enrolando. Não é o caso do que eu faço parte mas em outros aí existe. Zé Raimundo, 02/12/2018).

Os assentados percebem quando nem todos estão trabalhando e contribuindo da mesma maneira. Esse comportamento é descrito por Olson (1965) como “*free rider*” uma vez que o assentado se beneficia do grupo de mutirão sem retribuir igualmente. Com isso os grupos de mutirão tenderam a se restringir ao círculo menor de amizade e confiança, para garantir que todos os participantes do grupo estivessem se beneficiando igualmente.

Durante as entrevistas os assentados afirmaram que, para o serviço em mutirão, não fazem diferença entre assentados homens e mulheres, descrevendo inclusive que algumas das mulheres do Assentamento trabalham melhor que os homens. Marcos Paulo descreve essa relação entre assentados praticando o mutirão no trecho abaixo:

Pode ser qualquer um, desde que atenda o serviço, porque tem serviço que é mais bruto, mais braçal. Então sempre toma mais cuidado nesse sentido. Mas é útil, às vezes a mulher vai, chega lá tem outras atividades. Tem que dar água ao pessoal. Tá cozinhando tem que ficar olhando a panela. Se tá cavando a mulher semeia. E tem mulher que não é qualquer uma, tem uma meia dúzia que qualquer cara não vai não. Tem as resenhas²⁵ aí, que a mulher de vez em quando dá uma camboa. A gente chama de camboa, vocês vai no leito né, tem mulher que são arretadas. Ai diz, ‘- eita, fez camboa’. Camboa é se eu saio mais na frente com a minha capina e deixo alguém para trás ele fica meio ilhado, se ele não acompanha. Então camboa é se ele tivesse ilhado no trabalho dele. Então se for mulher, naquela hora tem uma resenha de mangação²⁶, ‘- ah, uma mulher botou camboa em fulano’. Aí depois [ela] volta pra trás, pega junto com ele para ele acompanhar. Mas isso é resenha do dia também. Marcos Paulo (27/11/2018).

Na primeira frase da fala de Marcos Paulo o assentado deixa claro que, pelo fato do trabalho no campo ser extremamente pesado nem todas as mulheres realizam as mesmas atividades que os homens. A tarefa de semear é normalmente feita por mulheres enquanto o preparo da terra é realizado pelos homens. Mesmo assim, em mais de uma entrevista os assentados identificaram assentadas que, como Dona Laura e Nininha, conseguiam acompanhar o ritmo de trabalho imposto pelos outros assentados.

Diferente da relação da participação de mulheres nos mutirões, a participação de filhos de assentados no lugar dos pais, não é bem vista. Durante as entrevistas, a maioria dos assentados observou que os filhos dos assentados normalmente não realizam o trabalho como seus pais realizariam. Faustino dá o exemplo de seu próprio filho:

²⁵ Resenha: contar casos e histórias.

²⁶ Mangação: caçoar, tirar sarro.

Porque assim, eu tenho um filho. Meu estilo de trabalho é um. Quando eu mando meu filho, meu filho chega lá e não trabalha que nem eu... Chega lá meu filho cobre o mato, aí vai e fica conversando o tempo todo e não trabalha... Faustino (25/11/2018).

A maioria dos entrevistados considera aceitável que, caso algum participante não possa ir no dia do mutirão, ele pague a diária de outro assentado para fazer o serviço em seu lugar. Mas, se a prática se tornar uma rotina - sempre enviar outro em seu lugar e não participar dos mutirões - tal comportamento não é bem visto pelos outros integrantes.

O trabalho de mutirão num lote dura o dia todo, com uma pausa no meio do dia para o almoço. Na maioria dos casos, cada assentado é responsável por sua alimentação. Durante as entrevistas foram descritas três formas de alimentação mais comuns:

- i) Em alguns grupos os assentados retornam para sua casa durante a hora de almoço e recomeçam o trabalho na parte da tarde. Faustino conta que “A gente vai para roça, mas quando dá meio dia vinha pra casa. Os lotes são todos perto, o mais longe dá um quilômetro e pouco. Todo mundo vem almoçar em casa.”;
- ii) Em outros grupos os assentados levam as marmitas para os lotes. Zé Raimundo conta que “a comida, quando o lote é longe a gente leva uma marmita. Às vezes faz de um turno só, quando volta a esposa de um convida todos para almoçar juntos.”
- iii) Nas propriedades mais distantes às vezes é combinado de fazer a comida no lote para compartilhar, Marcos Paulo conta que:

A gente combinava e sempre o dono do mutirão do dia se comprometia, dentro das condições dele, quando podia. A mistura às vezes alguém já tinha combinado, ou o dono do dia do mutirão colocava alguma coisa no feijão e as pessoas levavam mais alguma coisa e faziam um junta-de-tudo-ali e comia. E sempre sobrava, nunca faltava não. Marcos Paulo (27/11/2018).

Nesse caso o dono do lote ficava responsável pelo feijão, item considerado o mais importante do almoço, e os outros assentados levam alguns pedaços de carnes e legumes para completar o feijão. Marcos Paulo ressalta a importância da farinha para os assentados “farinha todo mundo sempre leva! A farinha e o feijão sempre é o principal.” Como quase todos os assentados produzem, sempre levam a sua própria farinha para compartilhar com os outros assentados. Com a redução do tamanho dos grupos essa prática quase não é mais realizada.

Atualmente somente dois grupos continuam ativos. Um dos grupos de mutirão, liderado pelo Zé Raimundo, é composto por cinco assentados. Esse grupo continua

funcionando regularmente. O assentado explica que seu grupo “às vezes dá uma pausa de duas semanas ou um mês, depois volta”. As pausas acontecem depois dos períodos de chuva e colheita, quando o serviço mais pesado já foi realizado. Já o segundo grupo, liderado por Marcos Paulo, é composto por quatro assentados. Atualmente esse grupo só se reúne para preparar a terra para o plantio e depois para a colheita.

b) Regras e normas

Por ser um mutirão estimulado pela associação foram criadas regras e sanções para o trabalho realizado dentro do grupo. O estatuto do Grupo de Produção e Prestação de Serviço da Associação do Assentamento Sete Brejos estabelece no capítulo II artigo sexto, os seguintes artigos de regulamentação dos grupos mutirões:

- Art. 6º** - O grupo será organizado a partir de núcleos de produção, localizado no Assentamento, na forma de mutirão e terá como função:
- a) Discutir todo o processo de desenvolvimento do grupo;
 - b) Informar e ser informado do andamento do grupo;
 - c) O mutirão terá um coordenador com o papel de articular, incentivar, dividir tarefas e informar, ou seja servir como ligação do grupo;
 - d) Discutir a organização da produção dentro do mutirão;
 - e) O mutirão indicará novos pretendentes a filiação ao grupo;
 - f) O mutirão de produção é uma forma de organização internas dos membros não podendo exercer atividade concorrentes com o grupo;
 - g) Poderá associar-se ao grupo pessoas acima de 18 anos e residir no assentamento e comprovar possibilidade de contribuir para os objetivos do grupo;
 - h) Poderá ser criado novos grupos conforme a expansão e aceite as regras da comunidade.

Nesse trecho do estatuto da associação é possível perceber que a cooperação por mutirões é definida como uma continuidade dos grupos formados originalmente no acampamento e um estímulo para manter o trabalho de forma coletiva. O papel de coordenador passa a ter mais características de liderança. Pois, além de continuar como articulador e porta-voz do grupo, ele fica também responsável por gerenciar as normas, verificar se todos estão cumprindo com seus deveres, por manejar os potenciais conflitos e incentivar os integrantes a manter a prática do trabalho em mutirão.

O papel dos coordenadores de mutirão como representante do grupo se torna mais complexo. Mesmo sendo as mesmas funções que nos mutirões do acampamento: ou seja, articular, incentivar e dividir as tarefas, a missão de manter o grupo coeso se torna mais árdua no momento em que os integrantes têm interesses individuais diferentes. Liderar um grupo sem tanta unidade de objetivos se mostrou mais complexo que o esperado. Dada a diferença

de expectativa em relação à produção nos lotes muitos dos mutirões começaram a se desfazer. De forma natural, os membros que acreditam ter alcançado todos os objetivos de produção em seu lote começaram a faltar no mutirão no lote de outros assentados, abandonando o grupo para dar prioridade ao trabalho no seu próprio terreno.

Mesmo não sendo um Assentamento grande, contando só com 67 famílias, a estratégia de subdividir em grupos menores de trabalhos garantia a melhor eficiência dos grupos. Os assuntos referentes ao grupo e à comunidade são discutidos primeiro nos grupos, dando a oportunidade dos mais introvertidos, expressarem sua opinião sobre o tema. Nas reuniões com os coordenadores dos grupos ou com toda a comunidade é da responsabilidade dos coordenadores repassarem as informações discutidas internamente.

O estatuto da associação também apresenta penalidades caso as regras não sejam cumpridas:

- **advertência**: essa penalidade é dividida em duas partes, **advertência oral**, tendo o sócio 30 dias para rever a conduta; e, **advertência escrita**, caso a conduta continue nos 30 dias seguintes.
- **Suspensão**, após 90 dias se a conduta persistir o conselho decidirá, entre 1 e 30 dias, por quanto tempo o associado ficará suspenso, dependendo da gravidade da conduta.
- **eliminação**, se a conduta persistir por mais de 180 dias o associado terá a associação cancelada.

Apesar de existirem sanções previstas pelo estatuto, ainda não houve nenhum caso de suspensão ou eliminação de assentados da associação. Até o momento todos os conflitos foram resolvidos somente com advertência oral, pois, segundo Marcos Paulo “se [o conflito] continuar pode ir parar na assembleia. E ninguém quer ser chamado atenção na frente de 40, 50 pessoas.” Com isso, os conflitos normalmente são resolvidos antes de ser necessária a discussão em assembleia.

c) Tipo de relação de reciprocidade

Para o assentado José Rodrigues o mutirão “não é uma obrigação, é uma necessidade de cada um de nós”. Ao receber a terra todos os lotes necessitavam de muito trabalho braçal para beneficiar o solo para o plantio. No entanto, os primeiros recursos demoraram cerca de dois anos para serem recebidos. Portanto, principalmente durante esse período, a cooperação e

solidariedade entre os agricultores eram fundamentais para conseguir dar conta das muitas exigências de trabalho.

José Rodrigues descreve os mutirões do Assentamento como “eu me servir da sua ajuda e você se servir da minha. É uma parceria”. Essa descrição demonstra a importância da retribuição entre os assentados como uma forma de equilibrar as relações de cooperação; em outras palavras, se trata de uma relação de reciprocidade bilateral segundo as categorias de Temple (1998, n.p.).

O assentado José Ailton relata que as relações do mutirão são de equidade e sem competitividade entre os assentados:

Nós não íamos para um trabalhar mais que o outro. Nós íamos para fazer um serviço, mas um serviço divertido. Então não tem essa história de um acabar na frente não. Era um trabalho coletivo mesmo. José Ailton (29/11/2018).

Essa fala mostra uma relação simétrica e horizontal, sem concorrência ou competição. Mesmo assim, José Ailton considera que a participação nos mutirões é uma obrigação para o chefe de famílias, não sendo permitido nem bem visto faltar no dia dos mutirões:

Para o chefe da família, é uma obrigação, naquele dia não faltar. Até porque às vezes, os amigos já tinham ido para a minha. Então no dia dele eu teria que ir. Eu, para não ir, teria que arranjar uma pessoa de bom senso para ir. Eu não podia faltar porque não tem lógica. Zé Ailton (29/11/2018).

Isso demonstra que existem regras implícitas, há uma pressão social para fazer respeitá-las.

d) Sentimentos e valores gerados

A maioria dos entrevistados sobre essa questão relata a criação de um sentimento de confiança entre os membros do mutirão. As expectativas dos assentados sobre o comportamento do outro estão sendo alcançadas quando todos comparecem no dia combinado. Eventualmente em caso de falta por uma necessidade imperativa o assentado pode mandar uma pessoa que realize o serviço no seu lugar tão bem quanto ele. No entanto, Zé Raimundo considera que “quando o próprio assentado passa a não participar e enviar outros o grupo vai se desfazendo”. Para Dona Vilma, o problema de contratar outra pessoa é porque “às vezes o que a pessoa paga para ir trabalhar não trabalha como os outros. Ai não

repõe o que ele [o assentado] faz e os outros ficam reclamando”. Já Faustino é enfático ao comentar sobre a contratação de pessoas:

Não, não, não. Mutirão a gente forma [os mutirões] com os próprios assentados e participação dos assentados. A gente não faz mutirão para ir contratar um funcionário para ir trabalhar no meu lugar, a gente não faz isso não. Só faz o mutirão diretamente com o assentado Faustino (25/11/2018).

Dentro dos grupos, compostos sempre pelos mesmos assentados, o sentimento de confiança entre os membros é típico dos valores éticos produzidos por relações de reciprocidade binária de tipo “compartilhamento” dentro de pequenos grupos (TEMPLE, 1998, n.p.; SABOURIN, 2011, p.35). Nesse caso seria o compartilhamento de trabalho. A relação pode evoluir naturalmente para uma relação de amizade.

Zé Raimundo conta que os grupos de mutirão dos quais faz parte são formados por "amigo, tudo aqui da comunidade. Desde o começo eram mais ou menos essas pessoas, e continuamos sempre aí." (Zé Raimundo, 02/12/2008).

Os assentados consideram também que a atividade de mutirão melhora a comunicação entre os assentados e conseqüentemente os aproxima. Contar histórias, colocar apelidos, tirar sarro uns de outros ajuda a fortalecer os laços de amizade e de confiança entre os assentados. Os casos mais lembrados ainda são os que aconteceram no início do Assentamento, quando os mutirões eram compostos por grupos maiores. Marcos Paulo relembra com entusiasmo que:

Era uma oportunidade das pessoas estarem interagindo. Era muito animado! Imagina, eu vou para a minha roça trabalhar sozinho um dia ou eu vou com 10! Um conta uma piada, um conta uma resenha. Era muito animado, as pessoas se interagiam. Fortalecia as amizades a coisa do dia-a-dia mesmo. Marcos Paulo (27/11/2018).

A animação durante o trabalho em mutirão em se já é um incentivo ao trabalho. Outro incentivo relatado é que, mesmo sendo extremamente pesado e braçal, o trabalho em mutirão ajuda a “diminuir o peso da enxada”, fazendo que o dia passasse mais rápido. Marcos Paulo complementa que:

Imagina que você vai fazer uma atividade que é meio chata e você está sozinho no lote, não é divertido. Ai você vai fazer a atividade e tá com muitas pessoas. Então você não sente o peso da enxada, porque está divertido. Tá conversando e acaba que o trabalho desenvolve. Marcos Paulo (27/11/2018).

A omissão de participação regular de um integrante do grupo é considerada desrespeitosa com relação aos demais, uma vez que a manutenção dos laços de amizade, da união do grupo e do sentimento de confiança são tão importantes quanto a realização material do trabalho.

A base dos grupos de mutirões está fortalecida pela geração do sentimento de confiança entre os participantes. Realizar hoje um trabalho no lote de outro assentado acreditando que o grupo resistirá até o ciclo de mutirões chegar a seu lote é uma demonstração de confiança no grupo. Durante as entrevistas, os assentados descrevem o mutirão como gratificante e vantajoso, demonstrando a valorização simbólica e concreta do trabalho. No entanto o fato de só existirem hoje dois grupos de mutirão comparando com sete grupos de vigília e trabalho coletivo no período de acampamento e aos dez grupos de mutirão do início do Assentamento, indica uma redução da abertura do ciclo de reciprocidade.

3.2 Troca de Diária

a) Tipo de prática

Muitos dos assentados originalmente trabalhavam em fazendas da região. Marcos Paulo conta que ao optar sair das fazendas para participar do acampamento o sentimento do assalariado mudou, “com o discurso que ele ia ser liberto da humilhação do fazendeiro, que ia ter uma terra.” A opressão sofrida nas fazendas é um dos fatores que estimulou o trabalho coletivo. A cooperação entre assentados era uma das garantias de que não precisaria mais voltar para a humilhação do trabalho nas grandes fazendas.

A “troca de diária” é praticada entre dois assentados. Um assentado chama o outro para vir trabalhar um dia em seu lote em troca de ele ir no lote do outro no dia seguinte ou em outro dia a combinar. A troca de dia de trabalho é utilizada sobretudo para realizar plantio antes da chuva e para atividades mais pesadas.

Zé Raimundo afirma que a troca é feita “com as mesmas pessoas que fazem o mutirão”. João da Onça relata com quem ele costuma realizar troca de diária: “não é só na amizade não, aquele que tiver na necessidade e quiser, nós estamos aí junto”. Em todo caso, o assentado que está necessitado da troca é o responsável por fazer a proposta para o outro assentado, ficando a cargo do outro aceitar ou não essa proposta.

Marcos Paulo explica que as trocas são:

Feitas entre os dois indivíduos. Então ‘- seu João tem um trabalho para fazer agora e está muito apertado, precisa fazer esse trabalho porque tá perto de chover e tem que fazer antes de chover’. Aí eu troco o dia, eu vou lá com seu João, faço a atividade dele. Então trabalhei três dias lá, então eu tenho de crédito lá três dias. Na hora que eu precisar o Seu João vem e me paga os três dias. Ou às vezes vice versa, eu vou pra ele e no outro ele vem pro meu, aí chama troca de dia. Marcos Paulo (27/11/2018).

Zé Raimundo conta que a opção pela realização da troca de diária depende da necessidade, mas também do gosto das pessoas. Ela é feita “às vezes pela quantidade de serviço, às vezes é só para facilitar mesmo”; a retribuição é simétrica, mas pode ser diferida. “O colega pode ‘pendurar’ diárias, não precisa fazer a troca imediatamente”.

Os acordos e a contagem das diárias são proferidos verbalmente, mostrando que há um sentimento de respeito e de confiança entre os parceiros. Zé Raimundo reafirma que “sempre tenho relação com essas mesmas pessoas que eu trabalho no grupo [de mutirão]”, deixando claro que ele só realiza a troca de diárias com os assentados mais próximos.

Marcos Paulo conta que “as pessoas usam muito isso porque parece que o trabalho rende um pouquinho, você conversa, distrai. Ali você consegue adiantar o trabalho, mesmo sendo só duas pessoas”. Mesmo não sendo igual ao rendimento do mutirão, que tem a participação de mais assentados, só de não fazer o serviço sozinho, Marcos Paulo considera que já é melhor do que ir para o lote sozinho.

Diferente da prática do mutirão, onde a articulação tem que ser feita entre todo o grupo, aumentando a possibilidade de alguns dos assentados não poder participar no dia marcado, a troca de diária é feita diretamente entre dois assentados, simplificando o planejamento. Com a possibilidade de “pendurar diárias” não é necessário que os dois assentados estejam com a mesma demanda de ajuda de trabalho no mesmo momento.

b) Regras e normas

Por ser uma prática espontânea entre dois assentados, não existem regras formais. As normas estabelecidas entre os dois parceiros são bem simples, e similares às do mutirão:

- é necessário que o assentado que estiver precisando da troca da diária faça a demanda ou proposta para outro assentado. Zé Raimundo explica que: “Antes tem uma consulta, ‘- eu tenho um serviço para fazer essa semana, você tá disponível que dia?’, [o outro assentado responde] ‘- tal dia eu não posso, mas no outro eu posso’. Aí naquele dia a gente faz o serviço.”

- o período de trabalho poderia ser de uma diária completa (turno da manhã e da tarde) ou de meia diária (somente um turno) de acordo com a quantidade de trabalho.

- cada assentado é responsável por levar sua alimentação ou, quando o lote é próximo da Agrovila, cada um almoça em sua própria casa e retomam o trabalho na parte da tarde.

- as diárias podem ser “anotadas” ou “penduradas” caso um dos assentados não esteja precisando do retorno no mesmo período ou esteja esperando a lua certa²⁷ para plantar.

Pode anotar [a diária] para depois. Porque tem vezes que eu não tô precisando. Aqui tem muito esse negócio de lua. Eu vou plantar minha semente nessa lua, o outro quer a dele na minguante, o outro na crescente. Então tem oito dias de diferença. João da Onça (28/11/2018).

- não há diferenciação de gênero, tanto homens quanto mulheres podem participar da troca de diárias. João da Onça explica que:

Com homens e com mulheres, não tem problema isso não. Às vezes minha parte é pesada, mas tem uma parte maneira. É uma mulher? Não tem problema, não pega no cabo do machado, mas pega na semente para plantar. Faz mais do que eu. João da Onça (28/11/2018).

Para João da Onça não faz diferença em realizar troca de diárias com homens e mulheres, mesmo que, no lote dele a assentada auxilie no plantio e não faça serviços mais pesados.

c) Tipo de relação de reciprocidade

Mesmo essa prática sendo chamada pelos assentados de “troca de diária” a relação estabelecida entre eles é uma prática de ajuda mútua recíproca entre dois agricultores (ou duas famílias), portanto, corresponde a uma relação estruturante de reciprocidade bilateral, de tipo *face to face* (TEMPLE, 1998, n.p.; SABOURIN, 2011, p.35).

Marcos Paulo explica que tem que “retribuir os mesmos números de dias de acordo com a necessidade do outro assentado, pode ser na mesma semana ou anotado para outra semana.” Nesse tipo de relação não há pagamento, nem contagem de horas trabalhadas, só das diárias realizadas. Assim como nos mutirões os diálogos e conversas são apontadas como um motivador para a realização da prática. As conversas distraem do trabalho pesado e ajudam a

²⁷ Durante as entrevistas muitos dos assentados comentaram que seguem as fases da lua para o plantio, com isso muitas vezes a retribuição da troca de diária acontece de acordo com as fases da lua.

fazer o trabalho parecer mais ágil e com maior rendimento. Marcos Paulo conta que “as pessoas usam muito isso porque parece que o trabalho rende um pouquinho, você conversa, distrai. Ali você consegue adiantar o trabalho, mesmo sendo só duas pessoas.” Mesmo não sendo igual ao rendimento do mutirão, que tem a participação de mais assentados, só de não fazer o serviço sozinho, Marcos Paulo considera que já é melhor do que ir para o lote sozinho.

João da Onça conta que, atualmente “mais ou menos, um grupo de 10 assentados praticam [a troca de diária]”. Os 10 assentados a quem se refere não fazem parte de um único grupo fechado. É o número geral de assentados que praticam regularmente troca de diária. Sobre um total de 67 são uma minoria. Segundo ele “não tem muita gente do Assentamento que faz troca de diária não. O pessoal é desobediente.... Se fossem obedientes e inteligentes faziam mais”. João da Onça não entende porque o uso da troca de diárias não é praticado por mais assentados. Diferente do mutirão que exige um maior compromisso dos assentados envolvidos, a troca de diária é uma prática que pode ser feita esporadicamente de acordo com a necessidade dos assentados.

Já Eduardo, assentado que recentemente assumiu o lugar do pai, desconhece esse tipo de prática, ele diz que “não faço troca de diárias com nenhum assentado. Isso não acontece no Assentamento”. A fala de Eduardo demonstra que o grupo de assentados que realizam esse tipo de prática é restrito.

O assentado Zé Raimundo é enfático ao falar que só realiza troca de diárias com os mesmos assentados que fazem parte do seu grupo de mutirão “com as mesmas, com as mesmas que estão no mutirão. Não é com todos não, mas é com as mesmas que fazem parte do grupo de mutirão”.

Como todos os acordos são feitos verbalmente é necessário ter uma boa reputação para que os outros assentados confiem que as diárias trocadas serão retribuídas. Ao restringir somente para o grupo do mutirão do qual já faz parte, Zé Raimundo garante que não terá problemas com a retribuição da diária. Isso pode explicar a redução dessa prática, sendo ela reservada a um círculo mais restrito de práticas de ajuda mútua. Quer dizer que com relação ao período do acampamento houve redução do círculo de reciprocidade.

d) Sentimentos e valores

A troca de diária é uma prática de solidariedade interfamiliar; trata-se de uma relação de reciprocidade tradicional da ajuda mútua camponesas (SABOURIN, 2009, p.67). A

geração de amizade está presente na troca de diárias e a sua manutenção pela demanda de diária que coloca em jogo a força da amizade. O assentado João da Onça descreve com alegria na fala o funcionamento da troca de diárias:

É muito fácil, muito bonito. A gente marca o dia e eu vou para a dele. Depois a gente marca o dia e ele vem pra minha. É a mesma coisa que mutirão, para adiantar mais. Aquele que tiver na necessidade e quiser nós estamos aí juntos. João da Onça (28/11/2008).

Assim como nos mutirões os diálogos e conversas são apontadas como um elemento motivador para a realização dessa prática. As conversas distraem do trabalho pesado e ajudam a fazer o trabalho parecer mais ágil e com maior rendimento.

3.3 Empréstimos de terras entre assentados

a) Tipo de prática e regras

O empréstimo de terras, assim como a troca de diárias, também é uma relação estabelecida diretamente entre dois assentados. Não tem regras formais estabelecidas e sim normas praticadas pelos assentados mediante acordos “verbais”. Existem dois critérios citados durante as entrevistas que revelam se o assentado está apto para pedir o empréstimo:

- *Lote não propício para o plantio da mandioca* - como a mandioca é a base da culinária local, se um assentado não consegue plantar mandioca para o consumo próprio já é considerado apto para propor um empréstimo de terra. João da Onça justifica que “não é para todo mundo que eu vou fazer isso não. Fiz com o Zé da Guia, o lote dele não presta para nada. Mas é só a mandioca”.

- *Filho de assentado já casado que vive no lote da família* - quando o assentado original tem muitos filhos casados morando no mesmo lote, o filho ou cunhado do assentado pode pedir um pedaço de lote para outro assentado para conseguir sustentar a própria família.

Essas são as duas únicas situações descritas pelos assentados para explicar como e quando ocorre o empréstimo de terra. Somente os assentados que atendem esses critérios estão aceitos para realizar ao empréstimo de terras.

O tamanho da área é definido entre os assentados que estão estabelecendo o acordo. Normalmente a área demarcada para o empréstimo não passa de duas tarefas (aproximadamente 250m²). O assentado que está recebendo o empréstimo de terra só é autorizado a cultivar plantações de ciclo curto ou médio, como por exemplo, milho, feijão,

amendoim, mandioca ou abacaxi. Não sendo permitido o plantio de culturas permanentes. Marcos Paulo diz que: “Claro que é cultura de curto e médio prazo, mandioca, abacaxi. Mais ou menos 13 meses, isso para gente é médio prazo. Para cultura permanente a gente nunca dá.”

Além do acordo sobre o prazo de uso, deve ser especificado o que se pretende plantar e quando está planejada a colheita. Também é importante manter o contato com o dono da terra para informar e negociar potenciais imprevistos. Faustino diz que o assentado que recebe a terra:

Tem a obrigação de dizer assim ‘- eu vou plantar a maniva hoje e daqui a um ano eu tô tirando.’. Porque ele só tem aquele período. Se ele cuidar daquela área, aí eu posso dizer ‘-plante outro ano’ mas se ele não cuidar não planta mais. Faustino (25/11/2018).

Após a colheita, se o acordo não for renovado o assentado tem a obrigação de entregar a terra limpa.

O empréstimo de terra é vantajoso para ambos os assentados. O assentado que recebe a terra tem a possibilidade de cultivar alimentos que a terra do seu próprio lote não permitiria. Já para o assentado que empresta existem três principais incentivos descritos durante as entrevistas que operam como compensação ao empréstimo:

- *Beneficiamento da terra bruta* – Muitas vezes a terra emprestada ainda é uma “terra bruta”, que não foi trabalhada para a agricultura, exigindo um maior esforço no primeiro plantio. Zé Raimundo, um dos assentados que o lote não é propício para o plantio de mandioca, conta que: “às vezes é uma terra bruta, o dono tá com receio de enfrentar o terreno bruto. Eu pego e coloco o mutirão, quando entregar já tá pronta para ele, já pega beneficiada. É uma vantagem para os dois.” Ao devolver a área para o dono da terra ela estará mais propícia para um novo cultivo.

- *Cuidados do dia-a-dia* – Na área demarcada do empréstimo o assentado é responsável por cuidados como: a manutenção da cerca, retirada do mato e das pragas. Marcos Paulo considera esse um dos benefícios para realizar o empréstimo de terras:

Às vezes só o fato dele fazer a manutenção daquela área. Se eu não estou utilizando e deixo criar mato naquela área é um problema, porque aquela parte do mato, tem a questão de alguma praga ou uma cerca. Então se ele tá trabalhando ali, ele já vai fazer esse controle. Marcos Paulo (27/11/2018).

- *Cultivo consorciado*: outro incentivo ao empréstimo de terras é a possibilidade de plantar de forma consorciada. O assentado João da Onça explica que “se nós formos amigos posso plantar minha laranja junto com a mandioca dele. A partir daquele momento ele cuida da laranja para mim” (João da Onça, 28/11/2018). Enquanto a laranja do dono do terreno ainda é jovem ainda é possível plantar culturas de ciclo curto e médio aliado a ela. O assentado que recebeu o empréstimo, ao cuidar do seu plantio acaba também cuidando da laranja do dono da terra. Proporcionando uma relação positiva para ambos. João da Onça deixa claro que o cultivo consorciado só é realizado quando os dois assentados têm uma relação de amizade.

Algumas atitudes são levadas em consideração pelo dono da terra para decidir se continuará o empréstimo ou não. Ele avalia se o assentado cuidou direito da terra, se fez a manutenção necessária de pragas e da cerca. Se estiver satisfeito, o empréstimo de terra pode ser renovado. Sempre antes de iniciar outro plantio é necessário confirmar se o empréstimo ainda está valendo.

b) Tipo de relação de reciprocidade e sentimentos gerados

Essa prática é típica de uma relação de ajuda mútua bilateral *face to face* (TEMPLE, 1998, n.p.; SABOURIN, 2011, p.35). Essa relação não é apenas uma expressão de pura generosidade uma vez que existe uma compensação para o proprietário. A retribuição não é simétrica, não tendo necessidade de uma compensação similar, pois “a importância da relação humana prevalece sobre o valor da prestação material” (SABOURIN, 2011, p.36). Como o contrato de empréstimo da terra é verbal, o respeito e a confiança na palavra dada são também sentimentos gerados por esse tipo de relação.

A prática de empréstimo de terra só é realizada entre assentados do Sete Brejos, e não com agricultores de outros assentamentos ou de comunidades de fora. De fato, os entrevistados têm receio de que, após um ano ou mais, a área não seja mais devolvida. Na relação de empréstimo com os assentados do Sete Brejos há uma certeza de que qualquer conflito seja solucionado em assembleia. Não há relatos de conflito deste tipo entre assentados do Sete Brejos. No entanto, Zé Ailton conta da experiência, logo nos primeiros anos do Assentamento, de emprestar parte do terreno para pessoas de fora. Esse caso fez com que ele, e outros assentados, não realizem mais empréstimos de terra com pessoas de fora:

Eu já fiz isso, de emprestar área de terra para alguém trabalhar e não me dei bem. Depois de dois ou três anos eu precisei da terra e o cara, para desocupar, eu teria que

pagar. E foi uma frustração... depois disso eu não faço mais isso mais com ninguém. A pessoa não era daqui, mas era conhecido. Não achava que ia fazer isso comigo. Ele fez aí fica um mau exemplo... Entre assentados ainda têm muita gente que empresta. empresta por emprestar, por achar que aquela pessoa é uma pessoa boa e merece. Entre os assentados, que eu saiba, nunca deu problema. Zé Ailton (29/11/2018).

Mesmo não tendo relatos de discórdias ou problemas para devolução da área entre assentados, o empréstimo de terra só acontece dentro de círculo de reciprocidade restrito a amigos e familiares. Depois da experiência negativa de empréstimo de terra Zé Ailton restringiu as pessoas com as quais aceita emprestar a terra, “eu só poderia fazer isso, sinceramente, só se fosse um irmão, uma pessoa da família que eu poderia emprestar. A confiança... não, não, não.” Zé Ailton (29/11/2018). Após a experiência negativa com o empréstimo de terra com pessoas de fora do Assentamento, a confiança para o empréstimo para outros assentados também foi abalada. Mesmo assim Zé Ailton reconhece que entre assentados essa ainda é uma prática realizada.

Marcos Paulo conta um pouco com a experiência de empréstimo de terra que teve ano passado com um filho de assentado:

A família é muito grande, o lote do pai tá muito ocupado, ele é filho. Aí eu peguei uma parte do lote, que na minha correria tava meio ociosa aí eu cedi para ele ficar plantando. A gente tem o cuidado de não abrir para os de fora. Que já teve problema de abrir para pessoas de fora e a pessoa não querer sair da terra. Então temos cuidado para isso Marcos Paulo (27/11/2018).

Dois fatores parecem ter levado Marcos Paulo a realizar o empréstimo de terra: i) com os compromissos assumidos junto a cooperativa Marcos Paulo não estava utilizando todo o lote; e, ii) por entender que o pai estava realmente utilizando todo o terreno, não havendo espaço para seu filho plantar no terreno.

É perceptível um sentimento de solidariedade entre os assentados, no caso dos lotes que não tem terreno ideal para o cultivo, uma tentativa de reequilibrar a divisão das terras já que, foram divididos os assentados não sabiam da característica do terreno de cada um dos lotes. João da Onça conta que o empréstimo é realizado “entre famílias, porque os assentados se tornam tudo amigo e se torna uma família. Dois amigos bons são que nem pai e um filho.” Essa fala demonstra a força dos laços de amizade cultivados pelos assentados.

3.4. Principais mudanças

Nessa sessão será referido mais especificamente aos mutirões dos grupos de produção e não as outras formas de ajuda mútua entre duas famílias, uma vez que as relações mais restritas e interpessoais resistem melhor que a relação entre grupos maiores, como é o caso do grupo de mutirão. A fala de Neném relata um pouco sobre as relações de reciprocidade dentro do Assentamento:

Hoje nós não somos muito desunidos, mas lá embaixo nós éramos mais unidos ainda. Nós ainda nós ajudamos muito, aqui é o lugar dos assentados que nego não tem nem confusão. Neném (21/10/2018).

Os assentados continuam se referindo a prática somente como mutirão ou grupo de mutirão. Não entanto, a dinâmica foi diferente do que acontecia durante o acampamento, quando todas as famílias tinham um objetivo prioritário em comum. Depois de conseguir a desapropriação da terra e a divisão de lotes, ocorreu uma mudança das formas de cooperação dentro do Assentamento. As famílias passaram a ter objetivos individuais em relação a produção, dando mais importância aos projetos individuais do que aos objetivos coletivos.

Mesmo observando que houve uma perda da relação de união entre os assentados, Neném conta que o Assentamento ainda é um local sem conflito e a ajuda mútua entre assentados ainda está presente. Segundo constatado por Sabourin, a solidariedade se constitui em casos onde os assentados “vivenciaram juntos uma experiência de organização coletiva durante as fases de luta pela terra ou de acampamento precários.” (SABOURIN, 2009, p.135), como foi o caso do Assentamento Sete Brejos.

Enfraquecimento dos grupos de mutirão

O assentado Zé Raimundo relatou que o mutirão “funcionou muito bem, mas hoje em dia não está mais funcionando como foi no princípio. Mudou um pouco a desunião. Achavam que não estavam se beneficiando mais” (Zé Raimundo, 02/12/2008). Durante as entrevistas os próprios assentados identificaram três fatores que consideram cruciais para diferenciar os grupos de mutirão:

- *Papel das Lideranças*

O papel do coordenador do grupo foi apontado pelos próprios assentados como uma peça chave para o sucesso dos grupos. Eram os coordenadores que estimulavam e programavam a reunião dos grupos de mutirão. Marcos Paulo destaca que:

Primeiro vai muito das lideranças, das pessoas que estão à frente [do mutirão]. Têm pessoas que têm facilidade de puxar. Nesses mutirões sempre têm pessoas que se destacam que estão na frente, uma espécie de coordenação, de influência. Essas influências que agora estão fracas. As pessoas que puxam isso, é natural, a gente tem 22 anos que estamos nessa terra, é como se fosse consequência dessa nova geração. Marcos Paulo (27/11/2018)..

A “facilidade de puxar” descrita por Marcos Paulo pode ser classificada, segundo as categorias de Ostrom (1998, p.12-13), como um atributo de reputação e confiança dos outros membros do grupo em relação a um assentado específico. A escolha de um dos integrantes do mutirão para coordenar está associada ao reconhecimento pelo grupo de uma liderança, alguém com capacidade de representá-los, há uma delegação interna de poder e de responsabilidade a um dos integrantes do mutirão, sendo ele o responsável por estimular e manter o grupo ativo e coeso (OSTROM apud SABOURIN, 2003). Os grupos dos quais as lideranças não conseguiram promover uma relação de confiança e união é apontada como um dos motivos do enfraquecimento dos mutirões.

- Objetivos diferentes dos membros

Outro motivo apontado pelos próprios assentados para o enfraquecimento dos mutirões foram as diferenças entre os objetivos individuais em relação aos lotes de produção. Segundo Olson, é comum que, após conseguir o benefício coletivo os membros do grupo tendem a se desestimulam a continuar organizados (OLSON, 2015, p.33). Alguns assentados do grupo tinham a intenção somente de promover o beneficiamento básico da terra, arando e preparando parte do lote em mutirão para depois continuar o trabalho individualmente. Já, outros assentados pretendiam, além do beneficiamento básico do lote, também construir outros beneficiamentos no terreno, como galinheiros e armazéns. Essa diferença entre os objetivos individuais dos assentados em relação à produção agrícola fez com que alguns assentados alcançassem seus objetivos antes de outros. Faustino descreve esse motivo como a peça fundamental para a dissolução dos grupos de mutirão:

Eu tenho vontade de desenvolver. E às vezes a gente tem um companheiro que acha que fez uma parte do serviço dele e ele não quer mais dar continuidade. Ai ele vai desistindo do serviço dele. Porque ele acha que fez uma do serviço dele, ai ele acha

que já fez tudo. E não dá continuidade. Os interesses não são iguais, um sempre tem interesse de desenvolver e outros tem interesse de fazer aquele trabalho que tá lá e ele não tem condições de fazer e depois... essa é a peça fundamental para o mutirão não dar certo. Faustino (25/11/2018).

O assentado que alcançava os objetivos pretendidos tendia a não permanecer no grupo de mutirão e o grupo começava a se reduzir e conseqüentemente, se desfazer.

- Envelhecimento dos assentados originais

O envelhecimento dos assentados originais também proporcionou um enfraquecimento dos grupos de mutirão. Marco Paulo conta que:

Os mutirões tava bem trabalhando, tava bem presente. Mas aí, como vai renovando, os mais velhos, tem alguns que sai da atividade e os filho que vão assumindo o lote e tal... nem todos querem continuar... ntão acontece naturalmente. Marcos Paulo (27/11/2018).

As relações de amizade e confiança e a prática de ajuda mútua estabelecidas entre os assentados mais velhos não foram perpetuadas para as gerações mais novas. Com isso, muitas vezes, o filho, ao assumir o lote do pai opta pelo trabalho individual, sem a prática de grupos mutirão.

Restrição do círculo de reciprocidade as relações mais próximas

Tanto para as práticas de troca de diária quando para o empréstimo de terras a relação, com o passar dos anos foi se restringindo a um círculo de parentesco, vizinhança e amizade. O que no início do Assentamento eram relações generalizadas de reciprocidade, por reconhecer no outro as necessidades que também poderiam ser suas, passam a ser relações mais restritas:

Os grupos [de mutirão] funcionaram bem por uns 10 anos. Nessa época se produzia melhor, se ajudava mais, tinha mais união. Era um momento que a gente aproveitava para conversar, as pessoas estavam sempre junto, manter os laços de acampamento. aumentar a amizade. Isso foi se perdendo, as pessoas foram ficando mais individuais. Hoje é muito, muito pouco.... hoje só temos dois grupos [de mutirão] que continuam. Marcos Paulo (22/10/2018).

A partir das relações de reciprocidade que se iniciaram as relações regulares entre duas famílias ou vizinhos, gerando uma relação de amizade. Essas relações permitiram a reprodução de um ciclo virtuoso de reciprocidade e conseqüentemente a geração de mais amizade (SABOURIN, 2009, p.67).

Empréstimo de terra para filho de assentados

O empréstimo de terras para filhos de assentados é uma prática recente no Assentamento, uma vez que a maior parte dos filhos dos assentados não eram nascidos ou ainda eram crianças na fase de acampamento. Muitos dos filhos dos assentados casaram e permaneceram no Assentamento, construindo outra casa no fundo do lote dos pais. Em alguns casos o filho, por conta da idade dos pais, assume o serviço agrícola.

Faustino conta que, quando era presidente da associação, propôs que uma parte da área coletiva fosse redividida entre os assentados para que os filhos de assentados tivessem um lote para produção. Faustino explica que:

Os filhos de assentado aqui, só pensava em ficar maior e viajar para São Paulo ou Curitiba. A gente ia abrir um loteamentozinho lá em cima, para os filhos de assentado. A gente ia fazer 67 lotezinhos e depois sortear. Iam todos ser beneficiados! Faustino (25/11/2018).

A ideia seria que os novos 67 lotes fossem destinados um para cada assentado e como sugestão que fosse ocupado pelos filhos, possibilitando que os filhos de assentados permanecessem no Assentamento e tivessem uma área para plantar. O projeto não foi concluído.

É justamente nos casos em que os pais continuam cuidando do lote de produção que outros assentados se solidarizam e concordam em emprestar algumas tarefas de terra para os filhos de assentado.

4. Cooperação em torno da gestão de equipamentos coletivos

Este capítulo tem como objetivo aprofundar a análise sobre o manejo e a gestão cooperativa dos equipamentos coletivos do Assentamento e a sua forma de utilização pelos assentados. O Assentamento conta com uma escola, um posto médico, um centro comunitário, uma casa de farinha, uma fábrica de polpa. Esses dois últimos são equipamentos voltados diretamente para a produção agrícola. Examinamos aqui somente esses dois casos, da casa de farinha e da fábrica de polpas, em particular o seu gerenciamento, as suas modalidades de utilização pelos membros do Assentamento e a sua evolução.

4.1 Casa de Farinha

a) Tipo de bem coletivo

A Casa de Farinha foi construída em 2002, pelo Projeto São José, financiada através de um convênio entre governo estadual e o Banco Mundial por meio da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Sergipe (PRONESE). Todos os assentados podem utilizar esse equipamento independentemente de participarem ou não de alguma das associações. O equipamento está também aberto para o uso de pessoas de fora do Assentamento. Desde sua construção, a Casa de Farinha nunca passou por reforma estrutural ou troca de aparelhos e máquinas, sendo realizadas apenas as manutenções periódicas.

Figura 11 -À esquerda, prédio da Casa da Farinha. À direita, zelador Zé Ailton, retirando a farinha do forno.



Fonte: banco de imagem da autora 2018

O equipamento só pode funcionar na presença do zelador, um assentado responsável por cuidar e operar as máquinas motorizadas (figura 11). Dona Vilma relata que: “todos podem usar [a casa de farinha], mas tem que ter um assentado efetivo [zelador] para tomar conta e botar os maquinários para funcionar”.

A Casa de Farinha conta com quatro máquinas motorizadas: ralador e triturador de mandioca automático, peneira mecanizada, forno mecanizado para torra de farinha e triturador de farinha. Marcos Paulo explica que só o zelador pode operar esses equipamentos para garantir “não estragar e não ter acidentes”.

O processo de raspar, lavar, extrair da goma e prensar a mandioca ainda é feito manualmente. Como boa parte do processamento ainda é manual, dificilmente o assentado é capaz de tratar toda sua mandioca sozinho, sendo comum receber ajuda de outros. Marcos Paulo descreve esse tipo de ajuda mútua:

Na espontânea, às vezes ele [algum assentado] diz que vai fazer [farinha] e chama duas pessoas. Aquelas já falam para mais duas. Vai passando na porta da casa de farinha, tá aquela turma lá, animada, aí aquela pessoa já fica: ‘-arranje mais uma faca’. E quando você se dá conta você aí você tem 10, 15 pessoas sentadas ali, raspando mandioca, rindo, conversando. Vira um ponto das pessoas estarem dialogando, conversando, distraído. Mas é uma coisa espontânea, nada assim programando ‘- tal dia vai ter, e convidar e tal’, acontece naturalmente. Marcos Paulo (27/11/2018).

Esse tipo de ajuda é realizado espontaneamente e, portanto, não gera uma obrigação de retribuição. Mas, geralmente existe uma prática de ajuda mútua entre os farinheiros, característica das relações de confiança, onde há uma expectativa em relação às ações dos outros (OSTROM, 1998, p.12).

Segundo Marinalva a atividade de processar a mandioca se torna “uma roda de conversa”. É comum que os próprios assentados levem seu banquinho e sua faca. Isso acontece mais porque cada assentado é acostumado a trabalhar mais eficientemente com seus próprios utensílios, porque na Casa de Farinha há facas e bancos extras. Um exemplo desse tipo de prática pode ser observado na foto abaixo (figura 12).

Figura 12 - Mutirão para produção de farinha



Fonte: banco de imagem da autora

A localização da Casa de Farinha, na entrada da comunidade, colabora para agregar, uma vez que é costume parar frente à Casa para ver quem está produzindo farinha. Assim, muitas vezes os assentados passam em casa para pegar suas ferramentas e voltam para ajudar na produção. Seu Nego relata:

Na casa de farinha têm uns na frente raspando. Eu não vou raspar a minha não. Primeiro tem que terminar de raspar a dele ai se junta para raspar a minha. Eu não vou chegar na casa de farinha e ter outros raspando e não ajudar. Seu Nego (26/11/2018).

Seu Nego deixa claro que, se o próximo farinheiro agendado chegar e o anterior ainda estiver fazendo farinha é praxe ajudá-lo a terminar, uma vez que o seu trabalho só poderá ser iniciado quando toda a farinha do colega estiver processada. Como o trabalho se estende por horas, é comum os assentados levarem café e petiscos para comerem durante o trabalho. Dona Vilma complementa que:

Tem gente que termina [de processar] a farinha e depois fica o dia todinho ajudando os outros. Termina a dele primeiro e passa o dia todinho ajudando. [risos] Aí fica ‘-cadê o cafezinho? Cadê o não sei o que?’. Daí a pouco chega um cafezinho, um suco! Ai vai entretendo e vai! Dona Vilma (26/11/2018).

A obrigação de levar comida não é exclusiva de quem está processando a mandioca, todos acabam contribuindo. Toda a comida levada é compartilhada e dividida entre os que estão participando do processamento da mandioca.

b) Regras e normas

A casa de farinha segue três regras gerais simples. A primeira é relacionada à regra de escolha constitucional (OSTROM, 1992, p.45), que determina quem está autorizado a utilizar o equipamento. No caso da Casa de Farinha, são autorizados a utilizar o equipamento tanto os assentados do Sete Brejos, como dos assentamentos vizinhos e moradores da cidade de Indiaroba. A definição de limites claros (princípio 1) de quem pode utilizar o equipamento é apresentado por Ostrom (1990, p.91) como um dos princípios essenciais para o manejo duradouro de bens e recursos comuns. A Casa de Farinha têm limites claro definidos, os associados têm conhecimento sobre quem pode ou não utilizar o equipamento e isso auxilia para que quase nenhum conflito, em relação ao uso do equipamento, seja identificado.

A segunda regra de uso diz a respeito ao valor da taxa obrigatória destinada ao pagamento de despesas de manutenção da Casa de Farinha. Os assentados que utilizam o equipamento pagam uma taxa de 12% da farinha produzida. Para os de fora a taxa é de 15% da produção. O objetivo da cobrança não é o de gerar lucro, mas sim custear o pagamento do zelador e a manutenção da casa de farinha. José Rodrigues conta que:

A comunidade paga 12% e as outras comunidades pagam 15%. Paga em farinha e depois vende a farinha na feira. O dinheiro arrecadado primeiro é para manutenção da casa e depois para pagar o zelador. José Rodrigues (26/11/2018).

A terceira regra é sobre os dias de funcionamento. Normalmente a casa de farinha funciona de terça a sexta-feira. Seu Nego conta que a Casa de Farinha “tem dia de abrir. Sábado não abre, é dia de fazer limpeza e prestação de conta”. Dona Vilma complementa a fala de seu marido dizendo que “sábado é dia de passar o caroço²⁸, tem um dia só para isso²⁹”. Se a demanda estiver muito alta o zelador pode, excepcionalmente, abrir a casa de farinha na segunda-feira.

A segunda e a terceira regras de uso do equipamento se encaixam no segundo princípio observado por Ostrom (1990, p.92) sobre congruência entre regras de apropriação e provisão e as condições locais (princípio 2), onde são definidas regras operacionais. As regras operacionais influenciam no dia-a-dia do equipamento e, por isso, foram formuladas considerando os atributos específicos (OSTROM, 1990, p.52) da casa de farinha. Esse tipo de

²⁸Pedaços da farinha que são grandes demais não passam pela peneira e necessitam de nova moagem.

²⁹É preciso esperar o caroço esfriar completamente antes de passar no triturador, não sendo possível passar no mesmo dia que a farinha é feita. Com isso, foi estabelecido um dia só para triturar os caroços.

regra determina o horário de funcionamento, a taxa para uso do equipamento e as obrigações e deveres a serem seguidas pelo farinheiro, pelo tesoureiro e pelo zelador:

Cada um dos *farinheiros* é responsável por, antes de arrancar a mandioca, agendar o horário com o zelador, estimar a quantidade de mandioca que será processada, realizar todos os processos não mecanizados e pagar a taxa de uso do equipamento.

O *tesoureiro da associação* fica responsável pela: venda da farinha arrecadada como pagamento pelo uso do equipamento, pagamento da conta de energia e água, compra de materiais de limpeza e peças de acordo com a demanda do zelador e prestação de contas para a comunidade.

O *zelador* é o responsável por cuidar das tarefas do dia-a-dia da casa de farinha, sendo responsável pelo monitoramento do bom funcionamento do equipamento e do cumprimento das regras operacionais (OSTROM, 1990, p.92 e 94). Sendo responsabilidades específicas do zelador: marcar o horário dos farinheiros, cobrar a taxa de uso do equipamento, zelar pelos equipamentos, acompanhar o processamento e fazer a limpeza do equipamento. Somente o zelador é autorizado de utilizar os maquinários, para garantir a correta utilização e evitar acidentes. O zelador também é responsável por, ao observar o descumprimento de alguma das regras operacionais, dialogar com o usuário para tentar resolver o conflito. O assentado José Rodrigues comenta que:

Tem algumas coisas que não podiam acontecer, mas acontecem. Tem coisas que resolvem na conversa e outras que tem que levar para as assembleias. Primeiro tem diálogo, depois passa para o conselho e só então vai para assembleia! (José Rodrigues, 26/11/2018).

Na casa de farinha o monitoramento e as sanções não são feitas por agentes externos e sim pelos próprios assentados (OSTROM, 1990, p.94). O zelador é responsável pelo monitoramento formal enquanto os outros usuários acabam realizando um monitoramento informal. Ostrom (1990, p.95) explica que o comportamento de monitoramento informal está vinculado a um comportamento de “*quasi-voluntary*”³⁰ (LEVI, 1988a, p.52 *apud* OSTROM, 1992, p.94) onde os próprios usuários se monitoram para garantir que todos estejam cooperando e que as mesmas regras sejam aplicadas a todos.

Assim como o sugerido por Ostrom (1990, p.94), em caso de conflito ou descumprimento de algumas das regras operacionais, a primeira instância de sanção é módica, o próprio zelador deve tentar resolver o conflito diretamente com o farinheiro, no diálogo.

³⁰Quase-voluntário, tradução literal.

Caso não resolva o conflito na primeira instância, as punições vão aos poucos se agravando. No caso da casa de farinha, o caso é levado aos conselheiros. Os conselheiros da associação analisam o caso e propõem uma solução. A solução proposta é apresentada para toda a comunidade em assembleia. João da Onça explica que “quando tem conflito resolve na paz, em assembleia. Se não cumprir as regras é expulso, tem que ter penalidade”. A expulsão do assentado da casa de farinha é a última instância das penalidades, mas, segundo José Ailton, atual zelador da casa de farinha, a maior parte dos conflitos são resolvidos só no diálogo.

O quinto princípio (sanções graduais) e o sexto princípios (mecanismo de resolução de conflitos) delineados por Ostrom se conectam nesse momento. As sanções em relação ao uso da casa de farinha estão atreladas aos mecanismos de solução de conflito (1990, p.100). O zelador, ao levar aos conselheiros os conflitos que não foram resolvidos na base do diálogo, relata a infração para ser discutida e resolvida na assembleia. Nesse caso, a assembleia é o mecanismo de baixo custo onde os próprios assentados discutem e resolvem as infrações e os conflitos apresentados. As assembleias acontecem regularmente uma vez por ano mas podem ser chamadas extraordinariamente em caso de assuntos urgentes.

O cargo de zelador da casa de farinha, assim como o cargo de presidente, tesoureiro e conselheiro da associação, é escolhido por votação durante as assembleias da associação. Zé Raimundo conta que “o responsável sempre muda, para não desgastar nenhum [dos assentados]. Ai faz reunião e vota quem vai ser o zelador”. Não há definição de tempo para permanecer no cargo.

Todas as regras para o uso do equipamento foram discutidas e acordadas com os assentados durante as assembleias da comunidade. José Ailton conta que “todas as decisões são tomadas em assembleia. O que a maioria decide é acatado pela comunidade”. Sempre que necessário as regras podem ser alteradas por meio de votação. Com isso, é possível notar que “a maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais podem participar da modificação das regras operacionais” (OSTROM, 1990, p.93; tradução nossa) para melhor se ajustar às características específicas do equipamento.

Um exemplo da adequação de regras que aconteceu na casa de farinha foi em relação à alteração da taxa de utilização paga pelos assentados. Inicialmente, a taxa estabelecida durante a assembleia era mais baixa, mas logo nos primeiros meses os próprios assentados perceberam que o valor não seria suficiente para cobrir os custos do equipamento. Marcos Paulo conta que “começou e viu que a renda não era suficiente, aí foi mudando. A renda é tirada em assembleia, com contas direitinho para poder chegar nessa porcentagem”.

Outro exemplo das transformações das regras em relação a Casa de Farinha é o pagamento do zelador, que varia de acordo com o assentado que assume o papel. João da Onça conta que, dependendo o “zelador ganha um ordenado pelo trabalho, outros ficam por um percentual da venda da farinha. Varia do acordo feito de zelador para zelador”. O zelador escolhe se prefere receber um salário fixo ou uma porcentagem da venda da farinha arrecadada. Esses acordos são feitos durante as assembleias quando um novo zelador é escolhido. No caso da casa de farinha as variáveis climáticas (OSTROM, 1992, p.48) não interferem diretamente no dia-a-dia do uso do equipamento. A única regra voltada para variabilidade é obrigatoriedade dos assentados de programarem o uso do equipamento. Os assentados devem informar ao zelador quando pretendem colher e a quantidade. Com essas informações o zelador consegue calcular e programar o tempo que cada um dos farinheiros irá ocupar o equipamento, possibilitando que todos consigam usufruir da casa de farinha.

c) Tipo de relação

A casa de farinha é um equipamento coletivo compartilhado pelos assentados. Individualmente nenhum deles conseguiria arcar com os custos de construção e manutenção desse tipo de equipamento. Somente coletivamente é possível gerenciar e manter o equipamento funcionando e beneficiando toda a comunidade (OSTROM, 1992, p.42).

Durante a entrevista João da Onça identifica dois tipos de relação existentes na Casa de Farinha na produção da farinha:

Eu boto 10 carroças de mandioca na casa de farinha. Eu só vou raspar de um? Não vou né! Eu tenho ou que pagar ou que chamar meus amigos e minhas amigas. Gera um mutirão! É um mutirão sem obrigação, mas é um mutirão! (João da Onça, 28/11/2018).

A fala de João da Onça apresenta duas formas com os quais os farinheiros podem processar farinha, pagando a diária de outros assentados ou com a ajuda de amigos, nesse caso é criado espontaneamente mutirão. Esse tipo de mutirão não é composto pelos mesmos integrantes dos grupos fixos de mutirão de produção. Ao denominar os que ajudam no mutirão de “amigos e amigas”, João da Onça revela que existe uma relação de confiança entre aqueles que participam do mutirão (OSTROM, 1998, p.12).

Como os processos para a produção na casa de farinha do Sete Brejos ainda são bem artesanais, a ajuda entre os assentados é de extrema importância para conseguir processar a

mandioca rapidamente. Marcos Paulo justifica o que estimula os assentados a participarem espontaneamente dos mutirões:

Então por amizade e tal vai. É onde as pessoas interagem, bate papo, contam piada, dá risada, que mangam um do outro e que lembram coisas e tal. (Marcos Paulo 27/11/2018).

A relação entre os assentados evoluiu para uma relação de confiança, em que existe uma expectativa constituída em relação ao comportamento do outro (OSTROM, 1998, p.12). Ao confiar e ter a expectativa de que os outros assentados irão retribuir a prática, as pessoas investem em criar reputações de confiáveis. Segundo Ostrom (1998), a partir do momento que os indivíduos começam a investir na reputação de confiabilidade é provável que comecem a utilizar as normas de reciprocidade (OSTROM, 1998, p.12). Ao tornar a prática de ajuda mútua em um ciclo contínuo e recorrente, consolida-se o uso das normas de reciprocidade, situação na qual os farinhaes já contam com o fato de que determinados assentados irão ajudar e sabem que deverão ajudá-los quando for a hora. Marinalva descreve que:

Me sinto na obrigação de ajudar. Quando boto [mandioca na casa de farinha] ela deixa tudo para me ajudar. Então quando ela bota eu faço a mesma coisa, eu ajudo ela e ela me ajuda. Ela me avisa quando vai botar e eu aviso ela quando vou botar." (Marinalva 29/11/2018).

Mesmo não gerando uma obrigatoriedade, há uma pressão social para a retribuição da ajuda. A fala de Marinalva demonstra que as três relações fundamentais estão presentes no processamento da farinha: confiança, “ela deixa tudo para me ajudar”; reputação, “me sinto na obrigação de ajudar”; e reciprocidade, “ela me avisa quando vai botar e eu aviso quando vou botar”. Essas três características formam o que Ostrom denomina variáveis estruturais do triângulo da confiança, reputação e reciprocidade. Esses elementos se fortalecem mutuamente e afetam os níveis de cooperação e de benefícios líquidos para os envolvidos (OSTROM, 1998, p. 12-13).

4.2 Fábrica de Polpa

a) Tipo de bem coletivo

A fábrica de polpa de frutas foi construída inicialmente em 1999 com recurso da ONG Sou de Paz para ser utilizada somente pelos membros do Grupo de Produção e Prestação de

Serviço do Sete Brejos, primeira associação do Assentamento (figura 13). Por não atender às normas da vigilância sanitária, a fábrica nunca conseguiu ser utilizada para processamento de polpas.

Figura 13 – À esquerda – Interior da antiga edificação. À direita - Nova edificação da fábrica de polpa.



Fonte: à esquerda, banco de imagens Zé Raimundo; à direita, banco de imagem da autora -2018

Em 2013, utilizando recursos obtidos por meio do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), projeto que visava mitigar os impactos socioeconômicos causados pela exploração de petróleo e gás natural, a antiga fábrica foi demolida e uma nova construção foi erguida (figura 13). Juntamente com a nova edificação também foi entregue ao Assentamento um caminhão frigorífico para entrega. Como o recurso utilizado era uma compensação para toda a comunidade, e não somente para um grupo, a fábrica passou a ser utilizada por todos os assentados, independentemente de ser sócio de alguma das associações. Em 2014 o equipamento foi entregue.

A fábrica de polpa de fruta é um equipamento de processamento de frutas *in natura*, através de despulpadoras ou de liquidificadores industriais, para transformar em polpa. Imediatamente após o processamento, a polpa é fracionada em embalagens de 1 litro e congelada para garantir que o produto final mantenha as características originais da fruta. O produto deve ser mantido congelado até o momento do consumo. As principais frutas processadas pela fábrica são: mangaba, caju, acerola, goiaba, manga, maracujá, abacaxi e cajá. O objetivo da construção do equipamento no Assentamento foi de oferecer uma forma de processar as frutas produzidas pelos assentados agregando maior valor ao produto.

Como forma de incentivar os filhos de assentados a permanecer no Assentamento, o treinamento para o processamento da fruta foi destinado aos jovens. De 2014 a 2016 um grupo de 10 jovens passou por uma capacitação para aprenderem a manusear os equipamentos e manipular o produto de acordo com os procedimentos exigidos pela vigilância sanitária.

Nenhum dos jovens que processam as frutas é contratado pela fábrica, o pagamento é feito por diária trabalhada.

Marcos Paulo explica que “o assentado vende a matéria prima para a fábrica. A fábrica processa”. Com isso é necessário seguir o cronograma de processamento:

Tem um papel na porta [da fábrica] avisando quais os dias que recebe. Porque, imagina você leva um produto perecível como a acerola e chega lá tá processando manga. Não pode processar a acerola... E ai, vai perder? Então você tem que tomar ciência da programação, dizer que você tem o fruto para entrar na programação. Depois, quando a fruta chega, ela é pesada, lavada, testada a qualidade, se mede o brix dela. Porque o comprador tem que saber o que temos no estoque. Marcos Paulo (27/11/2018).

Dona Vilma esclarece que essa dinâmica pode variar dependendo da disponibilidade de frutas, uma vez que a maior parte da safra de frutas nativas amadurece no verão:

Tem tempos que os fiscais têm que ir atrás [de quem tem fruta]. Primeiramente tem que andar no Assentamento, com os daqui. Quando a câmara fria tá cheia os agricultores que vão atrás, perguntam se tá precisando. Dona Vilma (26/11/2018).

No caso das frutas providas de extrativismo, como, por exemplo, o cajá e a mangaba, a variabilidade é determinada pelas condições ambientais da região (OSTROM, 1992, p.48). Por isso a fábrica balanceia a produção de polpa entre frutas oriundas do extrativismo e as cultivadas pelos assentados. Essas também correm o risco de serem afetadas pelas condições ambientais, mas como a maior parte dos lotes possui acesso a água, é comum que, em caso de secas prolongadas, as plantações sejam irrigadas, garantindo uma maior estabilidade da produção das frutas. Como a época das safras é conhecida pelos assentados, esse é outro fator que influencia a variabilidade do recurso (OSTROM, 1992, p.48), nas épocas de entressafra são os fiscais saem a procura os assentados que plantam ou realizam extrativismo de frutas nas matas da região.

A fábrica de polpa foi trazida para a comunidade por meio da associação, também responsável por seu gerenciamento. Ao contrário da casa de farinha, a administração da fábrica de polpa é muito mais complexa, tanto em relação à produção quanto em relação à venda. O equipamento demanda funcionários para planejar o cronograma de produção, sincronizando disponibilidade de fruta, a demanda de venda, além da necessidade de gerir a capacidade de armazenamento na câmara fria, transporte refrigerado e a emissão das notas fiscais dos produtos.

O equipamento não tem capacidade para absorver as frutas de toda a comunidade, tanto por questões de armazenamento como por demanda de mercado. Essa restrição causa um impasse em relação à escolha dos assentados que entregam as frutas para o beneficiamento. Esse impasse gera um conflito no aproveitamento do equipamento, uma vez que, não são claros os critérios de escolha.

Além disso, o custo fixo de funcionamento para o processamento de polpa é elevado. Independente da quantidade de fruta processada é necessário arcar com o pagamento das diárias dos funcionários, energia elétrica para o funcionamento das máquinas e para o armazenamento das polpas na câmara frigorífica, água potável para limpeza e esterilização das frutas, limpeza dos equipamentos, equipamento de proteção individual descartáveis, uniformes para a equipe entre outros. Com isso, é pouco provável que a produção de um assentado sozinho seja o suficiente para pagar o custo fixo do equipamento e ainda obter lucro com a venda do produto. Isso gera a necessidade de organização e produção coletiva para conseguir cobrir o custo fixo do equipamento.

Com isso, mesmo o equipamento pertencendo à Associação, a COOPERAFIR assumiu a parte administrativa do equipamento. Nos livros de atas disponibilizados pela associação não foi encontrado nenhum registro de acordo formal, com o conhecimento de toda a comunidade, realizado entre a associação e a cooperativa para o uso do equipamento. A partir de 2016, a cooperativa, que já fornecia outros alimentos para a merenda escolar, passou a concorrer e ganhar licitações junto a prefeituras da região sul para o fornecimento de polpa de fruta para a merenda escolar.

b) Regras e normas

De acordo com o primeiro princípio de Ostrom (definição clara de limites) para uma relação duradoura para equipamentos coletivos, é necessário que existam delimitações claras sobre os usuários autorizados a utilizar o equipamento coletivo (OSTROM, 1990, p.91; 1992, p.69). A falta de definição do limite de uso do equipamento também interfere diretamente com as regras de escolha constitucional, uma vez que ela tem como função delimitar quem está autorizado a utilizar o equipamento (OSTROM, 1992, p.45). A definição dos usuários que estão autorizados a utilizar o equipamento está relacionado à divisão do Assentamento em duas associações, quando a primeira fábrica de polpa foi construída. Naquela ocasião, todo o Assentamento aprovou em assembleia a doação de um terreno coletivo para a construção da

fábrica, mas com a condição de que somente os 13 assentados que permaneceram na primeira associação poderiam utilizá-lo. Com a construção da nova edificação, executada com um recurso que deveria ser utilizado para beneficiar toda a comunidade, foi preciso alterar as regras de escolha constitucional que determinam quem está autorizado a utilizar o equipamento coletivo.

A alteração da regra de escolha constitucional não ficou clara para todos os assentados, isso gerou duas premissas equivocadas sobre o direito de uso do equipamento. Parte dos assentados acredita que só quem pertencia à associação quando a primeira fábrica foi construída tem direito de entregar frutas. E outra parte acredita que o equipamento pertence à cooperativa e, por não ser cooperado, não se vê no direito de utilizar. Somente uma parte pequena dos assentados compreende que o equipamento é da associação e que todos os assentados deveriam ter direito de uso e acesso para modificar as regras operacionais (OSTROM, 1990, p. 93).

Até mesmo dentro da cooperativa há divergência sobre quais usuários podem utilizar o equipamento. Alguns dos cooperados corroboram com esse entendimento errôneo, de que só os vinculados à cooperativa podem utilizar o equipamento. Um dos assentados cooperados afirma que a entrega da fruta “é pela COOPERA-FIR, o que eu tiver [de fruta] eu boto”, atrelando como pré-requisito ser cooperado. Ao mesmo tempo, outro assentado cooperado afirma que “a gente não impede. Todos os assentados têm acesso a isso aí. Antes era restrito depois abrangeu. Todo mundo tem acesso e pode vender produção de frutas”. Mesmo para os cooperados da COOPERA-FIR não há uma definição clara dos usuários que deveriam ter acesso ao equipamento coletivo (OSTROM, 1990, p.91; 1992, p.69).

Nem todos os entrevistados se sentiram à vontade ou disseram ter conhecimento suficiente para responder as perguntas relacionadas ao equipamento, diferentemente do acontece em relação à casa de farinha e das outras práticas de produção agrícolas. Como a administração do equipamento é feita pela cooperativa, não foi possível ter acesso a ata das reuniões das assembleias para buscar informações relacionadas à fábrica de polpa. As informações sobre a taxa de uso do equipamento foram obtidas com dados fornecidos pelo *Projeto Conhecer para Amar*.

Não existe nenhuma planilha de contabilidade da administração do equipamento. O cálculo da formação de preço das polpas feito pelo *Projeto* foi baseado nas contas mensais e recibos dos últimos seis meses da fábrica. Os dados fornecidos demonstram que o valor

cobrado é suficiente para cobrir os gastos da produção, não sendo suficiente para produzir lucro pelo processamento do produto.

O valor do quilo da polpa varia de fruta para fruta de acordo com o percentual de aproveitamento e o valor final de mercado da polpa. O valor pago pelo quilo de frutas como abacaxi, maracujá e mangaba é maior do que o valor pago pelo quilo do cajá, que necessita do dobro de fruta *in natura* para produzir um quilo de polpa. É cobrada uma taxa fixa pelo quilo final de polpa produzida. A cobrada atualmente é de R\$ 2,30 por quilo.

Devido ao elevado custo fixo de funcionamento para produção de polpas juntamente com o alto custo da eletricidade para manter a câmara fria funcionando a cooperativa opta por produzir polpa somente por demanda. Essa especificidade do equipamento pode ser comparada às regras relacionadas às variáveis ambientais propostas por Ostrom no caso dos sistemas de irrigação (OSTROM, 1992, p.49). Nesse caso, a variável energética influencia diretamente no valor final de venda do produto, sendo necessário considerar os atributos específicos do equipamento na formulação das regras (OSTROM, 1990, p.52).

Figura 14 - Equipe de processamento interna da fábrica de polpa



Fonte: banco de imagem da autora - 2018

Por ser um equipamento que exige conhecimento específico e treinamento de boas práticas de higiene para o processamento das frutas, a fábrica de polpa conta com equipes treinadas para a realização dos procedimentos. No total, são quatro equipes, duas responsáveis pelo processamento das frutas e duas pela fiscalização.

As equipes de processamento trabalham diretamente na planta da fábrica de polpa. A *equipe externa* é responsável por receber, pesar e higienizar as frutas enquanto a *equipe interna* responsável por selecionar as frutas, processar, envasar e congelar as polpas (figura 14). Dona Vilma explica o funcionamento das duas equipes de processamento:

Na fábrica tem a equipe do recebimento da fruta, que recebe logo ali na chegada. Ai recebe, pesa. Da pesagem passa para a sala de lavagem. Ai já e a outra equipe que vai fazer o processo de separação, porque só processa as que estão mais maduras. Agora só é a equipe da sala de processo que bate para tirar as polpas e depois embolsar. ali dentro não é para tá sem touca, sem luva, sem máscara. Para entrar lá já tem que colocar as roupas de lá. Dona Vilma (26/11/2018).

As boas práticas de higiene pelas quais as equipes de processamento são responsáveis estão vinculadas às regras estabelecidas pela vigilância sanitária. Para garantir que todas sejam cumpridas, as equipes de fiscalização são responsáveis pelo monitoramento das equipes de processamento. As equipes de fiscalização monitoram tanto a fábrica quanto os lotes de produção. O *fiscal de campo* é responsável por garantir que os assentados que fornecem as frutas não estão plantando em área de mata, que não estão utilizando agrotóxicos proibidos no Assentamento e que façam a colheita somente pela manhã.

Tem fiscal do campo, que ele vai olhar na hora que o caminhão vai buscar. E tem o fiscal da fábrica, que tem que verificar se tá trabalhando tudo dentro do padrão e se as frutas que chega tão boa. Dona Vilma (26/11/2018).

Enquanto o *fiscal de fábrica* é responsável por: fiscalizar o recebimento, observando a qualidade da fruta recebida; e por fiscalizar o processamento, garantindo que a equipe interna da fábrica esteja cumprindo as normas da vigilância sanitária. Dona Vilma, que é fiscal de fábrica, relata sua experiência:

Como fiscal a gente tem que fiscalizar o caminhão. Uma semana dessa eu tava lá e disse que ‘isso aí não pode não’. Se não quem toma prejuízo é a fábrica. Se pega uma fruta ruim... vai jogar no mato... e o produtor quer receber. Dona Vilma (26/11/2018).

Como sempre é necessário juntar frutas de alguns assentados para produzir um lote de polpa, é indispensável que haja o monitoramento da qualidade de todas as frutas que serão processadas, garantindo que uma fração de frutas estragadas não contamine um lote inteiro de polpa. Como o explicado por Ostrom (1990, p.94) no princípio quatro (monitoramento), como o monitoramento não é efetuado por agentes externos, é de interesse dos próprios assentados

que todos cumpram as regras. Esse incentivo garante tanto a fiscalização formal (feita pelos fiscais) quanto a fiscalização informal (feita pelos próprios assentados) para que as regras estejam cumpridas e as frutas sejam entregues dentro do padrão de qualidade exigido. O monitoramento informal é um dispositivo de auto regulação dos próprios usuários (OSTROM, 1992, p.55).

O sexto princípio proposto por Ostrom (1990, p. 100) apresenta que os usuários têm que ter acesso a mecanismos de discussão e solução de conflito de baixo custo, como por exemplo, assembleias. Como é a COOPERAFIR que administra o equipamento, as reuniões administrativas e de prestação de contas da fábrica são realizadas nas assembleias da cooperativa, a maioria dos assentados é excluída das decisões sobre o equipamento. Ainda que a existência de mecanismos de resolução de conflitos não garanta que todos os conflitos serão solucionados (OSTROM, 1990, p.101) a exclusão da maior parte dos usuários do acesso a esses mecanismos aumenta o potencial para conflitos. Nenhum dos entrevistados que optou por falar sobre o equipamento especificou as sanções (OSTROM, 1992, p.55) previstas no regulamento em caso de descumprimento das regras.

c) Tipo de relação

A partir do momento que a definição de limite de uso do equipamento não fica clara para toda a comunidade, mesmo que não esteja explícito, há um conflito em relação ao uso do equipamento. Esse conflito talvez não seja tão aparente no dia a dia do Assentamento pelo fato do assentado Marcos Paulo ter a confiança da maior parte dos assentados. Ainda durante a formação do acampamento, Marcos Paulo já era considerado uma das lideranças do Assentamento. Como fez parte do grupo de MST que organizou a ocupação da Fazenda Sete Brejos, suas opiniões sempre foram escutadas e seus conselhos seguidos pela maioria dos assentados. O próprio assentado confirma que tem o respeito dos outros:

As pessoas me ouvem, eu tenho respeito. Mas tem umas consequências, às vezes tem decisões que influenciam. Se eu chegar numa assembleia e colocar um assunto, da forma que eu colocar, eu explicar, eu posso convencer a maioria. Isso acontece muito. Mas quando as pessoas votam em minha proposta elas vão levar em consideração que a outra proposta que eu lancei na outra reunião, que foi sensata, que resolveu. Marcos Paulo (27/11/2018).

O mesmo grupo que atualmente é responsável pela direção da associação e da cooperativa fazia parte do grupo inicial que tinha acesso ao equipamento. Esse mesmo grupo

é o que atualmente se beneficia com a venda de frutas para a fábrica. Para o grupo de assentados que se identifica no direito de uso do equipamento os limites de uso do equipamento é claro, somente ele tem o direito de uso do. Com isso as decisões tomadas pela direção da fábrica não são questionadas pelos assentados. Durante as entrevistas Marcos Paulo preferiu não se posicionar sobre o direito de uso da fábrica de polpa.

Poucos dos que permaneceram na associação falaram abertamente sobre a relação de confiança que os assentados têm em Marcos Paulo e a desigualdade existente entre o beneficiamento dos assentados em relação ao uso do equipamento:

Você pode ter entrevistado alguém que tem falado 'que a cooperativa ajuda todo mundo, ou que o Marcos [Paulo] ajuda todo mundo, ou que a associação ajuda todo mundo'. Mas não é verdade, tá mentindo... Eu tô te falando a verdade porque eu sou assentado desde o início e sempre fiz parte dessa associação [fazendo referência a primeira associação criada no Assentamento]. Eu conheço de fundo e não vou mentir. Tem pessoas que basta estalar o dedo e já são beneficiados... Mas tem outros... que coitados... talvez nunca nem foi... tudo isso existe! [suspiro]. Assentado 1³¹

Durante as entrevistas somente um dos assentados questionou abertamente as decisões tomadas pela direção da fábrica:

Eu desafio se teve 10% dos assentados daqui que foi beneficiado. Quatro ou cinco que entregam. Eles alegam o seguinte '-ah, é porque a gente não tem mercado e não tem onde estocar a polpa.'. Mas é só um grupo bem pequenininho que é beneficiado. Assentado 2³²

Os poucos assentados que questionam a forma com que a fábrica escolhe os assentados que terão os produtos beneficiados não tem uma boa reputação no Assentamento, não são considerados confiáveis (OSTROM, 1998, p.12) e logo suas opiniões não são levadas em consideração pelo grupo. Com isso, mesmo aqueles que entendem que o acesso ao equipamento deveria ser franqueado a toda a comunidade acabam optando por não questionar abertamente sobre o direito de uso. Parece existir aqui uma confusão sobre o estatuto de bem, que de comum, passa a ser interpretado como privatizado por um grupo ou no mínimo como um bem clube (OSTROM e OSTROM, 1978).

³¹ O assentado optou por não ter o nome revelado nas questões relativas a Fábrica de Polpa.

³² O assentado optou por não ter o nome revelado nas questões relativas a Fábrica de Polpa

4.3 Principais mudanças

Casa de farinha

Desde a sua inauguração a Casa de Farinha não passou por nenhuma reforma estrutural ou adição de equipamento. O trabalho de raspagem da mandioca continua muito similar, se não igual, ao do início do Assentamento. Essa é considerada pelos assentados uma das únicas atividades que continua similar ao que era no início do Assentamento. Marcos Paulo justifica a opção por não modernizar os equipamentos:

Do que a gente tem hoje, nessa questão do mutirão, e que ainda é forte, que ainda é bem parecido com 15 anos atrás é a questão casa de farinha. Tanto é que a gente têm os cuidados. Tá se falando em inovar, mas assim, nós não estamos muito preocupados em botar muitos maquinários para facilitar não... porque a gente vai ter facilidade, vai melhorar na capacidade de produção, mas vai perder uma coisa que a gente entende que é essencial. A casa de farinha da comunidade ainda é o lugar que você vê velhos, vê os novos trabalhando juntos. (Marcos Paulo 27/11/2018).

A opção por não adquirir novos maquinários se deu pelo receio de que, com a automação dos processos, seja quebrado o equilíbrio entre as relações de confiança, reciprocidade e reputação que se reforçam positivamente (OSTROM, 1998, p.13). Além de continuar sendo feita pelos assentados originais, a prática de mutirões para o processamento da farinha também foi assimilada tanto pelos assentados novos como pelos filhos de assentados que assumiram o lugar dos pais.

Fábrica de polpa

Não é claro para a maioria dos assentados que a Fábrica de Polpa, assim como a casa de farinha, é um equipamento coletivo do Assentamento e não da cooperativa. A definição de limites claros (princípio 1) proposta por Ostrom (1990, p.91) não chegou a ser esclarecida para todos os assentados depois da construção da nova Fábrica de Polpa. Dessa maneira, o mesmo grupo que tinha acesso ao equipamento inicialmente, se apropriou e continua a utilizar a fábrica por meio da cooperativa.

Ao contrário do proposto por Ostrom (1990, 1992), as decisões a respeito do equipamento como, por exemplo, a decisão sobre as regras operacionais e eleição para os cargos de fiscal, são realizadas junto com as assembleias da cooperativa e maioria dos assentados não são cooperados. Essa apropriação impede que o terceiro princípio (arranjos da

escolha coletiva) proposto por Ostrom (1990, p.93) seja aplicado. Esse princípio que estabelece que a maior parte dos usuários que são afetados pelas regras operacionais deve conseguir participar e modificar as regras operacionais do equipamento (OSTROM, 1990, p.93; 1992, p.55). Conseqüentemente o princípio 6, sobre os mecanismos de resolução de conflito, (OSTROM, 1990, p.100) que estabelece que os usuários devem ter acesso rápido e barato a mecanismos de resolução de conflitos também não se aplica.

Outro fator que também deve ser levado em consideração é a demanda do mercado pelos produtos. Esse fator influencia diretamente na quantidade de frutas processadas e conseqüentemente na compra de frutas dos assentados. Como o Assentamento dispõem de um caminhão frigorífico a entrega das polpas

Mesmo que a administração do equipamento continuasse a ser feita pela cooperativa, tendo identificado a complexidade logística de operação do equipamento, é necessário ter uma relação de transparência entre a associação e a cooperativa. Seria necessário definir limites claros em relação ao uso do equipamento (OSTROM, 1990, p.91); envolver os associados nos mecanismos de discussão e solução de conflito (OSTROM, 1990, p.100); definir regras variáveis de acordo com a especificidade do equipamento (OSTROM, 1992, p.48) como, por exemplo, o pagamento de taxa de uso, regras e normas específicas para sua utilização e monitoramento. Esses direcionamentos indicariam uma motivação por parte da cooperativa de estabelecer um relacionamento de longo prazo em relação ao manejo do equipamento coletivo (OSTROM, 1992, p.44).

Considerações finais

Retomaremos as perguntas norteadoras apresentadas na introdução, questionando a origem, permanência e evolução das práticas e relações de cooperação na produção entre os agricultores e também a questão da adaptação ou transformação da cooperação num contexto novo marcado por novas formas de organização e de relações mercantis.

Para responder a essas questões, foi necessário identificar os laços sociais operando dentro do Assentamento, como surgiram e, em seguida, como foram mantidos e reproduzidos. A hipótese inicial levantada foi a de que certas práticas de ajuda mútua familiar e interfamiliar ainda estariam presentes no Assentamento, mas talvez tivessem se enfraquecido ao longo dos anos. A segunda hipótese proposta foi a de que houve uma mudança das práticas de cooperação em função da origem e do processo de integração de novos agricultores no Assentamento. Para isso, a seguir, serão retomadas as principais mudanças e evoluções identificadas nos capítulos de apresentação e análise dos resultados.

No segundo capítulo foi trabalhada a história e evolução da cooperação no Assentamento Sete Brejos. Foi identificado um enfraquecimento em relação à realização dos mutirões que ocorriam durante a fase do acampamento. Durante o acampamento, a realização dos mutirões era quase uma questão de sobrevivência e isso movia uma alta solidariedade humana. Essa relação permaneceu nos primeiros anos depois do recebimento da terra e da divisão em lotes individuais, pois o trabalho coletivo ainda era essencial para superar as dificuldades iniciais. Foi justamente essa necessidade que estimulou os assentados a manter os grupos de mutirão nos primeiros anos. Isso porque, na fase de acampamento, o objetivo coletivo era o mesmo para todo o grupo, obter a posse da terra. “Todos por um e um para todos”, o lema dos 4 mosqueteiros e também o lema da relação de reciprocidade binária de compartilhamento segundo Temple (1998).

A partir do recebimento da terra, os objetivos individuais passam a ter mais importância do que os objetivos coletivos e, conseqüentemente, a relação entre os assentados também muda. Mesmo assim, o Assentamento Sete Brejos ainda é considerado um dos mais harmoniosos da região. Isso se deve, em parte, pela exigência dos assentados em relação à aprovação de novos moradores. A estratégia de verificar a reputação do interessado com sua atual vizinhança visa assegurar que as relações continuem a ser harmoniosas.

Nesse capítulo foram identificados três fatores principais que estimularam a evolução das relações de cooperação no Assentamento. O primeiro fator observado foi o

envelhecimento dos assentados originais. As entrevistas indicaram que a maior parte dos assentados originais ainda achava vantajosa a prática de mutirão, mas, já não tinham mais condições físicas de trabalhar um dia inteiro no campo. Paralelamente a isso, os assentados mais novos que não participaram da fase de acampamento ou que eram muito novos para se lembrar, não criaram o mesmo vínculo que seus pais com outros assentados e acabam não vendo vantagem no trabalho coletivo.

O segundo fator observado foi em relação à renovação dos assentados. Tanto os filhos, que assumiram o lote após a morte dos pais, quanto os novos assentados, na sua maioria, não acreditam nos laços de cooperação e união formados pelos assentados originais durante a fase de acampamento. Esse foi um indicativo de que as relações de cooperação se restringiram aos que vivenciaram as inseguranças do acampamento e dos primeiros anos de Assentamento. As dificuldades passadas nessa época foram cruciais para a formação das relações de cooperação e reciprocidade, pois somente com a união do grupo eles conseguiram superar as adversidades.

O último fator identificado está relacionado à divisão do Assentamento entre duas associações nos primeiros anos após o recebimento da terra. Foi identificado que o conflito entre associações afastou e enfraqueceu as relações de solidariedade entre os assentados de Sete Brejos. As pessoas passaram a ter relações mais próximas somente com os pertencentes à mesma associação. Embora a rivalidade seja mais acirrada entre as lideranças das associações, os grupos de mutirão também acabaram prejudicados. Os grupos de mutirão que eram mistos, compostos por integrantes das duas associações, tiveram que ser diluídos.

No terceiro capítulo foram identificadas e caracterizadas as formas de cooperação na produção agropecuária praticadas no Assentamento. Foram identificadas cinco formas de cooperação ainda praticadas no Assentamento. Dessas foram escolhidas três práticas para uma análise mais profunda: os grupos de mutirão, as trocas de diárias e o empréstimo de terra entre assentados.

O enfraquecimento dos grupos de mutirão, na passagem da fase de acampamento para a fase de Assentamento, que já tinha sido analisado no segundo capítulo foi reforçado. Foi identificado que o envelhecimento dos assentados originais também se mostrou crucial para o enfraquecimento dos grupos de mutirão. Muitos dos assentados originais ainda consideram vantajoso o trabalho em mutirão e gostariam de continuar, mas justificam que não têm mais condições para trabalhar uma diária inteira no campo.

Também foi observado que a diferença entre os objetivos individuais dos assentados levou ao enfraquecimento dos grupos. Esse fator influenciou diretamente no papel dos coordenadores, de incentivar e manter o grupo coeso, tornando a função mais complexa do que era na fase de acampamento e, com isso, nem todos conseguiram manter o grupo ativo.

Ao mesmo tempo em que, de uma forma geral, houve um enfraquecimento dos grupos de mutirão, foi constatado que as relações de reciprocidade ainda estavam presentes no Assentamento. Entretanto, elas se mantiveram mediante uma restrição dos círculos de reciprocidades às relações mais próximas, como as existentes entre parentes, vizinhos e amigos. Assim, as trocas de diárias são realizadas, geralmente, entre os mesmos integrantes dos grupos que ainda praticam os mutirões.

Por outro lado, foi observado que o empréstimo de terra para filhos de assentados era uma prática recente, uma vez que a maior parte desses não eram nascidos ou ainda eram crianças na fase de acampamento e, conseqüentemente, não tinham recebido terra. Essa prática foi uma forma de estimular os jovens a permanecerem no Assentamento, se solidarizando com os filhos de assentados que não possuíam terras para o plantio.

No último capítulo foram caracterizadas e analisadas as modalidades e regras de manejo e gestão de dos equipamentos coletivos. Nesse capítulo foram analisadas as práticas de cooperação e gestão na Casa de Farinha e na Fábrica de Polpas. Em relação à Casa de Farinha foi encontrado um tipo de relação similar ao que acontecia no início do Assentamento. Mas, ao contrário do que aconteceu para as outras práticas, essa foi uma das únicas em que se verificou o crescimento das relações de cooperação. Essa prática foi incorporada de fato, tanto por novos assentados quanto pelos filhos que assumiram o lugar dos pais. Podemos dizer que foi uma adaptação que tem satisfeito um número importante de assentados em novas condições e que mostrou a capacidade de adaptação de novas regras e normas das famílias assentadas. No entanto, essa nova prática que não passou pelas associações foi uma forma de acordo informal entre famílias no prolongamento da ajuda mútua interfamiliar.

Por fim, em relação à Fábrica de Polpa, foi identificado um conflito quanto à definição do limite de uso do equipamento. A maior parte dos assentados não compreende que têm o direito de utilizar o equipamento. Esse conflito é perpetuado, parte por desinformação dos assentados e parte pela opção dos assentados de não questionar a relação de confiança depositada nas lideranças do Assentamento.

Com base nas principais mudanças e evoluções conclui-se que ainda existem práticas de cooperação e ajuda mútua, mas verificou-se a restrição do círculo de reciprocidade e confiança às relações mais próximas. Somente no caso da Casa de Farinha foi identificado o aumento das relações de reciprocidade, incluindo nas relações de cooperação, além dos assentados originais, jovens e novos assentados. Em relação à segunda hipótese, foi identificada, de forma sutil, uma nova prática de cooperação entre agricultores, o empréstimo de terra para filhos de assentados como estímulo para manter os jovens no Assentamento.

O trabalho no campo é árduo se realizado individualmente. No início do Assentamento, quando os lotes individuais não tinham nenhum beneficiamento da terra, a cooperação se mostrou indispensável. As relações de cooperação acontecem quando reconhecemos nos outros as necessidades que também são nossas (Temple, 1997). O desenvolvimento do Assentamento sem as práticas de cooperação seria muito mais lento e duro. Os assentados se uniram e se fortaleceram para, assim, conseguirem superar os desafios surgidos logo após o recebimento da terra.

Dificuldades encontradas

Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa foi em relação à realização das entrevistas. Como as informações sobre as relações de cooperação tem um cunho pessoal foi preciso estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados para captar os sentimentos presentes nas falas durante as entrevistas. Para garantir que o assentado se sentisse à vontade, nenhuma das entrevistas foi realizada no primeiro encontro. Inicialmente, foi realizada uma conversa informal e não gravada como forma de quebrar o gelo. Outro fator importante foi o tempo passado no Assentamento durante o *Projeto Conhecer para Amar*, realizado em 2017, essencial para que, no ano seguinte, ao realizar as entrevistas para a dissertação, já tivesse estabelecido uma relação de confiança com a maior parte dos assentados entrevistados.

Na fase de análise, relacionar as emoções passadas pelos entrevistados e conectá-las com as falas também se mostrou uma tarefa delicada. Foi necessário escutar múltiplas vezes cada uma das entrevistas para tomar intimidade com os dados e poder usá-los com maior segurança, relacionando-os com o referencial teórico. Como as entrevistas continham temas sutis, a interpretação dos mesmos também necessitava de sutileza. Vincular os sentimentos expressados com as variáveis analisadas levou tempo.

O referencial teórico mobilizado em relação à teoria da reciprocidade foi adequado para analisar as práticas de cooperação e ajuda mútua não formalizadas. No caso das análises dos equipamentos coletivos, mais especificamente para analisar o conflito encontrado na utilização da fábrica de polpa, o ideal seria mobilizar mais referenciais teóricos para tratar da apropriação do equipamento coletivo e sua interpretação como um equipamento privado.

Novas questões e perspectivas para futuras pesquisas

Durante a realização da pesquisa, outras perguntas surgiram, principalmente relacionadas aos equipamentos coletivos. Questionamos se a opção de não modernizar a casa de farinha foi decisiva na manutenção das práticas de cooperação e ajuda mútua. E também como a modernização dos equipamentos modificaria ou individualizaria a prática. Para responder essas questões seria necessário realizar estudos de caso comparativos, analisando especificamente os equipamentos coletivos, modernização dos maquinários e como isso influenciaria as práticas de cooperação.

Outra questão surgida durante a pesquisa foi a relação entre a associação e a cooperativa. Os dados acessados não foram suficientes para esclarecer a relação entre elas. Essa relação pode ser aprofundada em futuras pesquisas, sendo necessário obter acesso aos dados das duas organizações.

A análise das relações de cooperação e ajuda mútua na agricultura é um campo com muitos aspectos a serem pesquisados. Entender as relações interpessoais e organizacionais do meio rural brasileiro é fundamental para compreender os conflitos, incrementar e aperfeiçoar processos de cooperação para assim proporcionar uma melhor gestão dos equipamentos coletivos e dos recursos naturais.

Aprendizagens e recomendações

Devido aos conflitos encontrados em relação ao uso da Fábrica de Polpa o projeto “Conhecer para Amar” não deu continuidades nas atividades no Assentamento Sete Brejos as ações do projeto foram redirecionadas para outra comunidade. A análise das relações de cooperações e reciprocidade foram importantes para compreender o conflito existente em relação uso do equipamento. Essa abordagem pode ser utilizada para definir estratégias de solução de conflitos nos próximos projetos propostos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. AGRICULTURA FAMILIAR E SERVIÇO PÚBLICO: NOVOS DESAFIOS PARA A EXTENSÃO RURAL. **Caderno de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr.1998. Disponível em:

<<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

AHN, T. K.; OSTROM, E. Social Capital and Collective Action. In: CASTIGLIONE, D.; DETH, J. w. Van; WOLLEB, G. (Eds.). **The handbook of Social Capital**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2008. p. 71–100.

ARAÚJO, F. C. De. **Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e Desencontros**. 2006. p. 242. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Sustentável) - UnB - Brasília.

AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Nova Iorque: Basic Books, inc., 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de documentação 2018. 518p. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acessado em 15 de Abril de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 1.946**, de 28 de Junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acessado em: 05 de Fevereiro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 91.766**, de 10 de Outubro de 1985. Aprova o plano nacional de reforma agrária, PNRA, e, da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html>. Acessado em: 10 de Fevereiro de 2019.

BRASIL. **Ementa constitucional nº 10**, de 1964. Diário do Congresso Nacional. Altera os artigos 5º, 15, 29, 141, 147 e 156 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acessado em: 15 Abril de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acessado em: 08 de Fevereiro de 2019

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de Julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.fnede.gov.br/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>>. Acessado em: 29 de Janeiro de 2019

BRASIL. **Lei nº 4.214**, de Março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm>. Acessado em: 03 de Fevereiro de 2019

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acessado em: 20 de Maio de 2018

BRASIL, Império do. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acessado em: 15 de Abril de 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8629.htm>. Acessado em: 11 de Fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de Abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 5 Abril 2018.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Acervo do CPDOC**. Escola de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acessado em: 24 de Julho de 2018.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n. June, p. 1243–1248, 1968. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243>> Acessado em: 12 Maio de 2018.

INCRA. **Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf>. Acessado em 22 de Julho de 2018.

LOPES, E. S. A. et al. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado do Sergipe. In: MEDEIROS, L. S. De; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2. ed.: UFRGS, 2009. p. 161–195.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**./ tradução Fábio Fernandez, 1. Ed 2.reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.** Cambridge: The press syndicate of the University of Cambridge, 1990.

OSTROM, E. **Crafting Institutions for Self-governing Irrigation Systems.** San Francisco, California: Institute for Contemporary Studies: ICS Press, 1992.

OSTROM, E. **A Behavioral Approach to the Rational-choice Theory of Collective Action.** American Political Science Review, Indiana University, p. 1–22, 1998.

OSTROM, E. Collective Action and the Evolution of Social Norms. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 137–158, 2000.

OSTROM, E.; HESS, C. A Framework for Analyzing the Knowledge Commons. In: HESS, C.; OSTROM, E. (Edt.). **Understanding Knowledge as a Commons.** MIT Press. 2011. P.41 – 82.

REIS, R. R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**. n. 86, p. 89–122. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000200004&lng=pt&tlng=pt>. Acessado em 12 Abril de 2018.

SABOURIN, E. Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa. In: CARON, P.; SABOURIN, E. (Editores técnicos; Embrapa, Cirad). **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no nordeste do Brasil.** Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p. 145–178.

SABOURIN, Eric. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao Debate. **Sustentabilidade em Debate**, v. 1, n. 2, p. 141, dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/sust/article/view/1689>>. Acessado em: 20 Maio de 2018.

SABOURIN, E. **Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento.** Sociologias, v. 13, n. 27, p. 24–51, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf>>. Acessado em: 22 de Maio de 2018.

SABOURIN, E. P. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Traduzido do francês por Leonardo Milani. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. P. **Multifuncionalidade relações não-marcantis: manejo de recursos comuns no Nordeste.** Caderno CRH, [s. l.], v. 23, n. 58, p. 151–169, 2010. b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000500004&lng=pt)> Acessado em: 22 Maio de 2018.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acessado em: 24 de Abril de 2018

TEMPLE, D. **El principio de lo contradictório y las estructuras elementales de la reciprocidad.** La revue du M.A.U.S.S., [s. l.], v. 12, 1998. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=336>. Acessado em: 3 Maio de 2018.

TEMPLE, D. **Los orígenes antropológicos de la reciprocidad**. 2000a. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=263>. Acessado em: 2 Maio de 2018.

TEMPLE, D. Comunidad y reciprocidad. **Revista Iberoamericana de Autogestión y Acción comunal**, Madrid, p. 27–37, 2000. b. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=268>. Acessado em: 2 Maio de 2018

TEMPLE, D. et al. La lógica ternaria y la lógica del antagonismo. In: **Las estructuras elementales de la reciprocidad**: jalones para una economía cualitativa en el tercer milenio. 1. ed. La Paz, Bolívia: Plural editores, 2003. p. 136.

Apêndice A – Linha do tempo do Assentamento Sete Brejos

Figura 15 -Linha do tempo do Assentamento Sete Brejos





Construção da **Casa de Farinha**
Convênio entre Governo do Estado e Banco Mundial conseguido pela primeira associação

2002

Criação **COOPERAFIR**

- membros da primeira associação, da ASCOSUL se uniram para formar a cooperativa para comercialização junto ao PNAE

2007

2001

Criação **ASCOSUL**
- comercialização com **PAA** na modalidade compra com doação simultane e com **CONAB** na modalidade pagamento antecipado

2006

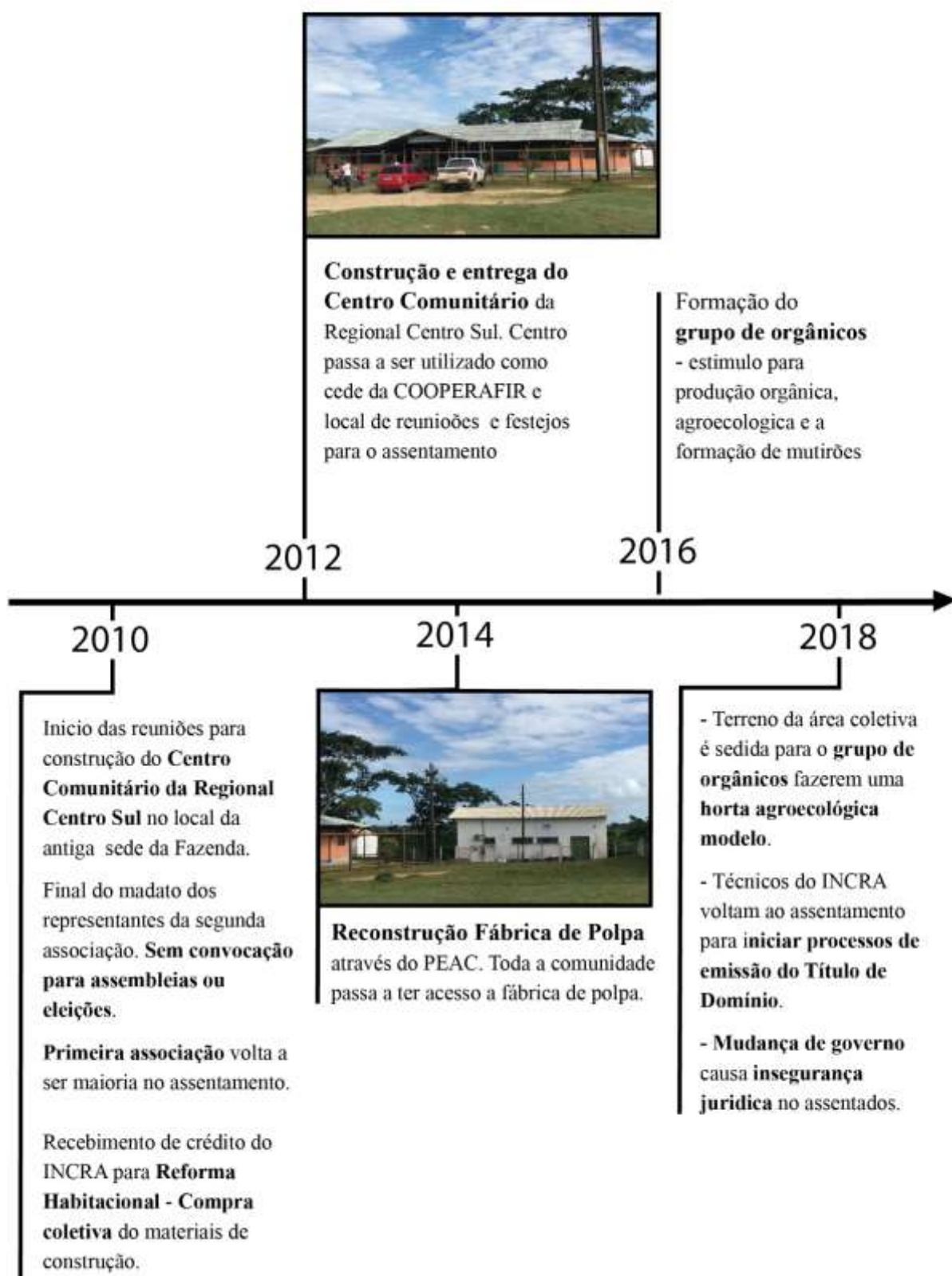
Construção da **Escola** -
Com a estrutura da antiga Fazenda condenada pela defesa civil a primeira associação conseguiu um convênio entre FNDE, MEC e prefeitura de Indiaroba



2008

- Vários do assentados começam a **retornar para a primeira associação** devido a benefícios e convênios conseguidos.

- **Última eleição realizada pelo segunda associação**



Apêndice B – Lista de entrevistados

Tabela 3 - Lista dos assentados entrevistados

Entrevistados	Objetivo 1	Objetivo 2 e 3
Teresinha dos Santos	X	
Cláudio Francisco dos Santos	X	
José Raimundo dos Santos	X	X
Gileno Raimundo dos Santos	X	
Acácia Rubia	X	
Maria de Lurdes da Silva	X	
José Ailton dos Santos	X	X
Marcos Paulo Pereira dos Santos	X	X
Maria Renildes Ramos dos Santos	X	
Vilma Santos Correia	X	X
Arivaldo Correia dos Santos	X	X
Adinaldo do Nascimento Santos	X	
Laura Maria de Almeida	X	X
Marinalva dos Santos	X	X
José Rodrigues de Jesus	X	X
Noélia Vieira	X	
Eduardo dos Santos		X
José Faustino	X	X
João Conceição Francisco		X